



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO  
Universidade Técnica de Lisboa

## Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património

Cátia Filipa Fidalgo de Sousa Venda

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitectura**

### Júri

Presidente: Prof. Doutora Maria Helena Neves Pereira Ramalho Rua

Orientador: Prof. Doutora Ana Cristina dos Santos Tostões

Vogal: Prof. Doutora Helena Silva Barranha

Setembro 2008

## RESUMO

Esta dissertação aborda o tema da reabilitação do Património como um instrumento que contribui para a manutenção de uma memória colectiva que importa transpor para o futuro. Neste sentido, explora a questão da reconversão de usos como meio de intervir no património construído, possibilitando a reutilização de antigas estruturas edificadas na sociedade actual. O estudo recaiu sobre os casos de adaptações de edifício patrimoniais a pousadas nacionais, inseridas na segunda metade do séc. XX português.

O desenvolvimento do trabalho procura perceber os processos históricos que levaram à implementação das pousadas em Portugal, e a evolução deste tipo de intervenções através dos tempos, desde meados do séc. XX até aos nossos dias. Seguidamente, e após uma selecção dos casos de estudo conforme a sua importância no que diz respeito ao modo de intervir no património, foi realizada a cada uma dos exemplos, uma análise histórica do edifício, uma descrição da abordagem da intervenção defendida pelo arquitecto e uma breve descrição do edifício já usufruindo da sua nova função.

A singularidade que constitui cada edifício histórico estende-se às acções neles realizadas, requerendo uma abordagem única de intervenção que valorize acima de tudo o significado inerente ao património construído, podendo-se encontrar no caso das Pousadas exemplos de reconversões de usos realizadas de modo satisfatório, não só quanto à nova função mas também pelo respeito tido para com o Património.

### Palavras-chave:

- Reconversão
- Reabilitação
- Intervenção no Património
- Pousadas
- Adaptação de Usos

## ABSTRACT

This thesis addresses the theme of heritage rehabilitation as a contributive instrument for the maintenance of a collective memory that is important to preserve in the future. It explores the issue of the conversion of uses as a mean to intervene in the built heritage, enabling the reuse of old structures in today's society. The dissertation focus on case-studies of patrimonial buildings adapted to pousadas<sup>1</sup> on the second half of the 20th century in Portugal.

This paper intends to understand the historical processes that led to the implementation of the pousadas in Portugal, and the evolution of such interventions through time, since the mid-century to nowadays. The case-studies were selected according to its importance, regarding the method of intervention, and it was held a historical analysis, a description of the architect's approach of the intervention, and a short description of the building in its current function for each example.

The singularity of each historical building extends to its rehabilitation, requiring the approach of the intervention to be unique and to value the heritage's inherent significance. The cases of the "Pousadas de Portugal" are satisfactory examples of reconversion of uses, not only regarding its function but also concerning the respectful attitude towards the heritage.

### Keywords:

- Reconversion
- Rehabilitation
- Heritage's intervention
- Pousadas
- Use conversion

---

<sup>1</sup> A pousada is a State-owned hotel of very high standard, integrated in, or built from the remains of, an historical building, with strong links to the region where is located. (*in, Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, Janeiro 2001)

# Índice

Índice de Figuras.....	5
Introdução.....	6
1. Pousadas em Portugal: Evolução Histórica.....	10
1.1 Antecedentes .....	10
1.2 A política de um Estado Novo. O património e “sentir Português” da primeira série de Pousadas.....	13
1.3 Pousadas entre o Regional e o Moderno .....	16
1.4 A Adaptação a Pousadas.....	23
2. Casos de Estudo: Análise.....	28
2.1 Pousada do Castelo, Óbidos .....	28
2.2 Pousada de São Teotónio, Valença do Minho .....	30
2.3 Pousada de D. Diniz, Vila Nova de Cerveira.....	35
2.4 Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães .....	38
2.5 Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares .....	42
2.6 Pousada da Flor da Rosa, Crato.....	54
2.7 Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos .....	58
2.8 Pousada de D. João IV, Vila Viçosa .....	60
2.9 Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal.....	64
3. O património, a reabilitação e as pousadas.....	68
Conclusão.....	74
Bibliografia.....	76
Anexos .....	80

## Índice de Figuras

Figura 1 Pousada do Castelo .....	28
Figura 2 Interior do Paço dos Alcaides após o restauro da DGEMN .....	29
Figura 3 Fortificação de Valença .....	30
Figura 4 Alçado do 2º Ante-projecto. Integração na muralha.....	32
Figura 5 Corte do 2º Ante-projecto .....	32
Figura 6 Perspectiva da primeira proposta de João Andresen para a Pousada de São Teotónio (fonte: Revista Monumentos n.º 12).....	33
Figura 7 Pousada de São Teotónio - Jardim.....	34
Figura 8 Pousada de São Teotónio - Jardim.....	34
Figura 9 Castelo de Vila Nova de Cerveira – Pousada de D. Diniz. Entrada no Castelo. Ruas intra-muralhas para acesso aos núcleos de quartos. ....	35
Figura 10 Pousada de Santa Marinha da Costa (fonte: DGEMN).....	38
Figura 11 Novo corpo de quartos da Pousada.....	40
Figura 12 Sala do Capítulo. Galeria de acesso às antigas celas dos monges (quartos de hóspedes) .....	41
Figura 13 Pousada de Santa Maria do Moura.....	42
Figura 14 Estado de ruína do mosteiro em 1962, na primeira figura, e 1984 nas restantes. (fonte: DGEMN).....	43
Figura 15 Cobertura vegetal do mosteiro. Claustro como memória das ruínas. ....	54
Figura 16 Pousada da Flor da Rosa.....	55
Figura 17 Claustro como zona de entrada na Pousada .....	57
Figura 18 Zona da recepção. Ponto de união entre o "antigo" e o "novo". ....	57
Figura 19 Pousada de Nossa Senhora da Assunção.....	58
Figura 20 Novo pátio conjugando o existente e a nova construção.....	59
Figura 21 Claustro da Pousada.....	59
Figura 22 Pousada de D. João IV .....	60
Figura 23 Localização da Igreja na antiga estrutura conventual.....	62
Figura 24 Claustro do Convento.....	63
Figura 25 Pousada de D. Afonso II .....	64
Figura 26 Claustro do antigo Convento.....	65

## Introdução

O tema a ser abordado centra-se na importância da reabilitação do património como instrumento para assegurar a manutenção da memória. A memória de um passado que importa transpor para o futuro. Neste sentido, explora a questão da reconversão de usos como meio de intervir no património construído, possibilitando a reutilização de antigas estruturas edificadas na sociedade actual.

Entendendo-se a “reconversão de usos” como uma intervenção que visa o reaproveitamento do acervo arquitectónico protegido, recuperando-o e dando-lhe nova utilização<sup>2</sup>, pretende-se com este trabalho entender que tipo de contributo se pode realizar no campo da recuperação do vasto do património histórico edificado do nosso país. Uma questão se coloca: esta acção permitirá a reintrodução destas antigas estruturas edificadas na vida activa da sociedade, afastando-se do conceito de monumento como objecto de mera contemplação parado no tempo? Considerando o património construído como um conjunto de sobreposições de camadas e fases de construção, resultantes da necessidade de actualização funcional ou da conjuntura do gosto, procura-se entender de que modo estas sobreposições são trabalhadas e mantidas no processo de intervenção, para que não se negligencie uma importante componente do edifício, o seu passado. E, se a reutilização de um espaço pressupõe a realização de obras de carácter contemporâneo – no sentido em que têm que cumprir uma série de requisitos estipulados pelas normas legais de utilização – procura-se perceber de que modo as novas estruturas se conjugam com as antigas.

Não sendo a reconversão de usos um método de reabilitação comum, devido ao facto de se tratar de uma operação complexa, e considerada a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial<sup>3</sup>, encontrou-se nas Pousadas de Portugal, um exemplo de uma política bem sucedida ao longo dos tempos, quer pelas obras de referência da arquitectura nacional que gerou, quer pelo papel que desempenha na reabilitação do património, tendo sido muitas vezes determinante na recuperação de edifícios históricos nacionais que se encontravam expostos às injúrias do tempo, ao esquecimento, chegando a encontrar-se no estado de ruína. Outro aspecto que se mostrou decisivo para a escolha das pousadas como caso de estudo prende-se com o facto de possuir vários exemplos construídos ao longo do tempo, permitindo deste modo, uma análise comparativa mais completa e conclusiva sobre esta temática.

---

<sup>2</sup> Definição de reconversão na arquitectura - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto António Houaiss de Lexicografia de Portugal. Círculo de Leitores Lisboa 2001. TOMO V Mer-Red. p. 3111 REC

<sup>3</sup> Françoise Choay – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 233

A metodologia de trabalho seguida resulta em dois momentos essenciais que, tendo sido realizados em simultâneo, permitiram a concretização deste trabalho - a realização de uma pesquisa histórica que enquadrasse a implementação e o percurso das reconversões de uso ao longo do séc. XX português, e a escolha dos casos de estudo que permitisse uma correcta abordagem ao tema.

No que diz respeito à pesquisa histórica, esta centrou-se na evolução das pousadas em Portugal a par do contexto político, económico e social do país, assim como do percurso da arquitectura portuguesa, desde a implementação do primeiro exemplo de adaptação de usos a pousadas até à actualidade. Tendo em consideração que estas intervenções se realizam sobre o património edificado, foram também estudadas as políticas de reabilitação e intervenção no património, assim como os momentos em que foram implementadas em Portugal, e os benefícios e as restrições que cada viria a trazer para a manutenção dessa herança edificada. Quanto aos casos de estudo foi realizado inicialmente um levantamento dos exemplos nacionais de adaptações de usos a pousadas, tendo sido posteriormente seleccionados os casos mais relevantes. Estes foram definidos por se tratar de referências nacionais, algumas sendo mesmo reconhecidas internacionalmente, no campo da intervenção no património, quer pela inovação da sua abordagem, quer pela importância da manutenção da história associada a esses edifícios, que graças a intervenção, foram trazidos novamente à "vida". E por se tratar de arquitectura, e desta requerer a vivência do espaço que define, sentiu-se necessidade de realizar visitas a cada um dos casos de estudo seleccionados, para que melhor se compreendesse o impacto e a dimensão que todas estas obras proporcionam, não só ao habitual utilizador do novo espaço, como na sua envolvente.

A dissertação divide-se em três partes distintas, a evolução histórica no contexto das Pousadas em Portugal, a análise dos casos de estudo seleccionados e uma discussão sobre a leitura feita da análise realizada sobre as pousadas seleccionadas.

O primeiro capítulo, referente à evolução histórica das pousadas em Portugal, inicia-se com a contextualização dos antecedentes históricos que levaram à implementação deste programa particular em Portugal. Sendo um programa relacionado com o lazer e o turismo foi necessário entender qual era o clima social que se vivia em meados dos anos 30, época em que a sociedade portuguesa começa a despertar para o prazer do turismo. Explorou-se também a influência que a política de Turismo Espanhola viria a exercer sobre a política nacional de Turismo e a importância da realização do 1º Congresso Nacional de Turismo como ponto de partida para a implementação das pousadas em Portugal. Em seguida o estudo recai sobre os anos 30 e 40, centrando-se na política do Estado Novo perante o património construído, assim como na execução da primeira série de Pousadas nacionais. Os anos 30 iriam ser bastante importantes no que diz respeito à recuperação do

património, devido à acção da nova Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, uma vez que o Estado pretendia, através do património construído, enaltecer o país, evocando as glórias do passado. Numa época em que a linguagem arquitectónica imposta pelo regime se aproximava de uma linguagem clássico-monumentalizante e se propagandeava uma “política de espírito”, definido pelo historicismo e o regionalismo, surge a primeira série de pousadas inserida numa estratégia a nível nacional, traduzida em pequenas unidades hoteleiras que facilitassem a deslocação por todo o país. Já nos anos 50 verifica-se uma maior abertura na política do Regime perante a arquitectura moderna, influenciada pela realização do I Congresso de Arquitectura e pelo profundo estudo executado pelo Inquérito Regional à Arquitectura Regional Portuguesa. Neste contexto a segunda série de pousada desenvolve-se num atribulado braço de ferro entre a modernidade e a tradição que, entregues aos chamados arquitectos da “nova geração”, iriam constituir importantes exemplos de arquitectura nacional, na procura de uma integração natural no local. A última parte deste capítulo refere-se às pousadas nacionais que, a partir da segunda metade do séc. XX, resultam da adaptação de usos passando de um edifício com elevado valor patrimonial para uma unidade hoteleira que proporciona também o conhecimento de um pedaço história, reflectida nessa estrutura antiga. Curiosamente, a partir do final dos anos 80, as pousadas construídas de raiz passariam a dar lugar, em definitivo, às pousadas instaladas em edifícios patrimoniais.

O desenvolvimento desta parte da dissertação foi essencialmente apoiado pela obra *Pousadas de Portugal, Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX* de Susana Lobo, onde o percurso das Pousadas de Portugal é abordado no sentido em que consegue espelhar, desde a sua implementação até aos nossos dias, as condições políticas, as práticas sociais e a cultura arquitectónica do país, permitindo entender o poder da arquitectura em criar novas formas de pensar. No que respeita à história da arquitectura portuguesa nos anos 30, 40 e 50 a obra *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa* de Ana Tostões constituiu um importante suporte, visto estudar o Movimento Moderno em Portugal, dando especial atenção na relação entre a forma e a construção. Também o trabalho *Caminhos do Património 1929-1999*, comissariado por João Vieira Caldas constituiu uma importante referência no que diz respeito à acção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, uma vez que reúne uma série de testemunhos que demonstram o percurso e actuação desta entidade ao longo de 70 anos de existência. A obra *Portugal Arquitectura do Século XX* de Ana Tostões, Wilfried Wang e Annete Becker também foi bastante relevante para a realização desta pesquisa no sentido em que traça o percurso da arquitectura de todo o séc. XX português, não só no levantamento de inúmeros exemplos, mas também nas contribuições de vários autores sobre épocas específicas, ou temas, que integram a arquitectura portuguesa do séc. XX. Inserido nestas contribuições, encontra-se um texto com particular importância de Paulo Pereira, *(Re)trabalhar o Passado, Intervenção no Património Edificado*, no sentido em que

explicita o percurso das intervenções no património desde meados do séc. XIX, relacionando-o com as diferentes políticas adoptadas para a reabilitação da herança patrimonial edificada.

O segundo capítulo consiste na análise de cada um dos nove casos de estudo seleccionados, estando estruturado segundo uma ordem cronológica dos projectos das intervenções. Nas Pousadas seleccionadas encontram-se a Pousada do Castelo de João Filipe Vaz, em Óbidos; a Pousada de São Teotónio de João Andresen, em Valença do Minho; a Pousada de D. Diniz de Alcino Soutinho, Lixa Filgueiras e Rolando Torgo, em Vila Nova de Cerveira; a Pousada de Santa Marinha da Costa de Fernando Távora, em Guimarães; a Pousada de Santa Maria do Bouro de Eduardo Souto Moura, em Amares; a Pousada de Nossa Senhora da Assunção de João Paulo dos Santos, em Arraiolos; a Pousada de D. João IV de João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, em Vila Viçosa; e por fim, a Pousada de D. Afonso II de Diogo Lino Pimentel, em Alcácer do Sal. Procurou-se que para cada uma das pousadas o tipo de análise fosse semelhante, tendo sido por isso, estruturadas segundo o enquadramento geral, referindo o local onde se inserem e de que modo interage com a envolvente, seguido de uma pequena síntese da história do edifício, uma vez que este passado se torna determinante para uma correcta reabilitação do património. Posteriormente procurou-se descrever a abordagem de intervenção que o arquitecto pretendia, seguindo-se uma breve descrição do novo edifício. Toda a análise realizada sobre cada uma das pousadas foi posteriormente sintetizada em fichas que aqui se colocam em anexo.

Por fim, a última parte constituinte desta dissertação, pretende estabelecer relações entre as pousadas estudadas clarificando o tipo de abordagem ao património, os distintos tipos de intervenções, as influências que umas exercem outras e os métodos que as distinguem. Deste modo, pretende-se demonstrar e concluir sobre o contributo que a reconversão pode, ou não, trazer para a intervenção no património construído.

# 1. Pousadas em Portugal: Evolução Histórica

## 1.1 Antecedentes

O turismo, definido como o "*gosto pelas viagens*"<sup>4</sup>, tem a sua origem no século XIX, em deslocações caracterizadas tanto pelo prazer do ócio e do descanso, como pelo conhecimento, a descoberta e a aventura. As suas raízes iniciais remontam ao séc. XVI, altura em que os jovens aristocratas partiam numa grande viagem no final dos seus estudos, o *gran-tour*, um "*imperativo cultural de que nenhum homem de letras, intelectual ou artista pode prescindir a partir de meados do séc. XVIII*"<sup>5</sup>, com a finalidade de complementar a sua formação e de adquirir experiências. Na sua "Viagem a Itália", Goethe afirma, numa carta escrita em Verona em 1786, que não fazia a viagem para se iludir a si mesmo, mas para se conhecer melhor, a partir dos objectos que contemplava<sup>6</sup>, comprovando que estas viagens acabavam por constituir um processo de conhecimento mas também de crescimento. Com a expansão da Revolução Industrial, no início do séc. XIX, esta actividade de viajar pelo prazer de viajar cresce, impulsionada pela consolidação de uma burguesia endinheirada, detentora dos recursos económicos necessários e do tempo livre para o fazer.

Em Portugal, no início do século XX, o turismo resumia-se a uma oferta bastante reduzida, para uma indústria também ainda pouco explorada, apenas materializada nos hotéis "Palace" muitas vezes associados a hotéis termais, como no caso do Palace Hotel de Vidago. Símbolos de um modo de vida, estas estruturas hoteleiras de luxo encontravam-se nos grandes centros turísticos e eram direccionados para um público muito específico, a alta sociedade portuguesa, que, além de usufruir das qualidades curativas das águas termais procurava também o ócio e o descanso. A partir dos anos 30 surge uma nova filosofia de vida mais direccionada para o ar livre e para o desporto, como a praia ou o campismo, em grande parte justificada por argumentos de salubridade que anteriormente se encontravam associados aos hotéis termais e a uma minoria da população. Esta nova mentalidade marca uma viragem no sector que, a par de uma progressiva adesão ao fenómeno turístico pela maior parte da população, assinala o início do declínio das estâncias termais e dos Hotéis "Palace".

Influenciada por esta nova postura perante o lazer, a revista "Notícias Ilustrado" lança, em Julho de 1933, um concurso intitulado "Hotel Modelo", o qual pretendia implementar um novo conceito de hotel que promovesse uma nova abordagem turística ao país. Apresentar-se-iam como hotéis regionais, um para cada província portuguesa, cuja expressão deveria difundir um regresso aos valores tradicionais da cultura portuguesa. Apesar

---

<sup>4</sup> *Dicionário de Português*, ("Dicionários Editora"), 3ª Edição, Porto, Porto Editora, s.d.

<sup>5</sup> João Barrento – Prefácio III, "Viagem a Itália" em *Obras escolhidas de Goethe*, volume VII. Círculo de Leitores, Outubro de 92

<sup>6</sup> Ver Goethe – "Viagens a Itália" em *Obras escolhidas de Goethe*, volume VII. Círculo de Leitores, Outubro de 92

de ter sido uma iniciativa bastante divulgada por todo o país<sup>7</sup>, acabou por não ter o impacto que se esperava na realidade, concluindo-se que a escala proposta por Raul Lino (1879-1974), na definição do programa do concurso, não se adequava ao panorama regional português.

Em Novembro do mesmo ano, e ainda na sequência da campanha do “Notícias Ilustrado” do “Hotel Modelo”, é publicado um artigo de Sanches de Castro sobre o *Parador* de Enrique II de Ciudad Rodrigo em Espanha. Fazia referência à intervenção urbana realizada em toda a cidade enaltecendo o seu sentido de oportunidade e o seu valor estético na valorização do património artístico e cultural como atracção turística, salientando o *Parador* da cidade como o seu exemplo mais relevante. Situado na própria fortaleza, assume-se como uma pequena pousada que, além de oferecer os mais modernos requisitos da indústria hoteleira, privilegia os seus hóspedes com a sua localização e o seu carácter histórico e monumental.

Este *Parador* inseria-se numa estratégia turística inovadora, a *Junta de Paradores y Hosterías del Reino*, implementada pelo Patronato Nacional de Turismo (PNT) de Espanha em 1928. Com o intuito de promover a cultura e a visita a cidades e locais de interesse histórico e natural, estas estruturas eram caracterizadas pelo facto de adoptarem uma política de rentabilização de recursos patrimoniais e paisagísticos. Inseridas em locais que não se apresentavam como apelativos para indústria de turismo privada, contribuíam para o crescimento económico destas cidades desempenhando um papel de extrema importância na reabilitação do património, uma vez que, não só salvaguardavam o restauro dos monumentos onde estes equipamentos turísticos se iriam instalar, como também garantiam a sua conservação, através da adaptação e reafecção a um uso necessário e conveniente.

Se através dos *Paradores*, o PNT disponibilizava aos hóspedes a excepção e a singularidade, a criação, também em 1928, da *Red de Albergues de Carretera*, procurava um tipo de uniformização hoteleira direccionada para outro público e com objectivos distintos. Numa época caracterizada pelo progresso e pelo desenvolvimento, e incentivada pelo aparecimento e difusão do automóvel, é criada uma rede de estradas, o *Circuito Nacional de Firms Especiales*, que pretendia facilitar as deslocações entre as grandes cidades e os mais importantes circuitos históricos e artísticos, interligando os principais eixos viários, facultando desse modo uma maior mobilidade por todo o território. Foi então pensado em dotar esta nova rede de estradas de um equipamento hoteleiro direccionados especificamente para os automobilistas, para as suas necessidades enquanto turistas. Considerada como uma aposta moderna<sup>8</sup>, pretendia encontrar um projecto comum que pudesse ser aplicado em

---

<sup>7</sup> Tendo sido o concurso lançado em Julho de 1933, em Setembro já as propostas se encontravam numa exposição itinerante que percorreu as principais cidades do país num vagão de comboio preparado para tal. A 11 de Outubro fixar-se-ia na estação do Rossio acompanhada de uma grande acção de propaganda.

<sup>8</sup> Victor Pérez Escolano – “En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en tránsito a la sociedad de masa”, in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965 – Actas*, Fundação DOCOMOMO Ibérico – IV Congresso, Valência, Novembro 2003, p. 21

diversas localidades e que se apresentasse como um projecto de baixo custo, não só no que diz respeito à sua construção mas também a manutenção destes equipamentos.

Com o início da guerra civil espanhola, em 1936, todas as acções que estavam a ser concretizadas pelo PNT ficam suspensas, enquanto que em Portugal decorria o I Congresso Nacional de Turismo, um evento que se destacaria como ponto de partida para o delinear de uma nova linha de rumo para o turismo nacional<sup>9</sup>. Dos diversos temas apresentados e discutidos no Congresso houve um que se distinguiu, no sentido em que propunha uma nova abordagem ao turismo nacional, de modo a torná-lo acessível a toda a população interessada em conhecer as vastíssimas riquezas nacionais - a tese exposta por Francisco de Lima, intitulada "*Pouzadas*".

Influenciado pelas acções do PNT, expostas no "Notícias Ilustrado", e pelos conceitos propostos para o Hotel Modelo, Francisco de Lima propõe um novo tipo de instalações turísticas que conjugue o *Parador* com o *Albergue*, veiculando o regionalismo defendido por Raul Lino para o "Hotel Modelo". Defendia que as estruturas hoteleiras existentes, os Palace Hotel, não eram mais que "... *salões de visitas para os nossos hóspedes mais ilustres e para meia dúzia de afortunados, e, pena é, que não sejam mais, que se podem permitir a vida ou o descanso em condições que a maioria não pode atingir.*"<sup>10</sup>. Apesar de a considerar indispensável ao país, de modo a satisfazer uma procura específica, não interessava à maioria dos turistas de recursos mais escassos, assim como também apenas era apropriada a pontos mais restritos do país, e não a locais que possuíam "... *uma diversidade de admiráveis paisagens, de sítios históricos, de riqueza monumental, quasi desconhecida, que merecem e precisam de ser compreendidos na lista de excursões possíveis, e que não o foram até hoje, à mingua de instalações adequadas, à mingua do seu conhecimento e da sua propaganda.*"<sup>11</sup>

Adaptado a cada uma das regiões onde seria inserido, não deveria ser uma estrutura que se aproximasse de um Hotel, com um elevado número de quartos, instalações modernas e necessitada de um elevado número de pessoal, características que se apresentariam como incompatíveis com a maioria das pequenas terras de província, mas sim "... *um tipo de instalação mais simples e económico, de irrepreensível limpeza, em que o excursionista, o turista, possa ficar, alimentar-se numa atmosfera de repouso, de conforto sóbrio, mas sobretudo economicamente*"<sup>12</sup>. As instalações deveriam ter entre 4 a 10 quartos e caracterizarem-se, tanto quanto possível, como regionais, não só no que diz respeito à construção mas também ao mobiliário, de preferência "*imitação de tipos portugueses regionais*". Quanto à sua localização, e tendo em conta que se destinava a pessoas que

---

<sup>9</sup> As linhas de actuação definidas no congresso apenas seriam aplicadas três anos mais tarde como a transferência dos serviços de turismo para o Secretariado de Propaganda Nacional.

<sup>10</sup> Francisco de Lima – *Pouzadas*. Tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em Vila Nova de Gaia a 25 de Novembro de 1935. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1936, p. 4

<sup>11</sup> Francisco de Lima – op. cit., p.4

<sup>12</sup> Francisco de Lima – op. cit., p.5

viajavam com o intuito de descansar, e que habitualmente viviam na cidade, deveriam situar-se um pouco afastadas das estradas, para evitar ruídos, assim como também não era aconselhado que se encontrasse no meio das povoações.

Um aspecto bastante relevante na tese apresentada por Francisco de Lima foi o facto de se propor pela primeira vez o aproveitamento de edificações já existentes para a instalação destes equipamentos. Pretendia que a construção fosse tanto quanto possível regional mas sugeria duas hipóteses de construção, a de raiz, a qual era aconselhada a prever, desde o início do projecto, a ampliação, e a de adaptação de *"...construções antigas que tenham condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes tirar o seu cunho ou as deformar."*

Apesar do entusiasmo criado em torno do Congresso, o deflagrar da Guerra Civil Espanhola em 1936, acaba por suspender, também em Portugal, qualquer tipo de acção de carácter turístico até 1939, altura em que António Ferro (1895-1956) assume o cargo de Presidente do Secretariado de Propaganda Nacional<sup>13</sup> (SPN), e em que é transferida a pasta do Turismo para este organismo do Estado Novo, tendo sido anexada apenas em 1941.

## 1.2 A política de um Estado Novo. O património e "sentir Português" da primeira série de Pousadas

As Comemorações do Duplo Centenário<sup>14</sup>, realizadas em 1940, marcam uma viragem na atitude do Estado Novo perante o património arquitectónico nacional, desviando-se de uma política de restauro para uma que contribuísse para o engrandecimento e consolidação dos ideais do novo regime.

Em 1929 e, paralelamente à criação em Espanha do PNT e à sua acção inovadora para com o património, na criação da rede de *Paradores y Hosterías del Reino*, era fundada em Portugal, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), entidade criada com o objectivo de *"reunir, num único organismo os serviços de obras dos edifícios e monumentos nacionais e dos edifícios particulares onde funcionavam serviços públicos"*.<sup>15</sup> Além de estabelecer as competências na elaboração de projectos de obras de reparação, de restauro e de conservação dos monumentos e palácios nacionais, e de fiscalizar de modo bastante rigoroso, deveria também formular preceitos técnicos e regras para o tratamento e conservação ou restauro de imóveis. Paralelamente, desempenhava um papel importante na promoção da cooperação entre o estado e as entidades detentoras de imóveis classificados.

---

<sup>13</sup> Instituído em Setembro de 1933 seria um dos principais mecanismos de consolidação e de legitimação do Estado Novo. Em 1945 mudava de nome para Secretariado Nacional de Informação (SNI).

<sup>14</sup> Celebração do VIII centenário do nascimento de Portugal (1143) e do III centenário da Restauração da Independência Portuguesa (1640).

<sup>15</sup> Ver *Caminhos do Património*, p. 15

Os primeiros trabalhos de restauro no património arquitectónico português remontam a meados do séc. XIX, recaindo sobre os monumentos considerados como essenciais para a herança histórica nacional, como o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro da Batalha ou a Sé de Lisboa. Consistiam em intervenções, baseadas em critérios de recriação arquitectónica, suportadas pela doutrina intervencionista de Viollet-le-Duc<sup>16</sup> (1814-1879), e que acabariam por constituir motivo de inspiração para as intervenções a realizar entre 1930 e 1960, já sob a responsabilidade da DGEMN.

No início da década de 30, os serviços da DGEMN davam os primeiros passos na sua organização, numa época caracterizada pela indefinição política e por uma crise económica<sup>17</sup> "será ao sabor da conduta do novo regime que a DGEMN vai estender a sua acção"<sup>18</sup>, iniciando "... de uma forma competente e sistemática, um conjunto de restauros no âmbito do serviço das obras públicas. A sua acção pautava-se por critérios de validação histórica (hoje extremamente discutíveis) que visavam a reintegração do monumento na sua «beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens»"<sup>19</sup>. A unidade de estilo encontrava no "... Portugal do Estado Novo, um campo particularmente favorável, para imperar..."<sup>20</sup> uma vez que o regime pretendia "exibir os testemunhos do passado". Estes, são encontrados nos monumentos nacionais, símbolos de antigas glórias, "... momentos de triunfo da nossa História servem de testemunho da grandeza do passado e justificam o presente que pretende adquirir o mesmo estatuto"<sup>21</sup>. Assim, foi-se tornando visível uma clara preferência pelas acções de conservação e restauro nos monumentos medievais tais como castelos e igrejas românicas e góticas, apesar de as suas acções não ficarem por aqui, estendendo-se também a monumentos de pequeno porte.

Paralelamente à actuação da DGEMN, no restauro de monumentos que exaltassem a pátria, o Ministério das Obras Públicas fazia nascer, em Lisboa, pela mão de Duarte Pacheco (1899-1943), uma série de equipamentos públicos que confirmavam a adesão a uma nova linguagem arquitectónica que pretendia também transmitir um sinal de modernização, como o Instituto Superior Técnico (1927-1941), o Instituto Nacional de Estatística (1931-1935), o Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia (1927-1941) ou a Casa da Moeda (1933-1941)<sup>22</sup>. No final

---

<sup>16</sup> Esta doutrina, apresentada por Viollet-le-Duc no século XIX, defendia a reintegração da pureza original dos monumentos, ou seja, a reconstrução do monumento não era suficiente, era necessário atribuir-lhe uma unidade de estilo, mesmo que isso significasse uma "limpeza" de todos os estilos que não fossem considerados originais. Muitas vezes era um restauro executado a partir de uma "ideia" de edifício, tendo muitas vezes originado equívocos, por falta de informação dos mesmos.

<sup>17</sup> A crise económica criada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929 teve também as suas repercussões no nosso país, sendo que se irá sentir até 1933-34.

<sup>18</sup> Maria João Baptista Neto – "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal", in *Caminhos do Património*. Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1999, p. 28

<sup>19</sup> Paulo Pereira – "(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado.", in *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 99-100

<sup>20</sup> Maria João Baptista Neto – op. cit., p. 31

<sup>21</sup> Maria João Baptista Neto – op. cit., p. 30

<sup>22</sup> Duarte Pacheco responde a um dos binómios mais importantes do Estado Novo: a modernidade versus tradição. A par do desenvolvimento do sector de obras públicas e infra-estruturas, símbolo de mudança e progresso, procura levar a cabo a tarefa de

da década de 30 o regime defende a necessidade de estabelecer uma linguagem visual coerente com a sua ideologia, facto que já se tornava visível no carácter monumentalista expresso no programa de obras públicas, aproximando-se de um vocabulário historicista e regionalista. “A «*política de espírito*» tende a repor uma certa história, balizada entre um Império e um Portugal rural, folclórico, entendido na superficialidade da sua doçura como virtude de resistência à degeneração dos tempos modernos”<sup>23</sup>. Dentro deste quadro, e após contínuos “braços de ferro” entre a linguagem clássico-monumental do regime e a linguagem modernista, a nova geração de arquitectos acabaria por se converter a uma linguagem pseudonacionalista.

A transferência da pasta do Turismo para o SPN, em 1939, leva António Ferro a lançar um primeiro desafio, na perspectiva das unidades hoteleiras ficarem sob sua tutela: reconverter uma antiga pensão em Óbidos num protótipo da imagem das pousadas nacionais, a Estalagem do Lidador (1939-1940). Sob a influência de um estilo próprio, o “sentir português de 1940”, que o SPN reclamava como seu e que ambicionava orientar e incentivar uma nova forma de pensar e de estar na sociedade portuguesa, a nova pousada, espelhava uma veracidade regional, um estilo rústico aliando a arte popular ao conforto.

No início da década de 40, institui-se a ideia de arquitectura portuguesa e de um estilo nacional. Estimulada pela campanha de obras públicas que se encontrava em curso na capital, sob a responsabilidade de Duarte Pacheco, e impulsionada pelas Comemorações dos Centenários e pelas teorias da “Casa Portuguesa” de Raul Lino<sup>24</sup>, esta ideologia estética implementada pelo SPN irá ter um grande impacto na linguagem das pousadas.

O plano das primeiras pousadas, promovida na campanha de “Bom Gosto” conduzida por António Ferro, apresentava-se como um projecto inovador na medida em que delineava uma estratégia a nível nacional, um pouco na semelhança dos *paradores* e *albergues* espanhóis. Além de eleger e promover diferentes pontos de interesse turístico, dotando-os de pequenas unidades hoteleiras, pretendia “encurtar distâncias” a nível nacional e internacional, facilitando as deslocações por todo o país. Se, por exemplo, as pousadas de Elvas e de Serém serviam os principais itinerários com Espanha, a primeira por Sevilha até Madrid, e a segunda ligando a Salamanca, a de Santiago do Cacém dividia o trajecto entre Lisboa e o Algarve.

Ambicionando responder às necessidades reais do país, procuravam construir uma estrutura coerente e racional, apoiando-se num ajuste programático efectuado entre a habitação própria e o grande hotel, num

---

preservação do património arquitectónico nacional, como uma das principais apostas culturais-ideológicas do regime, acreditando na importância do passado histórico para o estabelecimento da identidade nacional. Ver *Caminhos do Património*, p. 30

<sup>23</sup> Ana Tostões – *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Engenharia do Território apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Dezembro de 2002, p. 353

<sup>24</sup> Arquitecto Raul Lino, pleno conhecedor da arquitectura do século XVI, inicia, nos seus primeiros projectos um apego à ideia de enraizamento. Mais tarde começava a realizava uma reinterpretação do legado arquitectónico português, recusando o modernismo, especialmente no que respeita ao urbanismo moderno, e propondo um regresso às raízes, através do conceito de “casa portuguesa”. Esta teoria “baseava-se no entendimento do sítio, e na valorização da paisagem, na reinvenção dos materiais e no valor da vivência doméstica” na busca de uma identidade cultural. (ver Ana Tostões – op. cit., p. 164)

modelo ao estilo da “casa portuguesa”, facilitado pelo programa e pela escala dos projectos. Como era referido no Decreto-Lei<sup>25</sup> tratava-se de “*criar em cada pousada, com a sua originalidade e as características próprias de cada região, uma atmosfera caseira e sem luxos, um ambiente calmo, familiar e português*”. Nestas primeiras unidades de carácter regional, e rural, a “casa portuguesa” denota-se numa série de formalismos construtivos mas também no “espírito do lugar”. O “braço de ferro” entre o modernismo e o estilo “português” também se reflectiu nas pousadas, sendo que os autores dos projectos viram-se obrigados a refugiar-se num regionalismo superficial, de modo a cumprir o “gosto português” exigido pelo SPN, mas que apenas camuflava uma clara linguagem modernista. As primeiras pousadas previstas são encomendadas a dois autores da geração modernista, Jacobetty Rosa (1901-1970), responsável pelas que se encontravam a Sul (Elvas, Santiago do Cacém, S. Brás de Alportel), e Rogério de Azevedo (1898-1983), a Norte (Marão, Serra da Estrela, Serém do Vouga). Enquanto os projectos de Jacobetty se traduziam em volumes puros, cilíndricos ou prismático, escondidos sob beirais, arcadas, pérgulas e azulejaria, os de Rogério de Azevedo, reflectiam um dinamismo volumétrico revestido a granito, rematados com coberturas em telha, alpendres e portadas. Apesar das diferenças entre os projectos para o Norte e para o Sul, esta série inicial de pousadas é caracterizada pela escala doméstica, pela comum distribuição do programa no edifício, na maioria dividida por pisos, facto que resulta da simplicidade do programa mas também da cuidada articulação com o terreno e por fim, pelo conceito de sala de jantar panorâmica, que torna possível aliar a paisagem ao gosto pela gastronomia.

### 1.3 Pousadas entre o Regional e o Moderno

De modo a recuperar economicamente o país do pós-guerra, o Estado Novo aposta numa estratégia industrial que se traduz, em 1953, no I Plano de Fomento (1953-1958), que fixava os objectivos e meios de concretização da nova política nacional. Pretendia “*acelerar o ritmo de incremento do produto nacional, aumentar a produtividade do capital fixo, melhorar o nível de vida dos portugueses, garantir e proporcionar emprego e melhorar a balança comercial*”<sup>26</sup>, favorecendo sectores como a electricidade, os transportes, as comunicações, a agricultura e as escolas técnicas. Tinha chegado o momento de valorizar as obras industriais e de electrificação, direccionando, deste modo, a maior parte do investimento para a criação e modernização das indústrias de base e das respectivas infra-estruturas, atribuindo um particular destaque às indústrias de produção eléctrica e de matérias-primas.

---

<sup>25</sup> Ver *Decreto-Lei n.º 31 259, I Série, 9 de Maio de 1941*, cit. por Ana Tostões em “João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio”, *Monumentos*. Lisboa, DGEMN, n.º 12, Março 2000, p. 53.

<sup>26</sup> Susana Lobo – op. cit., p.73

Em 1954 o cargo de presidente do Ministério das Obras Públicas<sup>27</sup> é assumido pelo antigo director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), o engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982) "...*que realiza ao longo de 13 anos um mandato conduzido com pragmatismo e abertura. (...) A sua capacidade de actualização e cultura alargada contribuiu para a abertura do regime às potencialidades da arquitectura moderna.*"<sup>28</sup>. A par do reconhecimento da necessidade da investigação técnica como modo de evolução do país, e da situação cultural e social vivida no pós-guerra, a produção arquitectónica encontra bases para "*afirmar a inevitabilidade de fazer moderno marcando os anos 50 como anos de ruptura mas também de charneira*"<sup>29</sup>.

A realização do I Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, sob o patrocínio oficial do estado, ocorre no pós-guerra, num momento de contestação ao regime ao mesmo tempo que pretende fazer contas com a modernidade, dando continuidade às premissas do Movimento Moderno lançadas por Le Corbusier (1887-1967). O congresso marcava a reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos portugueses e constituía a primeira vez que os arquitectos se reuniam e "*reivindicavam a arquitectura moderna e a solução do problema da habitação*"<sup>30</sup> discutindo-se as condições em que se exercia a profissão, ao mesmo tempo que se contestava a feição "tradicional" que a arquitectura assumia em Portugal e as imposições estilísticas impostas pela encomenda oficial. Os anos seguintes seriam caracterizados pelo racionalismo da Carta de Atenas e pelo expressionismo da arquitectura brasileira, acabando por levar à difusão dos princípios modernos num contexto cultural fortemente marcado pela tradição, equacionando premissas modernas com a valorização de questões como o contexto, o significado do sítio, a importância dos materiais naturais e dos métodos ancestrais.

No que diz respeito ao património nacional, e após o período de campanha de Obras Públicas levadas a cabo por Duarte Pacheco, numa altura em que o país tentava superar as suas dificuldades económicas, a DGEMN vai perdendo poder para outros organismos do estado e para o sector privado. Estas alterações vão ter consequências na abrangência da acção da DGEMN, que naturalmente, também vai afectar a política das Pousadas.

Em 1954, é definida uma nova série de pousadas e uma nova estratégia de intervenção. Mais alargada do que a da primeira série, vai implicar a reformulação do programa anterior, distinguindo-se por não pretender fixar e definir estereótipos mas por procurar explorar um novo conceito de pousada e as suas potencialidades.

---

<sup>27</sup> O Ministério das Obras Públicas e Comunicações, criado em 1932 pelo Engenheiro Duarte Pacheco, passa, em 1946, a designar-se exclusivamente por Ministério das Obras Públicas, separando-se da pasta das Comunicações. Em 1947 o Engenheiro José Frederico Ulrich assume a presidência do Ministério durante os sete anos seguintes sendo responsável, por exemplo, pela construção da Ponte Marechal Carmona, inaugurada em 1951.

<sup>28</sup> Ana Tostões – *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Engenharia do Território apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Dezembro de 2002, p. 361-162

<sup>29</sup> Ana Tostões – op. cit., p. 365

<sup>30</sup> Ana Tostões – "Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: O protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais", in *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1999, p. 141

Beneficiada pela conjuntura política, e encontrando-se à frente do Ministério das Obras Públicas, Arantes de Oliveira, são contactados, para a realização dos projectos, os arquitectos da chamada geração moderna (nascidos nos anos 20), acto que é visto como um desejo de actualização por parte do regime, embora se pretendesse manter o *"enquadramento legal que referia concretamente a necessidade das pousadas «pelo seu estilo e cor local, [se integrarem] tanto quanto possível, no pitoresco das regiões»*<sup>31</sup>.

Ao nível institucional denotava-se uma abertura à adopção de uma expressão contemporânea para o novo programa de pousadas, que acabariam por oscilar *"entre a afirmação racionalista moderna e o questionamento do próprio estilo internacional no seio dos profissionais, (...) que acabará por desenvolver propostas que marcarão incontornavelmente a evolução da arquitectura moderna portuguesa"*<sup>32</sup>.

Em meados dos anos 50, quando a arquitectura portuguesa se encontrava dividida entre os seguidores da estética defendida pelo regime, e os discípulos do funcionalismo de carácter moderno, evidencia-se Keil do Amaral (1910-1975) defendendo uma perspectiva de trabalho racional aliada a uma linguagem simples e equilibrada, inspirada na tradição popular.<sup>33</sup> Procurando reatar a discussão da "casa portuguesa" lançada por Raul Lino, propõe em 1947 a *"... realização de uma pesquisa séria sobre a arquitectura popular, como caminho de procura de uma arquitectura autêntica afastada dos ecletismos e dos estilos, reclamando-se das próprias raízes"*, procurando então *"... na autêntica cultura portuguesa a inspiração para a humanização da arquitectura"*.

Neste seguimento, e ainda sob influência do Congresso, inicia-se em 1956 o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, que irá culminar, em 1961, no livro intitulado "Arquitectura Popular em Portugal". Este trabalho, fruto de uma intensa pesquisa de dois anos por parte dos 18 arquitectos envolvidos no projecto, tinha como objectivo conciliar a modernidade com a tradição rural através de um estudo aprofundado de *"... diversos aglomerados, numa perspectiva morfológica e mesmo antropológica"*<sup>34</sup>. Apesar ter sido apoiado pelo Governo<sup>35</sup> e de representar, para este, uma oportunidade de fundamentar cientificamente uma arquitectura nacionalista, que pretendia continuar a impôr, para os arquitectos, o Inquérito desempenhava um papel bastante distinto. Pretendia *"...desmistificar o conceito de "casa portuguesa", mostrando, (...) a diversidade da arquitectura tradicional e a sua estrutural racionalidade ..."*, quer como forma de justificar a coerência de vocabulário moderno, quer como ponto de partida para uma acção mais informada sobre as reais necessidades do contexto

---

<sup>31</sup> Ver art.º 2º do Decreto-Lei n.º 31 259, I Série, 9 de Maio de 1941 cit. por Ana Tostões em "João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio", *Monumentos*, Lisboa, DGEMN, p. 53

<sup>32</sup> Ana Tostões - *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Engenharia do Território apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Dezembro de 2002, p. 508-509

<sup>33</sup> Ver Ana Tostões – op. cit., p. 567-569

<sup>34</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 63

<sup>35</sup> A realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa apenas foi possível em 1955 quando Arantes de Oliveira assumiu o Ministério das Obras Públicas.

português<sup>36</sup>. Em vez de demonstrar que existia apenas um estilo genuinamente português, concluía que existiam tantos estilos quanto regiões, redescobrimo as relações entre a arquitectura, o território e os homens, reflexos de uma estreita relação de vários factores, geográficos, climáticos ou condições económicas e sociais. O Inquérito, além de representar para os arquitectos o ponto final dos dogmas nacionalistas defendidos durante anos pelo Regime, viria a anunciar, também, uma década de divergências no que diz respeito ao que deveria constituir a relação entre a tradição e a modernidade.

É neste contexto que se irá desenvolver a 2ª série de Pousadas, dialogando com a modernidade e a tradição e articulando uma relação mais sensível com o sítio e com o “espírito do lugar”. Se as primeiras pousadas tinham sido concebidas para se apresentarem como pontos de passagem nos itinerários principais, a segunda série acaba por se focar na ideia de “*trabalhar as naturais simetrias do terreno, promovendo espaços de permanência que sedimentassem um turismo de carácter local*”<sup>37</sup>.

Todas as quinze pousadas que se inserem nesta série, por procurarem uma relação mais próxima com o “espírito do lugar”, apresentam características bastante distintas, isto é, surgem integradas em dois géneros de envolvente, as denominadas regionais, que dão seguimento às anteriores, e as que se encontram associadas a uma componente marítima e fluvial<sup>38</sup>, explorando tanto a costa portuguesa, como o aproveitamento hidrográfico desencadeado no início dos anos 50.

Neste contexto, e no seguimento do I Plano de Fomento, a União Eléctrica Portuguesa (UEP)<sup>39</sup>, dava início a uma campanha de aproveitamento dos recursos hídricos do país, apostando no vasto potencial energético oferecido pelo vasto conjunto de rios nacionais, através da construção de várias barragens em pontos estratégicos da rede hidrográfica portuguesa. Estes projectos acabaram por originar uma oportunidade de colaboração entre engenheiros e arquitectos, através de acções de dinamização das barragens, quer com pousadas construídas de raiz, quer através da adaptação de antigas habitações de operários e engenheiros. Algumas destas intervenções estavam a cargo da DGEMN, como é o caso da barragem do Castelo de Bode (Pousada de São Pedro), a de Miranda do Douro (Pousada de Santa Catarina)<sup>40</sup>, a da Caniçada (Pousada de São Bento), a de Santa Clara a Velha (Pousada de Santa Clara) e a do Torrão (Pousada do Vale do Gaio).

---

<sup>36</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 63

<sup>37</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 74

<sup>38</sup> Ideia já sugerida em 1943 num artigo da revista *Panorama*.

<sup>39</sup> Surge na sequência da constituição em 1947 da Companhia Nacional de Electricidade com o objectivo estabelecer e explorar linhas de transporte e subestações destinadas ao fornecimento de energia eléctrica aos concessionários da grande distribuição (indústrias electroquímicas, electrometalúrgicas, grandes planos de rega, etc.).

<sup>40</sup> A única, deste grupo, a ser projectada de raiz por encomenda da Hidroeléctrica do Douro (HED), sendo mais tarde integrada nas pousadas oficiais.

Resultantes de uma adaptação de um programa semelhante, à excepção da de Santa Catarina, estas unidades acabariam por dar continuidade à série anterior, no sentido em que ofereciam um ambiente doméstico. No entanto tinham a particularidade de se apresentarem com um programa um pouco mais complexo pela sua especificidade, derivada de uma nova política de turismo. Além de integrarem um maior número de quartos, tentavam uma aproximação a uma vivência doméstica através da introdução de novo conceito, o de “sala de estar”, que lhes confere um novo carácter e permite uma nova organização espacial em torno deste espaço. Outra mais-valia reside nos locais privilegiados onde se encontram, pois facultam um “panorama único”, que concilia a intervenção do Homem na Natureza, as barragens, com a paisagem natural onde estas se inserem.

Apesar da indefinição entre o tradicional e o moderno, nota-se uma crescente tentativa, por parte dos arquitectos, de ir abrindo caminho ao modernismo, ao nível da distribuição programática e da criação de novos espaços em harmonia com a natureza. Se na Pousada de São Pedro, inaugurada em 1954, na Barragem de Castelo do Bode, o arquitecto opta por se manter fiel à temática da “casa portuguesa” através de uma imagem regionalista – beirais à portuguesa, as molduras das cantarias, as portadas de madeira ou o alpendre – introduz também uma inovação, através de uma distribuição espacial mais dinâmica, antevendo já uma correspondência forma/função. A Pousada de S. Bento na Caniçada, caracterizada por se manter fiel à estrutura original, que jogava com o granito e a madeira de modo a estabelecer uma relação mais natural com o sítio, é trabalhada a partir de uma nova lógica de organização, optando por destacar, pela primeira vez, a sala de estar, em detrimento da de jantar. Com duplo pé direito, sobre o qual se debruça o primeiro piso de quartos, proporciona uma vista panorâmica sobre o rio, através de um grande envidraçado que se prolonga para a sala de jantar. As pousadas da autoria de Raúl Chorão Ramalho (1914-2002), destacam-se por diferentes motivos. Se na Pousada de Santa Clara, aposta numa planta em malha hexagonal, ao género de Frank Lloyd Wright (1867-1959), utilizando o módulo dos quartos para definição da escala do edifício, na Pousada do Vale do Gaio, releva uma grande cumplicidade na adaptação da estrutura existente, onde funcionam as zonas de serviços e a sala de jantar, com o novo corpo da pousada, que acolhe os seis quartos e a sala de estar. Resultante da adaptação de um antigo abrigo de caçadores, de carácter tradicionalista, foi-lhe adicionado um corpo de características assumidamente puristas, acabando por conferir à pousada uma acentuada horizontalidade.

Paralelamente a esta vertente, apostava-se também nos recursos turísticos na costa portuguesa através de uma série de quatro pousadas que complementavam o percurso entre o Norte e o Sul dividindo-o entre Aveiro, Nazaré, Portinho da Arrábida e Sagres. Integrada nas Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1394-1460)<sup>41</sup>, vai ser a Pousada de Sagres a despoletar a concretização desta ideia, assumindo um

---

<sup>41</sup> Numa altura em que a Europa adopta ideais anti-colonialistas incentivando a descolonização das grandes potências, Portugal pretende com as Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, reafirmar a legitimidade do domínio colonial português, ao

papel muito importante para o Regime, de tal forma que o Ministério das Obras Públicas, com o intuito de controlar o processo de desenho e concretização da Pousada, convida um antigo colaborador, o arquitecto Jorge Segurado, em vez de o entregar à geração mais nova.

É na entrega dos projectos aos mais novos, que começam a surgir problemas na concretização das pousadas. O projecto da pousada da Nazaré, também inserida neste grupo, de Ruy d'Athouguia (1917-2006), é exemplo desse desentendimento entre o Regime e os arquitectos. Apesar de aprovada e apoiada pela DGEMN, foi inviabilizada pelo Secretariado Nacional Informação (SNI), por não se "*integrar tanto quanto possível no pitoresco das regiões*". Projecto verdadeiramente racionalista, propunha um volume assumidamente horizontal no topo de uma escarpa, ressaltando desse modo, a "*extrema pureza e regularidade de toda a composição*"<sup>42</sup>. Também o projecto da Pousada da Arrábida<sup>43</sup>, de Raúl Chorão Ramalho, não seria concretizado, mas por razões distintas, uma vez que foi aprovado pelo SNI, em 1958, mas inviabilizado devido à inexistência de abastecimento de água e luz na zona da serra da Arrábida.

Deste modo, das quatro pousadas previstas, apenas duas viriam a ser executadas mas em situações bastante distintas. Em Sagres, Jorge Segurado avança com uma linguagem caracterizada por um sentido histórico-celebrativo imposto pelo Estado Novo, assumindo a carga simbólica do local, enquanto que o arquitecto Alberto Cruz dispõe, em Aveiro, de um cenário diferente e bastante mais livre, permitindo-lhe apostar na integração dos materiais tradicionais numa linguagem de características modernas. Aliás, este projecto, apesar de contemporâneo ao de Sagres, que representa um claro recuo na política das pousadas, anuncia já as reflexões que se irão fazer na série de pousadas que lhe sucederá, as regionais.

Influenciadas pelo contacto com uma "nova" arquitectura popular revelada pelo Inquérito de 1955, e pela reflexão crítica da nova geração de arquitectos, este ciclo de pousadas irá caracterizar-se pela procura de referências locais e por uma contextualização que acabaria por dar lugar a explorações organicistas e regionalistas críticas<sup>44</sup>. Esta procura vai, no entanto, criar alguma resistência por parte de um Regime que não se encontrava disposto a abdicar, ainda, da sua estética oficial, levantando por isso, bastantes problemas aos projectos apresentados. Aliás, das oito pousadas previstas apenas seis seriam construídas, e algumas delas em longos períodos de tempo e com significativas alterações ao projecto inicial, por exemplo, se o projecto da Pousada da Póvoa das Quartas, de Manuel Tainha, data de 1955/58, esta só seria inaugurada em 1971.

---

mesmo tempo que vê uma Índia independente reclamar soberania de Goa, Damão e Diu, que anexa à força no final de 1961, e que se inicia a guerra colonial em África, anunciando já o fim do Estado Novo.

<sup>42</sup> Susana Lobo – op.cit., p. 78

<sup>43</sup> Projecto consistia na ampliação e remodelação da Estalagem Gama, na Fortaleza de Santa Maria, realizada por Leonardo de Castro Freire em 1955.

<sup>44</sup> Ver Ana Tostões - Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: O protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais", in *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1999, p. 145

Enquanto estas pousadas enveredavam por um caminho que não o oficial, a revista *Arquitectura* desempenhava um papel de extrema importância, na divulgação do trabalho moderno que se pretendia desenvolver nestas unidades hoteleiras<sup>45</sup>. Os projectos apresentados "*testemunham os primeiros indícios da concretização de uma etapa decisiva na evolução da arquitectura portuguesa*" e entre eles encontravam-se as Pousadas para Oliveira do Hospital de Manuel Tainha, para Valença do Minho de João Andresen, para a Portela da Gardunha de Francisco Blasco e para Vilar Formoso de Nuno Teotónio Pereira, sendo que estas duas últimas nem chegaram a ser construídas.

Caracterizadas por procurarem um equilíbrio natural entre o meio paisagístico onde se inseriam, a melhor exposição solar e a distribuição funcional de um programa complexo, não descuidavam a escala humana do projecto, procurando sempre o conforto para o hóspede. Como referia a revista *Arquitectura*, apesar de destes projectos de inserirem em regiões e paisagens distintas, todas elas tinham em comum o facto de procurarem integrar-se no "ambiente pré-existente", quer ao nível interno "*...(na procura de ângulos panorâmicos mais ricos, na distribuição e tratamento das diferentes zonas, etc.)*", quer do ponto de vista externo "*(no agrupamento de volumes e espaços, no emprego de técnicas já historicamente experimentadas, nas relações da obra com o meio que se reflecte nela pela orografia, o clima ou a geografia humana)* "; assumindo uma nova postura perante o território, não encarando o edifício só por si, mas englobando-o na envolvente. Os projectos destes arquitectos modernos tinham a ver "*...com o sentimento de ligação à terra e à tradição das coisas comuns, aos valores da paisagem que os emocionam e do homem que se funde com a paisagem*"<sup>46</sup>.

Deste modo, e como disse João Andresen, era necessário que as construções se casassem intimamente com a paisagem e que se aparentassem com a arquitectura da região<sup>47</sup> procurando-se, segundo Francisco Blasco, que o "*aspecto plástico da(s) obra(s), conseguido (...) de acordo com os princípios de uma arquitectura dos nossos dias, se integrasse não só no local como também nas características das construções*"<sup>48</sup> da região, conciliando a utilização de materiais e processos de construção vernaculares com uma expressão de cariz moderno.

Neste contexto os arquitectos passam a debater o conceito de pousada regional, encarando-a agora mais em termos de escala e intimidade do ambiente e tomando a paisagem, sempre presente e de modo muito marcante, como um elemento de valorização do espaço interno, facto este que se traduz, tanto em espaços de grande amplitude visual, como em novos tipos de contacto com o exterior, através de pátios ou pequenos jardins que possibilitassem zonas de maior envolvimento e recolhimento.

---

<sup>45</sup> Ver o n.º 62 da Revista *Arquitectura*, de Setembro de 1958

<sup>46</sup> Domingos Tavares – "Modernos do Porto", *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro 1953-1964*. Porto, FAUP Publicações 1997, p. 16.

<sup>47</sup> João Andresen – "Quatro Novas pousadas", in *Arquitectura*. Lisboa, 3ª Série, n.º 62, Setembro 1958, pág. 11-16

<sup>48</sup> Francisco Blasco – "Projecto de uma Pousada entre Castelo Branco e Fundão", *Arquitectura*, Lisboa, 3ª série, n.º 62, Setembro 1958, p. 17-19

#### 1.4 A Adaptação a Pousadas

A acção da DGEMN no campo das pousadas, reflecte o percurso, as indefinições e discussões, presentes na política arquitectónica nacional do séc. XX, facto que lhe permitiu avançar em duas vertentes, a do modernismo e a da evocação. Paralelamente à construção das pousadas de raiz, a DGEMN realizava, desde meados do século XX, e até aos dias de hoje, adaptações de monumentos a pousadas, e se as primeiras adaptações surgem da necessidade de atribuir uma utilidade prática ao vasto património restaurado, as pousadas mais recentes *"reflectem o alargamento da noção de património e o acentuar de uma perspectiva cultural e distanciada na relação com a história, estimulada pelas convenções internacionais, desde a Carta de Veneza"* <sup>49</sup>.

As primeiras intervenções, deste género, no património não surgiram inseridas numa estratégia mais abrangente, ao contrário do que sucedeu com os *Paradores* espanhóis na década de 30. Se estas estruturas se caracterizavam pelo facto de promoverem a cultura e a visita a cidades e locais de interesse histórico e natural, adoptando uma política de rentabilização de recursos patrimoniais e paisagísticos, permitindo-lhes salvaguardar o restauro dos monumentos assim como garantir a sua conservação, ao lhes atribuir um uso actual, em Portugal, as primeiras adaptações, surgem como intervenções *a posteriori*, em edifícios acabados de restaurar. No primeiro caso em Portugal, no Castelo de Óbidos, mais tarde a Pousada de Óbidos, denota-se a necessidade, e a preocupação, de fazer com que o edifício, apesar de restaurado, não ficasse novamente à mercê do tempo, inutilizado. Neste sentido, surge a ideia de aproveitar os edifícios, para a instalação de pousadas, que atraíssem ao local o maior número de visitantes, nacionais e estrangeiros, com clara vantagem tanto para o monumento como para o país<sup>50</sup>.

Inseridas num contexto político que defendia a exaltação da pátria, as intervenções no património, apesar de terem como objectivo a conservação e valorização do património, também deveriam reflectir a ideologia evocativa do monumento como reflexo da Nação, sobrepondo, deste modo, a integridade física e espiritual ao aspecto funcional do programa, resumindo-se por isso, quase sempre, a uma arquitectura de interiores.

Este tipo de adaptações, comuns até ao final dos anos 70, de carácter não intervencionista, eram suportadas pela teoria de Luca Beltrami – o *restauro storico* – doutrina esta que defendia que deveria ser feita uma *"... leitura histórica dos monumentos, de modo a reconstruir – ou então, pura e simplesmente a "construir" – o que neles faltava ou o que neles não se havia sequer edificado por motivos vários. (...) Do simples restauro, que pretendia tornar-se fiel a uma linguagem artística estribada na objectividade histórica, rapidamente se avançou*

---

<sup>49</sup> Ver Caminhos do Património – op. cit., p.179

<sup>50</sup> Ver *Castelo de Óbidos*, Boletim da DGEMN n.º 68-69. Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952

*para intervenções cujo resultado era, sobejamente, subjectivo.*"<sup>51</sup>. Tratando-se, maioritariamente, de intervenções de carácter urgente, considerando o grau de degradação dos imóveis e a inexistência de um suporte teórico consistente, muitas acabariam por resultar em restauros de carácter subjectivo, variando conforme os critérios de cada um dos encarregados do restauro. A maioria acabava por consistir em trabalhos de consolidação e restituição dos imóveis, sendo a adaptação reduzida a uma mera compartimentação e organização racional dos espaços resultantes.

Ao longo do tempo veio a verificar-se que as intervenções ocorreram, maioritariamente, em duas tipologias distintas, os edifícios fortificados e as estruturas conventuais, que, conseqüentemente, originaram dificuldades distintas. Se as primeiras colocaram mais problemas na adaptação do programa, como por exemplo na definição de acessos verticais e esquemas de distribuição, assim como na definição de zonas comuns e zonas privadas, os trabalhos nos edifícios conventuais encontrava-se facilitado devido à analogia de funções, permitindo utilizar o esquema de distribuição do convento para o de distribuição da pousada. Assim, *"a antiga portaria é transformada em entrada, o claustro em espaço de distribuição, a sala do capítulo em espaço de estar, o refeitório em sala de jantar, e, naturalmente, as celas em quartos de hóspedes"*<sup>52</sup>.

Apesar do carácter ideológico do Regime, nos trabalhos efectuados em Óbidos e nos Lóios perspectivavam-se novos conceitos e lógicas de actuação, mostrando uma nova abertura por parte do Estado Novo. Em Óbidos, devido à classificação do castelo e da própria vila histórica como monumento nacional, e na Pousada dos Lóios, em Évora, pelas preocupações em diferenciar a intervenção nova da estrutura antiga do convento, dissimulando os materiais e técnicas modernas, utilizados para a consolidação do monumento, de modo a não alterar o carácter da estrutura restaurada.

Encarados como sinal de abertura a novos parâmetros de classificação e de intervenção no património, estes viriam a ser consolidados em 1964, na Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios – a Carta de Veneza. Baseada no *Restauro Crítico* defendido por Cesare Brandi e Roberto Pane *"promotores de uma hierarquia de intervenções que ia da consolidação à reafecção de uso, para evitar a perda "social" do monumento"*, a Carta de Veneza surge da *"necessidade de sistematizar (...) os conceitos e princípios relativos à salvaguarda e protecção do património; ansiava-se por um conjunto de orientações e directrizes capazes de unificar a diversidade de atitudes tomadas face à situação decorrente do grande conflito, e de regular a actuação sobre os monumentos por toda a Europa"*<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Paulo Pereira – Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História, in *Intervenções no Património 1995-2000. Nova Política*. Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1997, p. 16

<sup>52</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 116

<sup>53</sup> Matilde Cardoso – "Património Moderno, do Conceito à Intervenção", Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2006, p. 23

Uma das suas inovações consiste no alargamento do conceito de monumento histórico<sup>54</sup>, no sentido em que valoriza e protege não só os monumentos, mas também os sítios onde estes se inserem, como um conjunto coerente e significativo. Quanto à actuação no património, o respeito pelo objecto começa ainda antes da intervenção, na medida em que esta deve ser antecedida por um conhecimento histórico rigoroso, que permita respeitar o contributo das diferentes épocas construtivas. No que diz respeito à conservação, impõe uma manutenção permanente e proíbe a remoção ou a substituição de um edifício, ou parte dele, excepto em casos excepcionais. Quanto ao restauro, define-o como "*operação altamente especializada que deve ter um carácter excepcional*" e que se destina a "*preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos*". Contribuiu ainda para a definição de diversos tipos de intervenções de conservação e restauro, privilegiando, no entanto, "*...conservação pura e simples, ao restauro documentado e científico propondo ainda que as adições de obra nova, inerentes à sobrevivência de um imóvel, se fizessem de acordo com a conjuntura de gosto, marcando a diferença entre o antigo e o novo*"...<sup>55</sup>.

Encontrando-se a DGEMN numa situação de renovação, a Carta de Veneza acaba por desempenhar um papel bastante importante na sua futura actuação, particularmente no campo das pousadas. Além de ter incentivado a reflexão e o debate sobre os conceitos de intervenção no património, levou também ao progressivo interesse pelos centros históricos como "*factores importantes de identidade local, mas também como catalisadores da invenção de novos espaços urbanos*"<sup>56</sup>, factores que se vêem traduzidos nas novas pousadas da DGEMN, nomeadamente na Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, e na Pousada de D. Diniz, em Vila Nova de Cerveira. Na primeira denota-se um claro respeito pelas várias épocas de construção de que o monumento foi alvo, utilizando-as como a própria matéria de projecto, a segunda destaca-se por se tratar do primeiro exemplo de reconversão de um conjunto habitacional de um centro histórico a pousada.

A postura adoptada nestas intervenções anuncia uma mudança da política das pousadas oficiais. Além de promover uma nova "*relação com o tempo e a história, o saber e a arte*"<sup>57</sup>, demonstra um novo tipo de "culto" do património histórico, no qual a cultura deixa de ser encarada como uma realização pessoal para ser tomada como uma indústria. "*Símbolos de uma memória e identidade colectivas, a gradual "extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais foi acompanhada pelo crescimento gradual do seu público"*,

---

<sup>54</sup> Carta de Veneza, art.º 1º: A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua um testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com o tempo, um significado cultural.

<sup>55</sup> Paulo Pereira – op. cit., p.23

<sup>56</sup> Margarida Souza Lôbo – *Cultura Urbana e Território*. Portugal Arquitectura do Séc. XX, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.115

<sup>57</sup> Françoise Choay – *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2000, p.211.

*traduzindo no “desenvolvimento d(e uma) sociedade de lazer e do seu correlativo, o turismo cultural, dito de massas”<sup>58</sup>.*

Esta nova situação de “culto” do património histórico acaba por exigir um redimensionamento da política de intervenção. Encarado agora como “produto cultural”, o estado é o primeiro a explorar a situação, centrando os seus esforços de intervenção, na reconversão e adaptação de edifícios de interesse patrimonial ou inseridos em centros históricos, como é o caso das Pousadas de Nossa Senhora da Oliveira (1979), em Guimarães, a de Barão de Forrester (1983), em Alijó, e a de Mestre Afonso Domingues (1985), na Batalha, abandonando gradualmente a construção de pousadas de raiz.

Pretendendo dar resposta a estes interesses específicos da indústria do Turismo, e face à sua importância no contexto nacional, é criada, em 1979, a ENATUR – Empresa Nacional de Turismo – entendida como uma *“empresa pública, com autonomia administrativa e financeira, a fim de poder vir a ser gerida segundo princípios que visem obter a economicidade óptima (...) num domínio em que a capacidade de manobra e permanente adaptação a situações novas se põe com maior acuidade.”<sup>59</sup>* Esta nova entidade pública ficava responsável pela reestruturação, racionalização e exploração das unidades hoteleiras que se encontravam sob o poder do governo, e os imóveis, que não se inserissem na categoria de monumentos nacionais ou de imóveis classificados, deveriam ser integrados no seu património<sup>60</sup>.

As pousadas oficiais ficavam assim repartidas entre a DGEMN e a ENATUR, situação que só viria a ser esclarecida num Decreto-Lei de 1984<sup>61</sup>, no qual se delegava a exploração das pousadas à ENATUR, mas a sua classificação como pousadas era da competência da Direcção Geral de Turismo (DGT) e poderia ser *“atribuída a estabelecimentos instalados em imóveis qualificados pelas entidades competentes como monumentos nacionais ou de interesse público”*, mas também a estabelecimentos hoteleiros instalados em *“edifícios que disponham de limitada capacidade de alojamento e que obedeçam, quer em traça arquitectónica, quer em materiais utilizados, às características locais e se situem fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro”*. Além de *“colaborar na recuperação e aproveitamento para fins turísticos de monumentos e outros edifícios de valor patrimonial”<sup>62</sup>* estava também dentro das suas competências *“propor o aproveitamento turístico de espaços disponíveis pertencentes ao Estado, por si ou com a participação da iniciativa privada”*.

---

<sup>58</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 122

<sup>59</sup> Decreto-Lei n.º 662/76, Diário da Republica, I Série, n.º 181, 4 de Agosto de 1979

<sup>60</sup> Todos os monumentos nacionais ou imóveis classificados afectos à exploração de estabelecimentos hoteleiros ficariam ao cuidado da DGEMN

<sup>61</sup> Decreto-Lei n.º 207/84, Diário da Republica, I Série, n.º 145, 25 de Junho de 1984

<sup>62</sup> Decreto-Lei n.º 157/86, Diário da Republica, I Série, n.º 143, 25 de Junho de 1986

Em 1980 é lançado o Novo Plano Nacional de Pousadas, o qual incentivava a continuação da exploração deste sector face à sua importância no contexto nacional. O Plano Nacional de Pousadas de Turismo, publicado em 1989, estava estruturado segundo duas grandes linhas de actuação, a "*adaptação a pousadas em edifícios existentes de qualidade, promovendo-se por esta via uma recuperação significativa e exemplar do nosso património cultural*" e a "*cobertura racional do território em consonância com as necessidades de cada*" região.

Neste contexto, a década de 90, e influenciada pelos exemplos da Pousada de Santa Marinha e da de D. Dinis, irá caracterizar-se pelo facto de as intervenções serem, maioritariamente, entregues a arquitectos de renome, enquanto sinónimo de arquitectura de qualidade e esperando que, assim, se formulasse uma estratégia de reutilização e requalificação do património construído, enquanto participantes activos na política de Turismo.

## 2. Casos de Estudo: Análise

### 2.1 Pousada do Castelo, Óbidos

Inserida numa das mais características vilas de Portugal, que ainda hoje se apresenta como um aglomerado composto pelo castelo e a cintura amuralhada dentro da qual se desenvolveu a vila, a Pousada do Castelo instalada na própria fortificação, adopta o carácter medieval da vila de Óbidos, levando-nos numa permanente visita ao passado. A sua imagem urbana, tão característica, define-se pelo recorte sinuoso do perímetro amuralhado, adaptado ao relevo, destacando a silhueta da cidadela e o antigo Paço dos Alcaldes, onde hoje se encontra a Pousada do Castelo.



Figura 1 Pousada do Castelo

Localizada na região Centro Oeste do País, a vila de Óbidos implanta-se no topo do cume de um monte escarpado, orientado a Norte, a 79 metros de altitude, usufruindo de uma posição privilegiada junto à costa, local onde, noutros tempos, chegavam os braços da Lagoa de Óbidos. Sabe-se que foi sendo sucessivamente ocupado por Romanos, Visigodos e Árabes, aos quais, a 11 de Janeiro de 1148, D. Afonso Henriques (1109-1185) tomou a vila, em plena campanha de conquista de Portugal aos mouros. A cidade medieval surge segundo um crescimento natural e orgânico, adaptada a uma topografia irregular que a define, e lhe permite tirar partido em caso de necessidade de defesa. Em 1210 a vila passa a fazer parte do dote de casamento da Rainha D. Urraca (1187-1220), ficando a pertencer à Casa das Rainhas, e a merecer os favores destas até 1834, altura em que é extinta. Apesar das acções das soberanas terem contribuído para o melhoramento e crescimento da Vila, será com a Rainha D. Leonor (1458-1525) e com a Rainha D. Catarina (1507-1578), que o castelo de Óbidos sofrerá as maiores alterações. Sendo o Paço dos Alcaldes, o local preferido da Corte como local de veraneio, a Rainha D. Leonor utilizava a Vila para aí se instalar cada vez que se deslocava às Caldas da Rainha para os seus banhos termais, tendo por isso, mandado ampliar o Paço dos Alcaldes, e recorrendo ao gosto manuelino para o fazer. A presença assídua dos casais régios, acabou por desenvolver a vila, patrocinada especialmente pelos mecenatos artísticos de D. Leonor e de D. Catarina, as quais contribuíram em grande parte para a paisagem arquitectónica que hoje conhecemos. Tendo sido alvo de terramotos, sendo que o de 1755 se fez sentir com intensidade, acabando por derrubar partes da muralha e alguns edifícios, e palco de guerras (Guerra Peninsular, 1807-1814), o Castelo e as Muralhas são, em grande parte fruto da acção de restauro executado no séc. XX, mas que garantem a identidade medieval tão característica de Óbidos.

No início dos anos 30, a acção da DGEMN, em consonância com a política do Regime, lança-se sobre o restauro de monumentos nacionais que simbolizassem os testemunhos e glórias do passado, e o Castelo de Óbidos não foi excepção. Inserido num conjunto considerado um só monumento nacional<sup>63</sup> - a Vila de Óbidos - o antigo Paço dos Alcaides, localiza-se dentro da cidadela, encostado à face Norte da Cerca Velha, sendo que a sua fachada a Norte coincide com a própria muralha, enquanto a fachada Sul, é flanqueada por dois torreões de alturas e dimensões distintas, a Torre de D. Fernando e a Torre de D. Dinis. Ambicionando uma clara unidade de estilo, que testemunhasse a grandeza do Passado a concepção e realização da restauração teriam sido executadas com *"plena compreensão do Passado e do Presente"* concorrendo *"sem dúvida para aproximar o monumento (que já não se acha esquecido nem arruinado) do sentimento patriótico de todos nós"*, como explicita o Boletim da DGEMN. Deste modo, e apesar da intervenção se ter iniciado pela consolidação das muralhas exteriores, ao avançar-se para o restauro do Castelo, encontrou-se um interior bastante degradado, no qual se teve que proceder à demolição de algumas paredes secundárias, assim como também foi necessário reconstituir algumas das paredes exteriores que se encontravam em ruína. Nas paredes que subsistiram foram restaurados pormenores decorativos de frontaria, ainda hoje existentes.

Perto da conclusão das obras de restauro da Alcáçova, em 1946, surge a ideia de *"se aproveitar esse notável edifício (de antemão condenado a permanecer vazio e inútil (...)) para a instalação de uma «pousada» que atraísse ali maior número de visitantes (...) com manifesta vantagem do monumento e até do País..."*<sup>64</sup>. Neste sentido, e após um cuidado estudo sobre a possibilidade de adaptação, decide-se avançar com a intervenção, tornando a Pousada do Castelo, como se viria a chamar, no primeiro exemplo de adaptação a pousadas no nosso país.



Figura 2 Interior do Paço dos Alcaides após o restauro da DGEMN

Neste contexto, a obra de adaptação seria entregue, em 1948, ao arquitecto João Filipe Vaz Martins, tendo como premissa *"...não sacrificar, com quaisquer obras imprudentes ou descabidas, a feição tradicional e, a bem dizer, «sentimental» daquele velho palácio Casteleiro..."*, ou seja, inserida na política de restauros integrais dos edifícios, com o intuito de lhes restituir a *"traça original"*<sup>65</sup>, a reconversão deveria ser executada de modo muito subtil, de modo a não interferir no significado histórico do monumento. Deste modo, a intervenção acabou por se

<sup>63</sup> Na época em que a DGEMN iniciou o restauro do Castelo e da Muralha de Óbidos, a Vila constituía um único monumento nacional, pelo Decreto n.º 38.147 de Janeiro de 1951. Ver *Castelo de Óbidos*, Boletim da DGEMN, n.º 68/69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952, p. 18.

<sup>64</sup> Boletim da DGEMN - op. cit., p. 21

<sup>65</sup> Ver Paulo Pereira - "(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado.", in *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 99-110

reduzir a *“uma cautelosa e proporcionada subdivisão do espaço habitável”*<sup>66</sup>, nunca descurando a procura de um ambiente “doméstico” no interior de uma fortaleza, e a umas pequenas obras “inofensivas”, necessárias à correcta integração de uma vivência moderna em construções arcaicas. A pousada seria então inaugurada em 1950, direccionada para o Homem moderno mas “parada” na época medieval.

Inserida na cidadela, dentro das muralhas, a pousada, de apenas 9 quartos, é antecedida por um pátio que abre caminho até à recepção, localizada no primeiro piso da ala a Este. A forma do edifício, de planta em U, e o facto de se encontrar implantado sobre a muralha a nascente, não facilita o funcionamento do programa hoteleiro que alberga. Constituída por 3 pisos, o acesso à pousada faz-se pelo piso intermédio, que, da recepção, dá acesso directo a dois espaços comuns e consecutivos, a sala de estar e o bar. É este último que faz a distribuição ou, ao segundo piso, apenas através de umas pequenas escadas, ou à ala central da pousada, onde se encontram quartos de hóspedes e ainda o acesso vertical, novamente através de umas escadas, ao piso 0, onde se encontram as instalações destinadas aos funcionários. No segundo piso acede-se directamente à sala de estar, comunicando esta com a sala do restaurante, no corpo central, e com uma zona de quartos, na ala a este, que comunica com o exterior, e por onde se efectua o acesso a outros quartos, os mais característicos pela sua identidade medieval, um situado na torre D. Dinis, e os outros dois na torre D. Fernando. O segundo piso inclui ainda o espaço da cozinha, no corpo a oeste, assim um acesso directo, através de uma escadaria, do restaurante para o pátio, restaurante este, iluminado por duas janelas geminadas do estilo Manuelino, que acentuam o carácter medieval da envolvente.

## 2.2 Pousada de São Teotónio, Valença do Minho

Valença, vila portuguesa do distrito de Viana do Castelo, ergue-se na margem esquerda do Rio Minho, fronteira à cidade espanhola de Tui, e à qual estabelece uma ligação através de uma ponte rodoviária conectando Portugal e Espanha, inserida numa paisagem deslumbrante cuja personagem principal é o percurso do rio entre margens verdejantes. Neste contexto idílico, surge a fortaleza de Valença, no topo de dois outeiros aplanados a 60 m de altitude,



Figura 3 Fortificação de Valença

debruçando-se sobre o Rio e envolvendo a vila, e é, no limiar da muralha a Norte, que se encontra a Pousada de São Teotónio.

---

<sup>66</sup> Boletim da DGEMN – idem

As origens da vila de Valença, ou Contrasta como era então conhecida, remontam ao final do séc. XII e ao reinado de D. Sancho I (1154-1211), que impulsiona a fundação de uma povoação fortificada. Adquire foral em 1217, por D. Afonso II (1185-1223), numa época em que já possuía a cintura de muralhas e se apresentava como o principal ponto de acesso entre o Norte de Portugal e a Galiza, acabando por assumir, deste modo, uma importante posição nas relações entre as duas regiões. Hoje, da muralha medieval, pouco permanece, e o que existe data do reinado de D. Afonso III (1210-1279), sabe-se no entanto que em 1262, o rei ordenou a renovação e a ampliação da cerca existente, passando esta a envolver toda a população. No início do séc. XVI, D. Manuel estipula a reparação da muralha, complementando-a com barbacãs, evidenciando deste modo, a importância que Valença detinha como terra fronteiriça. A praça-forte, como hoje se conhece, foi construída no séc. XVII no contexto das Guerras da Restauração da Independência Portuguesa, com o objectivo de reforçar a defesa numa das localidades mais expostas aos ataques espanhóis. Neste sentido e, seguindo o projecto do engenheiro militar Miguel de l'Escole, que se baseava nos princípios de construção de Vauban<sup>67</sup> (1633-1707), construiu-se uma fortificação abaluartada de patamares sobrepostos, de modo a tirar partido das condições topográficas do local. Apesar da sua construção se ter iniciado em 1661, apenas ficaram concluídas em 1713. No início do séc. XX surgem então as primeiras intenções de restaurar as fortificações da Praça de Valença, intervenção esta que se estendeu à reabilitação das ruas e casas da vila, encontrando o seu expoente na construção da Pousada de São Teotónio, que constituiria uma "*conclusão natural de todo o processo vindo a localizar-se, como uma alcáçova, num recanto privilegiado da povoação fortificada*"<sup>68</sup>.

Inserida na 2ª série de pousadas, lançada em 1954, a Pousada de São Teotónio surge numa altura de indefinição da arquitectura nacional. Apesar de o Regime, pela acção do Ministro das Obras Públicas Arantes de Oliveira, demonstrar uma certa abertura às potencialidades da arquitectura moderna, que se pode traduzir no convite realizado aos jovens arquitectos nascidos na geração de 20 para a realização dos projectos das pousadas, ainda se mantinha o mesmo enquadramento legal, que "*referia concretamente a necessidade das pousadas «pelo seu estilo e cor local, [se integrarem] quanto possível, no pitoresco das regiões*"<sup>69</sup>. Por outro lado, os arquitectos, influenciados pela realização do I Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, reivindicavam a arquitectura moderna ao mesmo tempo que contestavam os regionalismos impostos pela encomenda oficial. Se em meados década de 50, a arquitectura portuguesa se encontrava dividida entre a modernidade e a estética oficial, a realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, iniciado em 1956, representa o final dos dogmas nacionalistas impostos pelo regime, anunciando uma estreita relação entre a

---

<sup>67</sup> Arquitecto de origem francesa que divulgou o tipo construtivo de fortaleza baseada em bastiões estrelados.

<sup>68</sup> João Vieira Caldas (com.) – *Caminhos do Património*, op. cit., p. 108, cit. por Ana Tostões em "João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio", *Monumentos*. Lisboa, DGEMN, n.º 12, Março 2000, p. 53

<sup>69</sup> Ana Tostões – op. cit., p. 53

modernidade e a tradição. Neste quadro a segunda série de pousada constitui "...sinal singular de uma diferente postura, apostada em valores de modernidade epocais, que oscilavam entre a afirmação racionalista moderna e o questionamento do próprio estilo internacional no seio dos profissionais..."<sup>70</sup>.

Apresentando-se como a primeira obra pública desenvolvida de um arquitecto assumidamente moderno num contexto de fortes características históricas, a Praça-forte e Vila de Valença, o trabalho executado por João Andresen (1920-1967) na Pousada de São Teotónio, evidencia-se não só na importância que assumiu no que diz respeito à intervenção no património, mas também pelas características modernas que se integram de modo subtil, tanto na paisagem natural como na paisagem construída. "Apesar de, ainda hoje, estar classificado como pousada regional, o edifício de São Teotónio é claramente representativo de uma arquitectura que pretendia combater o regionalismo..."<sup>71</sup> expresso em pousadas da série anterior, onde João Andresen explora as potencialidades paisagísticas através de ambientes de grande fluidez e intimidade, recorrendo a materiais e técnicas locais.

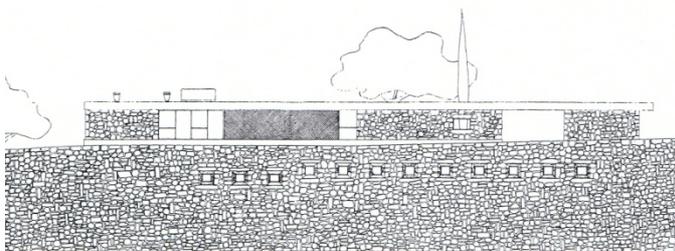


Figura 4 Alçado do 2º Ante-projecto. Integração na muralha.

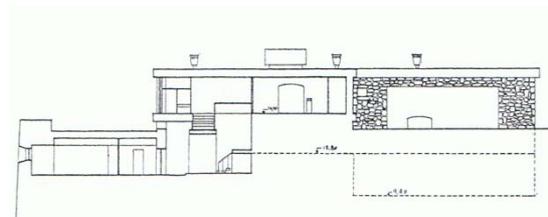


Figura 5 Corte do 2º Ante-projecto.

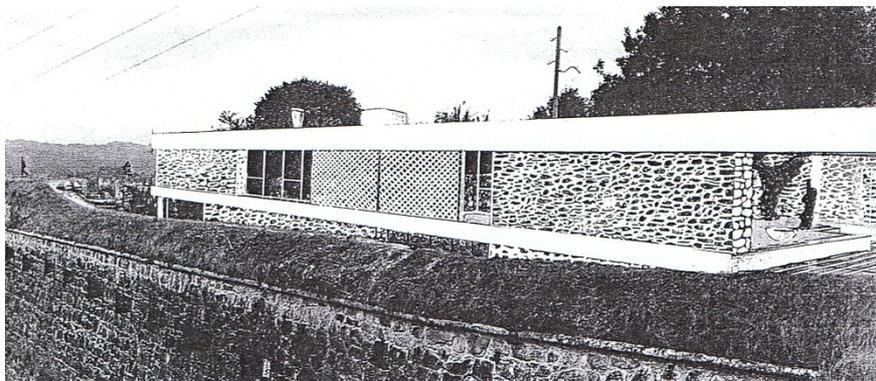
No desenvolvimento do projecto, o autor desenvolveu vários ante-projectos, dos quais é importante destacar o segundo, devido, não só à radicalidade da proposta em si, mas ao sentido contemporâneo que o autor deixa transparecer ao intervir no património. Pretendia tornar o edifício um prolongamento do ambiente exterior, e para tal propunha a utilização da própria muralha, integrando desse modo, o edifício na envolvente e vice-versa. Assim, a proposta resumia-se a um único corpo no rés-do-chão, onde se situavam as zonas comuns da pousada, recepção, sala de estar e sala de jantar, sendo que a zona dos quartos se encontraria no piso inferior, com pequenos rasgamentos abertos na muralha sobre o rio. Segundo o autor "*o edifício tornar-se-ia muitíssimo discreto, e estava muito mais intimamente integrado no ambiente*"<sup>72</sup> ao desviar a estrada de circunvalação da muralha para trás do edifício, permitindo desse modo que a pousada usufruísse de um logradouro privado, sobre a muralha e sobre o rio. Considerava que esta seria a melhor maneira de actuar num local com tamanho significado histórico fazendo prevalecer a intimidade natural sobre uma intimidade artificial, como aconteceria

<sup>70</sup> *idem*

<sup>71</sup> João Vieira Caldas (com.) – *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, DGEMN, 1999, p. 108

<sup>72</sup> João Andresen – *4 Novas pousadas*, Arquitectura. Lisboa, n.º 62, Setembro 1962, p. 11

caso se construísse um corpo separado da muralha.<sup>73</sup> João Andresen defendia que era uma solução espontânea, sentida no local ao visitá-lo pela primeira vez, atribuindo-lhe características únicas que não permitiam a execução do projecto noutra local a não ser aquele, dando desse modo resposta a um dos critérios requeridos pelo programa de pousadas do SNI. Concebida de dentro para fora, *"a pousada surgia assim imperceptível, fundida na horizontalidade da muralha, adoptando a pedra rústica trabalhada, explorando a textura como um valor de superfície tão caro à arquitectura dos anos 50"*<sup>74</sup>. Hoje é possível reconhecer nesta proposta uma abordagem sensível ao que a envolve, contextualizada e culta no modo como o arquitecto a une, formal e organicamente, à pré-existente, no qual é válido incluir desde a morfologia do terreno, a vegetação, o monumento histórico, o conjunto urbano até à sabedoria da arquitectura popular. Considerada uma proposta demasiado moderna para uma iniciativa pública foi recusada, pelo Ministério das Obras Públicas em 1955, lamentando o facto de o autor não ter conseguido reproduzir o *"espírito inconfundível das pousadas"*, que estava presente nas suas antecessoras e que se pretendia que continuasse a manifestar-se nas novas unidades. Condenavam o facto de se assemelhar mais a um pequeno hotel do que a uma pousada de turismo, salientando que a rigidez e o formalismo da solução não transmitiam o ambiente acolhedor e caseiro que se pretendia para estas unidades, realçando também que a proposta não se aparentava com a arquitectura da região. Observando o percurso que as propostas para as novas pousadas estavam a tomar, o Ministro Arantes de Oliveira chega a realizar uma reunião para esclarecimento de dúvidas que pudessem persistir e que impedissem a correcta interpretação do que era pretendido pela administração, onde, especificamente sobre a Pousada de São Teotónio, referia que se devia afastar definitivamente da ideia de fundir a Pousada com a Fortaleza por se entender que seria inconvenientemente prejudicado o monumento nacional.<sup>75</sup>



**Figura 6** Perspectiva da primeira proposta de João Andresen para a Pousada de São Teotónio (fonte: Revista Monumentos n.º 12)

<sup>73</sup> Ver Ana Tostões – op. cit., p. 55

<sup>74</sup> *idem*

<sup>75</sup> Cf. Parecer anexo ao despacho de 23/IX/1955, Ministério das Obras Públicas, Gabinete do Ministro, ass. Arantes e Oliveira, cit. por Ana Tostões op. cit.

Neste sentido, João Andresen vê-se forçado a desenvolver um novo projecto para a Pousada de Valença que respondesse, e rectificasse, as observações realizadas pelo Ministério das Obras Públicas, afastando-se em definitivo da hipótese de "fusão" com a muralha. Surge então uma solução que se articula em função do sistema de vistas, voltando as costas à vila, num corpo de três tramos que se abre, a Norte, sobre a paisagem num ângulo de 180°. Aqui, entre a pousada e a paisagem encontra-se um jardim, em torno do qual se desenvolve toda a pousada e para o qual se direccionam todos os espaços da mesma, no piso zero, as zonas comuns, e no piso um, os quartos. O volume de dois pisos, destacado da muralha como tinha sido "aconselhado" pelo mistério, pretendia reflectir a arquitectura minhota, uma arquitectura de proporções caseiras, rústicas, de pedra granítica, que segundo o autor se apresentava *"espontânea, anónima, e sem escola, outra que não seja a própria sabedoria e intuição popular, aliada a um seguro «bom gosto» e com compreensão pelos materiais adoptados"*<sup>76</sup>.



Figura 8 Pousada de São Teotónio - Jardim



Figura 7 Pousada de São Teotónio - Jardim

Não esquecendo a presença impositiva da muralha, o autor opta pela utilização de uma impressionante estrutura em betão aparente no piso térreo, referindo que *"à força (da muralha) há que corresponder pela força"*, numa estrutura que pelas suas proporções, e qualidade plástica, *"está concebida para impressionar"*. Ao soltar os extremos da pousada, criando zonas de terraço sob o piso dos quartos, o autor evidencia, ainda mais, a força que pretende que a estrutura em betão assuma. O segundo piso, o dos quartos, é construído em grandes blocos de pedra granítica, trabalhadas a pico grosso, lembrando as construções populares minhotas. A entrada surge na parte posterior da pousada, do lado da vila, dando acesso à recepção assim como às zonas de estar e de jantar, nas quais a paisagem e o jardim, que se estende à sua frente, entre a pousada e o rio, participam activamente, trazidos para o interior através de grandes envidraçados. A criação de pequenas zonas de ambiente acolhedor e íntimo vinham ao encontro, mais uma vez, das premissas dadas pelo Ministério, aqui no sentido de fornecer à pousada um ambiente *"análogo à de uma casa de família, dispondo de todo o conforto"*

---

<sup>76</sup> João Andresen – op. cit., p. 14

*desejável ...*<sup>77</sup>. Neste sentido, João Andresen procurou uma solução formal que evitasse a repetição monótona e rígida dos quartos, utilizando o panorama que se revelava perante a pousada para fazer uma distribuição de quartos *"de forma a fornecer aos hóspedes a possibilidade de escolherem o seu quarto, de acordo as suas inclinações e desejos"*, garantindo deste modo a personalização e, conseqüentemente, a satisfação do hóspede.

O projecto de João Andresen para Valença revela uma profunda preocupação de integração na paisagem, na natural e na construída, assim como na tradição minhota. Assumindo-se como contemporânea anuncia *"um processo de procura de referências locais, de contextualização que daria lugar a explorações organicistas e regionalistas críticas"*<sup>78</sup>, que surge em meados dos anos 50 e que irá alterar o percurso da arquitectura portuguesa.

### 2.3 Pousada de D. Diniz, Vila Nova de Cerveira

À semelhança da vila de Valença do Minho, sua vizinha, Vila Nova de Cerveira implanta-se na margem Sul do Rio Minho, sendo este, e as montanhas verdejantes que a envolvem, a paisagem característica desta pequena vila histórica. O seu Castelo bem característico, que remonta ao séc. XIII, surge num pequeno morro envolvido por uma densa malha urbana, que durante os séculos funcionou como um reforço da linha defensiva do Alto Minho, em conjunto com as fortificações de Viana, Caminha, Valença e Monção. Hoje, é no centro histórico da Vila de Cerveira, ou seja, em toda a zona interna das muralhas do castelo, que funciona a Pousada de D. Diniz, numa intervenção pioneira no capítulo da reconversão urbana.



**Figura 9** Castelo de Vila Nova de Cerveira – Pousada de D. Diniz. Entrada no Castelo. Ruas intra-muralhas para acesso aos núcleos de quartos.

As origens do Castelo de Vila Nova de Cerveira são ainda hoje dúbias. A informação mais antiga surge na Carta Foral confirmada por D. Sancho II (1209-1248) à vila de Elvas (1229), onde, entre os nomes dos nobres que a subscrevem, se encontra o de Pedro Novaes, alcaide do Castelo de Cerveira. No entanto, a opinião mais

<sup>77</sup> *Idem* – op. cit., p.13

<sup>78</sup> Ana Tostões – op. cit., p.56

consensual, aponta para que a sua construção se tenha iniciado apenas no reinado seguinte com D. Afonso III, baseando-se nas Inquirições<sup>79</sup> de 1258, que relatavam que os moradores de Cerveira e das freguesias vizinhas estavam sujeitos à *anúduva*, tributo feudal que consistia, em caso de necessidade de reparos em algum castelo, no fornecimento de materiais de construção e prestações de trabalho pela comunidade.

A fortaleza que hoje se conhece foi mandada edificar no reinado de D. Dinis, tendo sido este rei que em 1321 atribuiu a Carta de Foral ao burgo aí existente. A sua importância, como reduto defensivo da fronteira do Rio Minho, já se começava a afirmar, facto que se confirma com a obrigação, imposta pelo rei, de que um terço das dízimas teria que ser aplicado na conservação do castelo. De planta oval, característica das fortificações góticas, era formado por sete cubelos e por uma torre de menagem sendo esta muralha circundada por uma segunda de cinco cubelos apenas, da qual apenas resta o “caminho de ronda”, hoje embutida nas habitações que se foram construindo ao longo dos tempos. Dentro dos muros, uma massa edificada mais ou menos uniforme, era definida pela Rua Direita que fazia a ligação de duas portas, uma a Sul, hoje a Porta da Igreja de Nossa Senhora, e uma a Norte, uma pequena porta que fazia a ligação ao rio. No séc. XVII, no contexto das Guerras da Restauração, o 8º Visconde de Cerveira manda reparar o castelo, que já tinha sido alvo de invasões espanholas em 1643, e patrocina a construção de um moderno sistema defensivo no qual cercava a vila com novas muralhas assim como fossos. Desta nova muralha, que na altura envolvia o castelo e as habitações que se tinham vindo a construir ao longo dos tempos fora de muros, pouco se conhece. Apesar de ainda ter desempenhado um papel relevante durante as segundas Invasões Francesas em 1809, a progressiva perda de importância defensiva a par do constante desenvolvimento da Vila de Cerveira, fora de muros, levou a que, no final do séc. XIX, a Câmara Municipal mandasse suprimir a muralha do séc. XVII. No início do séc. XX, já com os fossos atulhados, e com a instalação dos novos Paços do Concelho e do Hospital no exterior da muralha medieval, o castelo deixa de se apresentar como o centro da Vila indo sendo progressivamente abandonado, deixando as suas habitações intramuros entregues à degradação. É neste contexto que em 1971 surge a ideia de aproveitar o conjunto edificado dentro da antiga muralha para a instalação de uma pousada, vontade já manifestada pela Câmara Municipal em 1958 alegando a inexistência de estruturas hoteleiras e a necessidade de proceder à requalificação do Castelo que se encontrava bastante abandonado, vendo na instalação de uma Pousada, uma óptima oportunidade para o fazer.

O projecto de adaptação é então entregue, ainda em 1971, a Lixa Filgueiras (1922-1996), assessorado por Alcino Soutinho (1930- ) e por Rolando Torgo, no entanto em 1976 Lixa Filgueiras abandona o projecto

---

<sup>79</sup> Tratava-se de inquéritos oficiais ordenados pelos monarcas portugueses de modo a averiguar o estado dos bens e direitos do Rei e da Coroa, efectuados nos séculos XIII e XIV, pondo cobro a abusos e usurpações cometidos por senhores que sonegavam colheitas e tributos destinados ao fisco. (cf. *Moderna Enciclopédia Universal*, Lexicoteca. Circulo de Leitores, Maio 1986, Tomo X (HAM-ISH), p.229)

delegando-o a Soutinho, em colaboração com, a quem se atribui, hoje, a autoria do projecto<sup>80</sup>. Por se tratar de um projecto inédito e único, aborda de forma pioneira o tema da reconversão urbana, tendo por isso encontrado ao longo de todo o percurso muitas contrariedades ao nível de política e gestão urbanas, sendo apenas inaugurada onze anos depois de o projecto se ter iniciado.

Estendendo-se a toda a área da antiga fortaleza medieval, Soutinho intervém sem ceder à política da época, a de destruir as construções que envolviam os edifícios mais notáveis de modo a conferir-lhes monumentalidade<sup>81</sup>, conseguindo trabalhar com a cidadela através de um criterioso aproveitamento das construções existentes, com o objectivo de manter a memória dos espaços, assegurando deste modo a coerência do conjunto. Deste modo, a intervenção no castelo para a adaptação a pousada incidiu maioritariamente na reorganização dos interiores das habitações, destinadas ao alojamento dos hóspedes, aliada à implementação de uma construção totalmente nova, que procura a escala dos edifícios adjacentes, o restaurante. Além de os autores terem tido em consideração a manutenção da organização em quarteirões das habitações de traça simples, mantiveram também os edifícios mais notáveis, como a Igreja da Misericórdia, onde ainda hoje se pratica o serviço religioso, e a antiga Câmara, adaptada a zonas de estar e de lazer. A escassez de área de construção no interior dos muros, fez com que o programa se estendesse um pouco para fora destes, alojando a recepção, a administração, zonas de exposição e de artesanato, e as instalações dos funcionários, em antigas habitações localizadas à direita da entrada no castelo/pousada pela porta da barbacã, integrado no corpo rectangular da capela de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Ajuda. No interior da muralha depara-se com uma série de habitações, organizadas em quatro núcleos que albergam no total 29 quartos, sendo que 3 deles são pequenos apartamentos. Uma particularidade deste projecto tem a ver com a separação total dos percursos dos hóspedes e dos serviços através de uma galeria subterrânea que liga todos os núcleos, que possuem uma pequena copa, com a zona de serviços gerais, que se encontra no piso -1 do restaurante. Deste modo, é possível proceder à limpeza dos quartos sem haver a necessidade de percorrer as ruas, não perturbando deste modo, nem os hóspedes nem os visitantes do castelo. A antiga Câmara acolhe espaços de lazer como uma sala de estar, uma sala de jogos, um bar e duas salas multi-usos<sup>82</sup>, que hoje lhe permitem receber reuniões ou pequenos congressos, adaptando-se também aos tempos actuais e às suas exigências, já que muitas das instalações hoteleiras necessitam de fornecer este tipo de serviços para melhor subsistirem. Encostado à parede Nordeste da muralha surge o novo corpo do restaurante com "*referências marcadamente aaltianas*"<sup>83</sup> e integrado no ambiente medieval através do

---

<sup>80</sup> cf. Mariana Viterbo Brandão - "Pousadas de Portugal: três estudos de caso: Pousada de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro". Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001

<sup>81</sup> Rogério Vieira de Almeida - "Pousada de D. Diniz" em *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 254

<sup>82</sup> No projecto inicial, estas salas constituíam uma discoteca, que devido à pouca utilização foi desactivada.

<sup>83</sup> Sergio Fernandez - *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 2<sup>a</sup> ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, p.171, cit. por Susana Lobo, op. cit., p.120

aproveitamento das paredes de antigas habitações no rés-do-chão, onde hoje se encontra uma sala de banquetes. A sua localização pretende tirar o melhor partido da vista panorâmica sobre o Rio Minho e sobre a vila de Cerveira, utilizando a plataforma das canhoiras como zona de terraço do restaurante.

Este projecto consegue abordar um tema de difícil resolução, ao nível programático, de um ponto de vista exemplar alcançando uma integração equilibrada entre o ambiente medieval do núcleo urbano com um corpo de características contemporâneas, numa relação perfeita entre a memória e a criação.

## 2.4 Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães

Considerada como a “cidade berço” por aqui ter nascido D. Afonso Henriques, o Fundador de Portugal, Guimarães é uma cidade repleta de história, localizada no Norte do país no distrito de Braga. A sua fundação remete para o início do séc. XI, quando o Conde D. Henrique Ihe concede o primeiro foral nacional, testemunhando a crescente importância da então vila de Guimarães, que seria escolhida, mais tarde, para capital do então Condado Portucalense. Hoje é uma das mais importantes cidades históricas do país, exímia na conciliação da história e do património com uma cidade moderna, sendo possível entendê-la como “...*uma entidade única, quer do ponto de vista do simbolismo como cidade-monumento e cidade-memorial, quer ainda – o que é mais importante – como centro histórico vivo – habitado e fruído*”<sup>84</sup>. A importância do seu centro histórico é reconhecida mundialmente, sendo classificado como Património Mundial da Humanidade.



**Figura 10** Pousada de Santa Marinha da Costa  
(fonte: DGEMN)

É neste contexto que surge, na Serra de Santa Catarina, na encosta do monte da Penha, um pouco mais a Este da cidade de Guimarães, o Mosteiro de Santa Marinha da Costa envolvido por um extenso parque arborizado. À semelhança da cidade de Guimarães, também este Mosteiro acumula séculos de história, com a particularidade, da qual o arquitecto Fernando Távora (1923-2005) vai tirar partido ao realizar a adaptação a Pousada, de estes se reflectirem no mosteiro através das várias construções e acréscimos de que foi alvo durante onze séculos de existência.

Além de apresentar vestígios de ocupação romana, o local onde hoje se encontra o claustro do mosteiro, terá albergado nos séc. VI e VII um templo suevo-visigótico, sendo que nos finais do séc. IX o antigo templo é

---

<sup>84</sup> Paulo Pereira – “Guimarães, Centro Histórico” in *Portugal Património Mundial*, vol. 25, Colecção *Tesouros Artísticos do Mundo*. Ediclube: Amadora 2007, p. 81.

reconstruído e em 899 é consagrada a Igreja de Santa Marinha da Costa, que passou a fazer parte integrante do Mosteiro da Costa aquando da sua fundação em 1154. Em meados do séc. X era naquele local que se instalava a sede do Condado Portucalense, devendo-se a construção de um grandioso edifício e reedificação da Igreja à Condessa Mumadona Dias e a seu marido Hermenegildo Gonçalves. Desconhece-se ao certo a data em que este conjunto passou a mosteiro mas sabe-se que no séc. XII estava entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho quando se inicia uma nova reconstrução, deslocando-se a capela-mor mais para nascente, ganhando deste modo mais espaço na nave. Foi no séc. XVI que D. João III (1502-1557) determina a entrega do mosteiro à Ordem de São Jerónimo, que, em 1567, transforma o mosteiro em centro de estudos quando o Rei transfere para aquele local o Colégio que funcionava em Penha Longa. Este novo destino do Mosteiro de Santa Marinha deve-se à vontade do Rei de que o seu filho, D. Duarte (1523-1543), ali estudasse, o que de facto se concretizou. De modo a albergar uma nova função desencadeou-se uma nova fase de construções, dentro dos códigos maneiristas, o que incluiu um novo claustro e a reformulação da fachada da Igreja. O prestígio que o Colégio de São Jerónimo alcançou traduziu-se numa autorização para a atribuição dos graus de licenciado, bacharel e doutor em Artes, ficando deste modo, equiparado à Universidade de Coimbra, no entanto, com a morte de D. Duarte, e devido a uma forte oposição por parte da Universidade, D. João III desagrega o Colégio de São Jerónimo. Nos finais do séc. XVI ocorre um grande incêndio no Mosteiro destruindo o claustro românico, que viria a ser reconstruído segundo os moldes clássicos, e atingindo outras áreas do conjunto. Assim, ao longo todo o século XVII se vai lentamente reconstruindo o mosteiro, executando importantes obras estruturais e decorativas. Além de se ter ampliado a capela-mor, em meados do séc. começa-se a construir a grande ala, a Este – que engloba os dormitórios – que é rematada, em 1682, pela “Varanda de São Jerónimo”. Ao nível decorativo foram aplicados grandes painéis de azulejos por todo o conjunto, na igreja, na sacristia e no claustro, assim como no novo dormitório, na Sala do Capítulo e na própria Varanda de São Jerónimo. É de salientar também a ampliação do corpo Oeste em 1731, e a construção das torres sineiras em 1775/78. Com a extinção das Ordens religiosas em 1834, o Mosteiro foi abandonado, sendo que a Igreja foi destinada ao uso paroquial e o mosteiro e a cerca vendidas em hasta pública a um proprietário privado. Desde então o mosteiro passou de família em família até ao início do séc. XX, mais concretamente até 1932 quando fica a cargo da Companhia de Jesus, que pretendia instalar no mosteiro os seus estudos filosóficos. Durante este período o mosteiro foi alvo de muitas alterações por parte dos seus proprietários, particularmente sob a acção de D. Antónia de Araújo Fernandes, que alargou a ala a Sul do claustro e a ala a Oeste. A Companhia de Jesus acaba por instalar ali o Noviciado que funciona até 1951, quando saem para a Casa da Torre em Soutelo. É nesse ano que deflagra um grande incêndio que acaba por destruir a ala dos dormitórios, incluindo o seu recheio e os azulejos, o Mosteiro já se encontrava muito abandonado, apesar de ainda ter como proprietária D. Antónia de Araújo Fernandes.

Em 1971 a família decide colocar o imóvel, as antigas dependências monacais e a cerca, à venda, pedindo uma avaliação do conjunto ao arquitecto Fernando Távora onde se lia que "... *o Mosteiro da Costa vale muito e vale pouco*". Segundo Távora valia pela sua história, pelo valor e qualidade dos trabalhos que possuía, pelo jardim, pela beleza do claustro que da Varanda de São Jerónimo, pela riqueza da azulejaria e pela potencialidade urbana dos terrenos onde se implantava, no entanto a todos estes factores positivos opunha-se outro que o tornava pouco apelativo para aquisição, o custo que representava o restauro de um edifício deste tipo, não esquecendo também a conservação dos seus jardins. Neste contexto, e apesar de se apresentar num considerável estado de abandono e ruína, o Estado adquire, em 1972, o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, entregando o projecto de arquitectura, para adaptação a pousada, a Fernando Távora.

A matéria que Távora tinha à disposição para trabalhar era bem distinta, porque se o claustro, a entrada e a escadaria principal, a sala do capítulo e a varanda de Frei Jerónimo, ainda se apresentavam intactos, a ala das antigas celas encontrava-se completamente degradada devido ao incêndio de meados do século, enquanto os restantes espaços estavam ligeiramente alterados graças ao período em que o mosteiro funcionou como habitação particular. Inicialmente o projecto deveria restringir-se ao aproveitamento do volume construído, sendo por isso o seu objectivo "...*conseguir uma integração nas características singulares do imóvel classificado, respondendo à intenção de as preservar*"<sup>85</sup>, assegurando a manutenção dos elementos dominantes do conjunto arquitectónico.

No decorrer do projecto, e com o intuito de rentabilizar o investimento efectuado, a Direcção Geral de Turismo sugere o aumento dos alojamentos previstos para a pousada através da construção de um novo piso de quartos sobre a ala dos antigos dormitórios, propondo para tal, que se reduzisse o pé-direito que a galeria e as celas apresentavam. Considerando que esta solução desvirtuava por completo a expressão arquitectónica que Távora se propunha a manter, foi recusada, sendo substituída pela construção de uma nova ala de quartos que, acima de tudo, vivesse em harmonia com o existente, não prejudicando a composição original.



**Figura 11** Novo corpo de quartos da Pousada  
(fonte: DGEMN)

Para a nova construção opta, por a assumir como contemporânea, num volume alongado que se desenvolve perpendicularmente à Igreja, formando um pátio rebaixado com a nova ala de quartos, em forma de L, numa cota inferior, encaixando-se na topografia de modo a não retirar o protagonismo ao volume preexistente. Influenciado pelas directrizes Carta de Veneza de 1964, Távora entende a

<sup>85</sup> Mariana Viterbo Brandão - "Pousadas de Portugal: três estudos de caso: Pousada de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro". Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 34

história do edifício como parte integrante do projecto, assumindo cada uma das fases de construção. O critério geral da intervenção era o de "...continuar – inovando, isto é, o de contribuir para a prossecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços resultantes de novos condicionamentos programáticos"<sup>86</sup>. Vê o novo corpo do mosteiro, de fachadas vermelhas aberto regularmente por vãos envidraçados, como uma continuação de uma fase do conjunto preexistente "na certeza de que outros séculos virão e com eles outras transformações..."<sup>87</sup>.

Em Junho de 1979 inicia-se a execução do projecto segundo duas fases distintas. A primeira destinava-se a recuperar o antigo convento, que incluía o corpo das antigas celas, o corpo principal da portaria e as zonas envolventes do claustro, enquanto a segunda fase englobava a construção do novo volume, que além de albergar os quartos em dois pisos, continha também um piso de garagens assim como dois pisos subterrâneos de cozinhas, anexos e lavandarias. É no corpo do antigo convento que se acede à Pousada através de uma grandiosa escada de acesso, donde se vislumbra o claustro, com as suas arcadas e a azulejaria nas paredes. Na recepção já é possível respirar-se a austeridade monástica presente em toda a pousada, através da simplicidade de soluções adoptadas, quer ao nível dos espaços, quer ao nível da decoração e do mobiliário. Deste ponto é possível aceder à sala de estar e posteriormente, ao piso zero da antiga ala dos dormitórios, onde se encontra a sala de refeições com 176 lugares e um salão de banquetes com 50 lugares. No piso superior, na imponente galeria, que liga a Sala do Capítulo à Varanda de Frei Jerónimo, é possível encontrar os 22 quartos e duas suites, enquanto os restantes 31 se distribuem na ala nova, à qual é possível aceder através da escadaria que se encontra na recepção. No exterior, o espaço de acesso à Pousada teve que ser redesenhado devido à construção do anexo e da garagem, enquanto o jardim de buxo e a mata foi recuperada e mantida.



Figura 12 Sala do Capítulo. Galeria de acesso às antigas celas dos monges (quartos de hóspedes)

Inaugurada a 2 de Agosto 1985, é hoje uma obra de referência da arquitectura portuguesa. Como o próprio autor refere, com a intervenção pretendia-se um "diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a ruptura. Tal diálogo constituiu mais um método por meio do qual se sintetizaram as

<sup>86</sup> Fernando Távora cit. por Alexandre Alves Costa, Luís Trigueiros (ed.) – *Fernando Távora*. Lisboa, Blau, 1993, p. 116

<sup>87</sup> *idem*

*duas vertentes complementares a considerar na recuperação de uma pré-existência: o conhecimento rigoroso da sua evolução e dos seus valores, através da arqueologia e da história, e uma concepção criativa na avaliação desses valores e na elaboração do processo da sua transformação.*"<sup>88</sup> Távora não neutraliza a preexistência, pelo contrário, lê nela a história, os diferentes estilos e linguagens, tentando do melhor modo possível clarificá-los. Para o futuro deixa também a noção de que a regra, cada um a deverá encontrar a partir do existente, caso a caso, com rigor e imaginação e legível em cada obra única e insubstituível<sup>89</sup>.

## 2.5 Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares

É bem no Norte de Portugal, já em plena Serra do Gerês, que se encontra a pequena Vila de Santa Maria do Bouro, pertencente ao município de Amares, distrito de Braga. É neste local, envolvido por uma paisagem natural, que se encontra o Mosteiro de Santa Maria do Bouro, durante séculos morada da Ordem de Cister, hoje, pousada e obra de referência da arquitectura nacional pela mão do arquitecto Eduardo Souto Moura. Separado da vila pela estrada nacional, que a divide, o Mosteiro implanta-se numa encosta na Serra de São Mamede, rodeado pela propriedade agrícola da antiga quinta do Mosteiro.



Figura 13 Pousada de Santa Maria do Moura

A história do local remete-nos para a época de D. Afonso Henriques, o qual terá entregue, em 1148, aquela terra aos Frades Beneditinos como reconhecimento do seu papel nas lutas da reconquista. Ali, dois frades terão construído uma ermida dedicada a São Miguel onde, consta a lenda, terão visto uma luz que lhes indicou o local onde estava escondida uma imagem da Virgem Maria. O local terá começado a atrair muitas pessoas, levando à construção do santuário da abadia e ao próprio mosteiro que, no final do séc. XVII, passa a reger-se pela Ordem de Cister. Os seus princípios de austeridade e ascetismo reflectiam-se na vivência dos monges e, consequentemente, no mosteiro. Viviam numa rígida clausura, onde o silêncio e a abstinência eram obrigatórios, sendo que para tal, necessitavam que o mosteiro fosse auto-suficiente e que lhes proporcionasse um terreno fértil onde a água corresse por perto e onde existisse tudo o necessário para a sua sobrevivência, como um moinho, forjas, celeiro e oficinas. Neste sentido, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro localizava-se num local extremamente rico, acabando por prosperar rapidamente, situação que perdura até ao século XV altura em que, devido ao sistema da "Comenda", no qual as abadias deixavam de ter autonomia sendo entregues a um padre

<sup>88</sup> Fernando Távora - *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, Boletim da DGEMN, n.º 130. Lisboa, DGEMN, 1985, p. 77

<sup>89</sup> Ver Alexandre Alves Costa - "Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa" em *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 276

comendatário indicado pelo Cardeal ou pelo Bispo, o mosteiro começa a entrar em decadência. No final do séc. XVI os mosteiros voltam a ser autónomos e o Mosteiro de Santa Maria começa lentamente a progredir até atingir em 1692 os 34 monges. É também no final deste século que, devido ao avançado estado de degradação do mosteiro, se decide iniciar profundas obras de reconstrução, resultando, no começo do séc. XVIII, na ampliação da igreja, da cozinha velha e do refeitório, na remodelação da sacristia e sala do capítulo, assim como da construção do corpo a Oeste do claustro, dispondo de mais celas, e para onde foi deslocada a entrada principal do mosteiro. Constituiu uma importante fase de obra uma vez que a maior parte do conjunto edificado que chegou aos nossos dias data desta época. Com a extinção das ordens religiosas, e à semelhança do Mosteiro de Santa Marinha, a Igreja passa a paroquial e o Mosteiro, após um período de abandono, é vendido em hasta pública.



Figura 14 Estado de ruína do mosteiro em 1962, na primeira figura, e 1984 nas restantes. (fonte: DGEMN)

Em meados do séc. XX, e perante o estado de ruína em que se encontrava o Mosteiro, a DGEMN é encarregue de averiguar a situação de todo o conjunto arquitectónico. Em 1986 parte da propriedade conventual é adquirida pela Câmara Municipal de Amares e doada ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC) com a condição das obras de consolidação, que se consideravam urgentes, se iniciassem até 8 meses após a doação, e que as obras de restauro começassem até ao ano de 1988. Enquanto a Câmara propunha a instalação no Mosteiro de uma Escola Agrícola, o IPPC considerava a hipótese de um Centro de Estudos de Restauro, de cantaria e talha, ou um Centro de Congressos ou uma Pousada. Ao mesmo tempo que se avançava com as obras de consolidação iniciava-se em 1978 um estudo para o aproveitamento do Mosteiro para a instalação de uma pousada, no entanto, este projecto não se apresentava como prioritário para a ENATUR, uma vez que estava a avançar com a adaptação do mosteiro “vizinho” de Tibães. Em 1984 esta situação altera-se por completo. Impedida de avançar com a Pousada no Mosteiro de Tibães, por nele se encontrarem ainda instalados os serviços do IPPAR, e não haver perspectivas de abandonarem o local, a ENATUR acaba por escolher o Mosteiro de Santa Maria do Bouro para intervir, acabando por salvar, deste modo, o conjunto edificado que se continuava a degradar.

O projecto é então entregue a Eduardo Souto Moura em Dezembro de 1989 tendo por base um edifício

praticamente reduzido a escombros, factor determinante da intervenção, uma vez que a reconstrução não

poderia recair sobre o edifício existente, mas sim sobre o que restou dele, as ruínas. Numa primeira abordagem

ao projecto pretendia, à semelhança de Santa Marinha, distinguir claramente a sua intervenção da fracção

histórica do edifício, no entanto, ao longo do processo, esta opção perdeu o seu sentido, "...*um novo corpo*,

*como em Guimarães, poderia não se aplicar a Santa Maria do Bouro... Uma restauração também significa dar*

*uma imagem ao edifício*<sup>90</sup>. No entanto, que imagem atribuir a um edifício que tinha sido, ao longo da sua vida,

---

<sup>90</sup> Conversa com Eduardo Souto Moura, Porto, 2001, cit. por Roberto Collová - *Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, Janeiro 2001, p. 45

adaptado consoante as exigências de cada época, sofrendo diversas alterações, e do qual existiam apenas

ruínas? No séc. XVII, quando o mosteiro se encontrava numa situação semelhante de ruína e abandono, a sua

reconstrução passa por uma alteração radical da situação existente, com uma ampliação da igreja e dos claustros originando quase um novo mosteiro, não segundo uma imagem românica mas sim epocal, de gosto maneirista. Agora no séc. XX era necessário construir um edifício próximo da cultura contemporânea com o propósito de *"dar continuidade, sob outra forma, à vida do mosteiro"*<sup>91</sup>. Neste sentido, o projecto desenvolveu-se a partir do interior do edifício mas sem lhe alterar a sua configuração inicial de modo a que fosse possível *continuar* a vida natural do edifício. Souto Moura consegue atingir essa *continuidade natural* através de



linguagem simples, resultando numa intervenção silenciosa que lhe restitui essa "evolução" natural, de tal modo que é quase invisível, no sentido em que o mosteiro aparenta ter sido sempre deste modo. Para tal *"o projecto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício"* e não recuperar o seu original. As ruínas assumem o protagonismo *"já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história"*<sup>92</sup>, no entanto, não pretendem assumir uma atitude romântica mas sim um testemunho de um período da história do edifício que, ao existir, o fez desaparecer, mas que, ao mesmo tempo, agora lhe pertence. O telhado comum, em águas, é aqui substituído por um em terraço coberto por um manto vegetal que, além de marcar a passagem do tempo variando conforme as estações do ano, acaba por remeter o conjunto para a ruína, uma vez que as grandes paredes de pedras parecem que se sustentam sozinhas na ausência de um telhado visível que as amarre. No entanto, no claustro do mosteiro, esta ideia é de facto realizada, deixando aquele espaço totalmente a céu aberto e onde as paredes em arcaria no piso térreo se separam das paredes do mosteiro, duplicando-as, deixa a memória da ruína entrar visualmente na vivência do novo mosteiro, através da textura, da cor das pedras expostas ao tempo. As janelas, em vidro e com uma caixilharia quase imperceptível, e as portas exteriores também em vidro, lêem-se, no conjunto global, como "buracos" nas paredes de um mosteiro não habitado, mas abandonado. Apesar das constantes associações a uma continuidade natural, conseqüente de antigos destroços, no interior o arquitecto oferece um ambiente contemporâneo, simples e acolhedor, onde, graças à simplicidade dos materiais e da decoração nos remete para um universo despojado de um mosteiro cisterciense.

<sup>91</sup> Ver *Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, Janeiro 2001, p. 61

<sup>92</sup> Eduardo Souto Moura cit. em *Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, Janeiro 2001

Entra-se lateralmente no conjunto edificado, perante a paisagem de um pequeno pátio, o Pátio das Laranjeiras, para o qual se direccionam a maior parte dos quartos das alas que o envolvem. Antecedido por uma imponente escadaria, encontra-se o amplo espaço de entrada na pousada, onde é possível entrar em contacto imediato com as antigas pedras do mosteiro através de um grande vão direccionado para claustro. Daqui é possível aceder à recepção, através de uma pequena porta do lado direito, para onde se desenvolvem os restantes

**Figura 15** Cobertura vegetal do mosteiro. Claustro como memória das ruínas.

espaços comuns, ou à ala norte dos quartos, uma grande ala repleta de luz, antecedida por umas pequenas escadas de acesso. A luz, juntamente com os materiais escolhidos – pavimentos em madeira, paredes estucadas e o tecto revestido com caixotões em aço *corten* oxidado – proporciona, nos corredores de acesso aos quartos, um ambiente, que apesar de despojado, se torna aconchegante. No que diz respeito às zonas comuns, estas desenvolvem-se no seguimento da recepção, numa sucessão de espaços intercomunicantes, salas de estar, bar e zonas destinadas à televisão e ao bilhar, que direccionam o hóspede até ao restaurante. Tanto o refeitório como a cozinha, na zona Este do mosteiro, mantiveram uma função semelhante á original uma vez que o restaurante hoje se encontra na cozinha velha cujo espaço, com paredes em granito, é dividido em três, através de arcos abatidos de diferentes dimensões, sendo que o ultimo é coberto, na totalidade, pela grande chaminé. À direita do restaurante é possível encontrar dois grandes salões, um destinado a salão de festas e o outro a um auditório, onde antigamente se encontravam a adega e a tulha. No exterior, numa primeira cota, dispõe-se uma esplanada, paralelamente à fachada posterior do mosteiro, e junto ao restaurante um grande tanque de pedra. Numa cota mais baixa é possível encontrar a piscina oval e campo de ténis envolvidos por jardins mas também por uma horta, um olival e campos de vinha.

Perante o resultado final, a intervenção no convento e a sua adaptação constitui "*uma das mais subtis, mas também mais radicais intervenções no campo do património*"<sup>93</sup>, no sentido em que procura, através de uma intervenção de carácter humilde e natural, a continuidade da vida natural do edifício, utilizando a própria ruína, em que o edifício se encontrava, quer ao nível ideológico, já que a imagem da Pousada apela à ideia de um mosteiro desabitado, quer a um nível prático, no sentido em que as próprias pedras foram utilizadas na construção do edifício.

## 2.6 Pousada da Flor da Rosa, Crato

---

<sup>93</sup> Rogério Vieira de Almeida – "Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação do Convento de Santa Maria do Bouro.", *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 306

Em plena planície do Alto Alentejo, na pequena Vila da Flor da Rosa, concelho do Crato, surge o antigo Convento da Flor da Rosa, hoje convertido a Pousada Histórica. Apesar de implantado numa zona urbanizada, o local onde se encontra é bastante peculiar, já que é envolvido por terrenos agrícolas excepto a Sul, onde se estabelece a entrada e a ligação com a povoação. Hoje, ao chegar à Pousada, a leitura que emana do monumento é a de múltiplas camadas de história gravadas em cada uma das pedras que constroem a imponente estrutura que se destaca da planície alentejana. A sua construção remonta à segunda metade do séc. XIV quando, Frei Álvaro Gonçalves Pereira, Prior da Ordem do Hospital<sup>94</sup>, manifesta a sua intenção de construir ali, no Crato, para onde tinha sido transferida a sede da Ordem do Hospital em 1340, um mosteiro onde viria a fixar a sua residência.



Figura 16 Pousada da Flor da Rosa

Supõe-se que a Ordem do Hospital tenha entrado em Portugal entre 1114 e 1132, instalando-se em Leça do Balio em terras doadas por D. Teresa (1080-1130), viúva do Conde D. Henrique (1066-1112). Como uma Ordem militar, vão desempenhar importantes funções de defesa do território nacional conforme este se ia expandindo para Sul, sendo o seu papel reconhecido na entrega de várias propriedades por parte dos monarcas à Ordem do Hospital, como é o caso da Igreja de S. João do Alporão de Santarém, e a Igreja e a Comendadoria de S. Brás em Lisboa e mais tarde as terras onde iriam erguer o Castelo de Belver, no distrito de Portalegre, local onde se acaba por instalar a sua administração. Em 1340 a sede da Ordem foi transferida para o Crato onde o Prior do Hospital, Frei Álvaro Gonçalves Pereira, manda construir um mosteiro, com intenção de ali fixar residência. A sua localização, em terras fronteiriças, constituía um símbolo de poder da Ordem do Hospital, que acaba por construir um mosteiro medieval, de estrutura gótica, e de carácter bastante defensivo, resultando num mosteiro que se aproxima mais de uma fortaleza do que de um convento.

A construção, iniciada em 1351 e terminada apenas vinte anos depois, abrangia o Paço acastelado, onde o Prior do Crato possuía a sua residência, a Igreja de Santa Maria, ocupando a metade nascente do monumento e ainda as dependências monacais. As altas torres ameadas do paço e a verticalidade imposta pela Igreja, disposta paralelamente à fachada principal em cruz grega, caracterizam a imagem do conjunto, sublinhada pela robustez, o despojamento e o carácter maciço das paredes.

---

<sup>94</sup> Congregação que dirigia o Hospital de São João Baptista em Jerusalém, fundado em 1048, torna-se na Ordem de São João de Jerusalém ou do Hospital. Inicialmente prestava assistência aos peregrinos da Terra Santa, posteriormente é-lhe acrescentada uma função de protecção militar, fazendo com que os freires dividissem as suas obrigações entre a acção benemérita e assistência hospital e a acção guerreira.

Durante a crise de 1383-1385, o Priorado do Crato toma partido de D. Beatriz (1372-1470), colocando em causa o poder e prestígio alcançado durante as lutas da Reconquista, tanto que quando D. João I (1357-1433) sobe ao trono a Ordem é delegada para segundo plano, só voltando a ser reconhecida por D. Afonso V (1432- 1481), como reconhecimento pelo apoio dado a sua mãe durante a regência de seu tio, o Infante D. Pedro. Nas primeiras décadas do séc. XVI ocorrem grandes obras de reformulação do Mosteiro que incluíam a conclusão do claustro e várias intervenções no Paço e na Igreja, tornando o mosteiro num cruzamento de apontamentos manuelinos, mudéjares e renascentistas. Com a perda de independência para o Reino de Espanha (1580-1640) o Mosteiro da Flor da Rosa começa a entrar lentamente em declínio até que em 1615 já se encontrar bastante danificado, de tal modo que já não era possível ninguém viver ali, ficando assim ao abandono. Em 1789 os bens da Ordem do Hospital transitam para a Casa do Infantado<sup>95</sup> quando a rainha D. Maria I consegue uma bula do Papa Pio VI para que os bens do Priorado do Crato fossem separados dos da Ordem Internacional. Com a extinção em 1834 da Casa do Infantado e das ordens religiosas, a situação do mosteiro piora consideravelmente até que em 1897 chega a desabar a cabeceira da Igreja.

Apesar de se encontrar numa situação de extrema degradação, o Mosteiro é considerado monumento nacional em 1910 é, nos anos 40 e 60, alvo de restauro integral, seguindo a política do Estado Novo, por parte da DGEMN, até que no início da década de 90 surge a oportunidade, e a vontade, de não deixar cair o monumento no esquecimento, devolvendo-o à vida através da adaptação a Pousada de Portugal, segundo o projecto do arquitecto João Luís Carrilho da Graça (1952- ).

Seguindo um caminho semelhante à intervenção de Fernando Távora em Guimarães, a adaptação resulta no restauro do antigo mosteiro, e na construção de uma ampliação de expressão contemporânea que satisfizesse as necessidades da estrutura hoteleira que se propunha a ocupar aquele espaço. *"O objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras"*<sup>96</sup>, deste modo, e reconhecendo a lógica temporal das fases de construção, o Mosteiro assume-se como o protagonista, registo de uma memória que se quer viva, e que prevalece sobre a construção adicional. Resvalado para um plano menos importante, a primeira imagem da pousada é a monumentalidade do mosteiro, as pedras que se erguem são envolvidas pelo vazio que as rodeia. A abordagem entre o novo e o antigo surge como uma dicotomia expressiva, no sentido em que, se a característica mais marcante do antigo mosteiro é a sua verticalidade, Carrilho da Graça propõe para o novo corpo uma clara horizontalidade, e se a expressão da cor e da textura das pedras do mosteiro, se integraram na imagem

---

<sup>95</sup> Propriedade do segundo filho do Rei de Portugal, consistia num conjunto de bens materiais, propriedades e rendimentos, com o intuito de assegurar o mantimento dos segundos filhos dos monarcas.

<sup>96</sup> João Carrilho da Graça - "Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa - Pousada", *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa, n.º 136/137, Ano 12, Junho/Julho 1994, pág. 42

envolvente das planícies alentejanas<sup>97</sup>, a ala recente assume grandes planos brancos que conduzem a luz, quase ofuscando o edifício existente.

A postura do arquitecto para com o monumento surge a dois níveis, um de contemplação e um de participação activa na nova função, porque se ao aceder à Pousada, a Sul, é necessário o atravessamento do antigo Mosteiro, através da Igreja e do Claustro, aqui, trabalhados como objectos vazios repletos de história, como uma "sala de entrada" que marca o respeito pela memória daquele lugar, ao percorrer grande parte da pousada percorre-se ao mesmo tempo grande parte do mosteiro, a zona Norte, cuidadosamente restaurado e adaptado às suas novas funções, recebendo quartos e zonas comuns da Pousada. A entrada na pousada efectua-se



Figura 17 Claustro como zona de entrada na Pousada

através do interior do claustro, que permite o acesso à recepção. Esta funciona como o ponto de contacto entre as duas fracções, o novo e o antigo, sendo que aqui é possível o imediato contacto visual com a nova ala dos quartos através de um grande envidraçado que permite a ligação com o exterior. Da recepção acede-se às comunicações verticais, elevadores e escadarias, assim como ao bar, ainda no piso zero, onde existia a antiga Sala do Capítulo, que foi restaurada de modo a que este facto não fosse facilmente esquecido, acabando por criar um ambiente histórico, traduzido nas grandes colunas torcidas que suportam o tecto em abóbada, ou nas grandes janelas de arco em ogiva. O primeiro piso apenas dá acesso à nova ala dos quartos, distribuídos num grande corredor, que chegando ao final deste, permite também saída para o exterior, para a zona dos jardins e da piscina, que se encontra a Oeste do Mosteiro. O segundo piso desenvolve-se nas alas Norte e Poente do mosteiro, acedendo-se a este novamente através das comunicações verticais existentes na zona da recepção. Na zona Norte, e desenvolvendo-se em torno do claustro mas no piso superior, encontram-se os quartos instalados nas antigas celas do mosteiro, as zonas de estar, a sala da televisão e já na zona a Poente a sala de jogos que permite o acesso à sala da lareira. Esta sala, situada na torre a Sul, apresenta como elemento central a lareira, de desenho bastante moderno, num espaço de duplo pé-direito, onde a chaminé serpenteia até ao topo, procurando o exterior. Nesta torre existem ainda dois quartos sendo que um deles se considera ter sido o do próprio Prior do Crato.

Existe uma zona do antigo mosteiro que, por se tratar de uma adição, de deixou de ser exterior para passar a tornar-se interior, facto que o arquitecto soube trabalhar de modo a que fosse possível perceber onde acabava o antigo e onde começava o novo.



Figura 18 Zona da recepção. Ponto de união entre o "antigo" e o "novo".

---

<sup>97</sup> Ver Paulo Pereira - "(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado." Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 99-110

Novamente é a zona da recepção o ponto de charneira. Junto á recepção, na zona de espera, um arco abatido marca o antigo limite entre interior/exterior, onde uma antiga janela da Sala do Capítulo se localiza agora no interior. O mesmo se verifica no segundo piso, quando da zona de acesso aos elevadores se entra novamente na zona antiga do mosteiro, marcada nas pedras visíveis que constituem a ombreira da porta.

## 2.7 Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos

Situada no distrito de Évora, no interior Sul do país a Vila de Arraiolos, possui uma posição geográfica privilegiada, encontrando-se num local elevado, na encosta de um monte na margem direita da ribeira que possui o mesmo nome que a vila. Inserida num concelho bastante rico no que diz respeito ao património natural, usufruindo das riquezas da barragem do Divor, um pouco a Sul de Arraiolos, possui também um vasto património arquitectónico e artístico, sendo necessário destacar o centro histórico, que se encontra agora reabilitado, e, como não podia deixar de ser, os famosos tapetes de Arraiolos, características que a tornam um óptimo local turístico na vasta planície alentejana.



Figura 19 Pousada de Nossa Senhora da Assunção

A Pousada de Nossa Senhora da Assunção, a apenas a quinhentos metros da Vila de Arraiolos, insere-se no meio rural, num bonito vale nos limites urbanos da vila, onde outrora existira a herdade da Quinta do Paço, propriedade de D. Álvaro Pires de Castro (1310-1384), nomeado 1º Conde de Arraiolos em 1371. No início do séc. XVI, os proprietários da herdade, João Garcês de Aragão e sua mulher, por não terem filhos acabam por doar, em 1526, as suas terras à Ordem de Santo Elói, para que nela se edificasse um mosteiro dedicado a Nossa Senhora da Assunção. A construção da capela-mor da igreja, ainda de traçado manuelino, dá início aos trabalhos logo no ano seguinte, sendo apenas terminada em 1537, ano em que se dá continuidade às obras, avançando-se com a edificação do claustro e das dependências conventuais, que se arrastam até aos finais do séc. XVI. Apesar do edifício ter sido concluído por volta de 1592, continuou a ser alvo de intervenções mas de carácter decorativo, actos que enriqueceram bastante o Convento, principalmente a campanha realizada em 1700, onde foram aplicados silhares de azulejos azuis e brancos que forram completamente o interior da igreja e que compõem um dos mais importantes revestimentos azulejares do país. O mosteiro permanece em funcionamento até à extinção das ordens religiosas em 1834, época em que é vendido em hasta pública como exploração agrícola, ficando ao cuidado de proprietários privados até 1980, quando é adquirido pelo Estado.

Após quatro séculos de uso e de muitas intervenções realizadas, este conjunto arquitectónico, constituído pela Igreja e pelo edifício conventual, viria a ser alvo de mais uma operação em 1995, a de adaptação a Pousada de Portugal, sob o projecto do arquitecto José Paulo dos Santos (1956- ). Numa abordagem que encara o processo evolutivo do edifício com uma certa liberdade, o arquitecto assume as várias alterações/adições de que o mosteiro foi alvo ao longo dos tempos, não pretendendo alterar a estrutura espacial do edificado existente mas sim dar-lhe uma continuidade natural. Neste sentido, e de modo a cumprir o extenso programa de uma unidade hoteleira, a ampliação projectada surge em perfeita harmonia tanto com os tradicionais como com os modernos conceitos de arquitectura portuguesa. Seguindo uma postura



Figura 20 Novo pátio conjugando o existente e a nova construção.

diferente da já experimentada – construções de expressão marcadamente contemporânea adossadas ao existente – José Paulo dos Santos pretende que esta nova adição se leia de forma autónoma mas ao mesmo tempo de modo anónimo, não se destacando do conjunto mas sim complementando-o, como as anteriores o fizeram. Respeitando a memória do lugar, a intervenção realizada evoca os mesmos princípios do silêncio e da reflexão, no sentido em que o convento passa a ter uma função diferente mas continua a incentivar um semelhante ritual de recolhimento. Neste contexto, a simbiose entre o antigo e o recente é reforçada pelo sábio uso dos materiais. Utiliza o branco, lembrando a caiação alentejana, enriquecendo os planos do convento num jogo de múltiplas tonalidades de sombras ao longo dos dias, ao mesmo tempo que vai buscar os materiais existentes no antigo edifício para unificar toda a proposta, como é o caso, do granito cinza e o pavimento em placas de xisto esverdeado.



Figura 21 Claustro da Pousada

A pousada desenvolve-se em torno do claustro, já do final do séc. XVI, em torno do qual se desenvolvem as antigas dependências monacais assim como a Igreja, e um novo espaço, bastante maior e cuidadosamente fechado pela proposta do arquitecto. A entrada na Pousada, que conduz directamente ao antigo claustro, realiza-se a Sudeste, sob o alpendre que antecede a entrada na Igreja, desenvolvendo-se no sentido Este/Oeste. O claustro, habitualmente exposto ao exterior, funciona como uma zona de distribuição da pousada, uma vez que se encontra fechado com grandes envidraçados, permitindo um acesso confortável a todas as áreas comuns que se distribuem em torno dele, como a recepção, à esquerda da entrada, a antiga Sala do Capítulo, uma sala de reuniões/conferências, a sala de estar, o bar e também uma entrada lateral para a Igreja, onde ainda é possível realizar cerimónias

pontuais. No segundo piso do claustro encontram-se as antigas celas, hoje os quartos de hóspedes. No processo de adaptação, apenas as antigas celas, o claustro e a igreja é que mantiveram as suas funções iniciais, sendo que a Sala do Capítulo deu lugar à portaria da pousada e o refeitório do mosteiro à sala de estar da pousada. O novo pátio, que se desenvolve a Este do antigo, funciona, ao contrário do claustro, no exterior, sendo confinado pelo restaurante, quer pela zona antiga deste, a Norte, quer pela parte nova no piso térreo da ala recente dos quartos, permitindo o acesso à zona de lazer da pousada, a piscina e o campo de ténis. No primeiro piso da nova ala, distribuem-se os quartos virados a Este, tendo a encosta alentejana como pano de fundo. Se a pousada concentra no primeiro piso funções de carácter privado, como os quartos e pequenas zonas de estar, que surgem de pequenos espaços que antecedem outros espaços criando um jogo de passagens e de luz nas áreas de ligação entre a velha estrutura do convento e a nova construção, e no piso térreo as zonas comuns dos hóspedes, as zonas de serviços são relegadas para a cave da nova ala construída.

Uma característica marcante da pousada é o tecto de algumas zonas do antigo mosteiro em abóbada nervurada, nomeadamente ao longo de todo o claustro, no bar, ou no antigo refeitório. No interior é possível encontrar uma decoração que complementa a intervenção arquitectónica permanecendo fiel ao carácter pobre do convento e reflectindo a vida que nele pulsava, de simplicidade e recolhimento mas que se apoiava na agricultura para sobreviver, sendo por isso possível encontrar vários motivos agrícolas nos vários espaços da pousada.

Intervenção pautada por um grande pragmatismo, José Paulo dos Santos articula as qualidades plásticas, o espaço, a luz, os materiais ou a cor, num "*permanente equilíbrio entre o novo e o velho, em que um clarifica o outro*"<sup>98</sup> procurando dar continuidade à preexistência, retirando dela as "regras" para a conjugação entre os diferentes tempos.

## 2.8 Pousada de D. João IV, Vila Viçosa

Vila portuguesa do distrito de Évora, em pleno Alentejo, Vila Viçosa implanta-se numa planície na base de uma pequena serra, a Serra de Borba. Cidade com um importante passado histórico, principalmente no que diz respeito à Casa de Bragança, e famosa pelos seus mármore, Vila Viçosa alberga mais uma adaptação a Pousada de Portugal, a Pousada de D. João IV.



Figura 22 Pousada de D. João IV

---

<sup>98</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 146

Tendo sido conquistada aos muçulmanos em 1217 por D. Sancho II, recebeu Foral em 1270, época em que o seu nome é alterado de *Vale Viçoso* para Vila Viçosa. Depois da construção do Castelo e a edificação da cerca da Vila em meados do séc. XIV, graças aos esforços e incentivos do Rei D. Dinis, e após o termo da Crise de 1383-1385, Vila Viçosa seria entregue, por D. João I, a D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) como reconhecimento pelos serviços prestados durante este período conturbado da história portuguesa. Seria seu neto, D. Fernando I (1403-1478) II Duque de Bragança, a ordenar a construção de um Paço no Castelo de Vila Viçosa, ao qual, após um período de exílio em Castela, devido à traição do III Duque de Bragança, D. Fernando II (1430-1483), ao Rei D. João II (1455-1495). Quando a Casa de Bragança regressa a Portugal, em 1483 é seu filho, D. Jaime de Bragança (1479-1532), o IV Duque de Bragança. Este, por não querer residir no mesmo paço ligado à memória de seu pai, manda edificar, em 1501, o magnífico Palácio Ducal de Vila Viçosa, onde passou a residir após o seu primeiro matrimónio com D. Leonor de Mendoza, filha do duque de Medina Sidónia em 1502. Tratando-se de um casamento de conveniência, duraria apenas dez anos, terminando com a morte de sua mulher acusada de adultério, deixando D. Jaime liberdade para tornar a casar, desta vez com D. Joana de Mendonça. Teria sido também por vontade de D. Jaime que se mandou fundar um convento junto ao Paço Ducal, o Convento das Chagas, onde hoje funciona a Pousada D. João IV.

No que respeita à fundação do Convento das Chagas de Cristo, é necessário referir que a sua história é muito dúbia, existindo muitas teorias sobre a criação do dito convento<sup>99</sup>, nomeadamente quanto às suas datas. Segundo a crónica dos agostinhos e maioria dos autores, o Convento terá sido fundado em 1514, por ordem de D. Jaime, e destinado às Freiras da Ordem de Santo Agostinho, tendo passado mais tarde para as Franciscanas da Piedade. Implantado a Sul do Terreiro do Paço, à esquerda do Paço Ducal, destinava-se a Panteão das Senhoras da Casa de Bragança assim como receber as suas filhas solteiras. Uma desavença quanto à privacidade do Convento, entre a Madre Soror e o Duque D. Jaime, por este pretender construir um passadiço para suas filhas entre o Convento e o Paço Ducal, levou ao abandono do convento das freiras agostinhas, que se foram instalar em casas particulares em Vila Viçosa, facto que acabou por originar a fundação de outro convento, o de Santa Cruz. Esta situação conduz à transferência, pensa-se que em 1935, das freiras franciscanas do Convento da Conceição em Beja para o Convento das Chagas<sup>100</sup>. Apesar de esta ser a data atribuída ao início do funcionamento do mosteiro, dificilmente as dependências conventuais estariam aptas para serem habitadas por esta altura<sup>101</sup>, admitindo-se sim, como data da conclusão da Igreja. Admitindo-se a década de 1530 como a de construção das dependências conventuais, e sendo o claustro concluído em 1539,

---

<sup>99</sup> cf. Joaquim de Oliveira Caetano – “A Fundação do Convento das Chagas”, *Monumentos*, n.º 6, Março 1997. Lisboa: DGEMN, 1997, p.

44

<sup>100</sup> *idem*

<sup>101</sup> *idem*

permanece em dúvida a data concreta do início do funcionamento concreto do Convento. Apesar de permanecerem ainda muitas questões em aberto, sabe-se que o Convento terá sido ao longo dos tempos alvo de muitas alterações e ampliações, muitas vezes reflexo da nobreza das suas freiras, que possuíam os seus próprios aposentos, ao invés das modestas celas que a maioria dos conventos proporcionava às suas freiras. *"O mosteiro espelha, na mole, por vezes quase labiríntica das construções, esse aglomerado de sucessivas épocas, de projectos individuais e colectivos, que, justapostos, por vezes sobrepostos, dão grande parte do carácter arquitectónico que o edifício tem (...)"*<sup>102</sup>. Tendo em conta alguns períodos conturbados da vida do Convento, nomeadamente durante os reinados de D. Pedro II (1648-1706) e de D. João V (1689-1750), esta continua a processar-se até ao início do séc. XX, mais concretamente até 1905, ano em que é extinto.

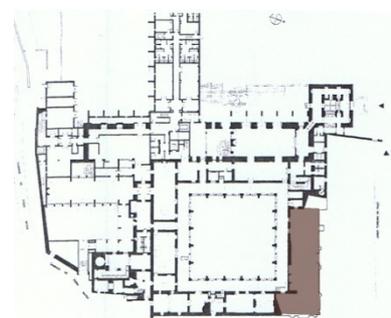
A primeira metade do séc. XX não se mostrou muito benevolente para como o velho convento. Se em 1932 chega a ser adaptado a uma colónia de férias, apenas dois anos depois seria destinado a receber o Seminário Menor da Arquidiocese. Seria apenas na década de noventa, concretamente em 1994, que o antigo convento receberia os devidos cuidados, a quando da sua adaptação a Pousada, segundo o projecto dos arquitectos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto.

Constituído pelas dependências conventuais e pela igreja, adossada a estas na zona Norte do conjunto edificado, o projecto procurava uma abordagem que possibilitasse a continuidade da construção existente, mantendo-se fiel à estrutura conventual. Neste sentido, os arquitectos avançam com o projecto em duas vertentes, uma que garantisse a recuperação do conjunto existente, e outra que cumprisse as exigências das novas necessidades da estrutura hoteleira, sendo necessário então avançar com uma ampliação das instalações. Perante o estado do convento, tornava-se clara a opção a seguir. Se na ala a nascente e na virada a Sul se encontram as salas com maior valor patrimonial, quer devido à estrutura quer quanto à decoração, que deveriam ser mantidas, a zona a poente encontrava-se descaracterizada, praticamente em ruína devido às intervenções realizadas após a extinção do convento, seria então esta área a receber a nova adição, mantendo-se apenas o quarto do Bispo, com as suas pinturas murais, e a torre mirante, onde se encontravam as antigas latrinas. Salientando novamente a importância do conjunto urbano em que o convento se insere, a intervenção, localizada principalmente na zona Oeste, acaba por assegurar a preservação desse conjunto, no sentido em que se afasta dele, desenvolvendo-se maioritariamente nos jardins do Convento, por trás do conjunto do Paço Ducal.

Apesar desta preocupação a localização da entrada na Pousada levou a uma solução que obrigou a uma pequena alteração do conjunto urbano do Terreiro do Paço. Na impossibilidade de tornar a Portaria do antigo Convento na entrada da

---

<sup>102</sup> *idem*, p. 47



**Figura 23** Localização da Igreja na antiga estrutura conventual.

pousada, devido às implicações construtivas que poderia impor ao conjunto, os arquitectos optaram por fazê-la na torre mirante, localizada a Oeste e já no interior da Cerca do Convento, negligenciando a antiga portaria onde se situava uma parte importante da vida conventual, o *Locutório* e a *Roda*, onde as recolhidas comunicavam com o exterior. Esta opção acabaria por influenciar de modo decisivo a estrutura do antigo convento, no sentido em que invertia os percursos mais característicos do antigo convento<sup>103</sup>, tornando os espaços mais reservados do convento nos mais expostos da pousada. Para que fosse possível concretizar esta decisão de projecto, foi necessário destruir parte do Muro da Cerca que ligava o Paço Ducal ao Convento, tornando a torre mirante na entrada da pousada. Aqui apenas se encontra a recepção que, localizando-se numa extremidade do conjunto edificado, apenas permite o acesso, numa aresta da torre, aos espaços de estada da Pousada, que surgem ao longo da ala oeste do claustro. Esta, apresenta, em paralelo, duas zonas de salas de estar, funcionando uma mais como área de distribuição, permitindo o acesso ao restaurante, ao bar e ao núcleo vertical que acede ao segundo piso, a outra, mais no interior da pousada e mais perto da recepção, assume-se como grande sala de estar. O claustro, de planta quadrangular, apresenta-se como o elemento gerador da proposta, sendo através dele que se consegue aceder às salas com valor patrimonial, a nascente e a Sul, mantidas como uma "*memória viva do próprio edifício, podendo definir-se, no piso térreo do claustro, um percurso histórico.*"<sup>104</sup>. O facto de a intervenção ter sido realizada de modo independente da Igreja, separando uma ligação que nos conventos femininos era de grande importância devido à existência de um coro alto e um coro baixo<sup>105</sup>, acabou por prejudicar a memória associada a um convento feminino. A igreja monástica de freiras era vivida como dois espaços autónomos distinguindo a igreja de fora, destinada aos fiéis, e a igreja de dentro, ou o coro, que se situava na parte de trás da igreja, destinada às freiras e completamente separada do resto da igreja, de modo a resguardar as recolhidas dos olhares dos leigos.

Em torno do claustro, ao nível interno nos dois primeiros pisos, desenvolvem-se uma série de corredores e salas, que albergam pequenas capelas e altares, ainda detentores de uma grande riqueza decorativa como silhares de azulejos de composição figurativa e ornamental e apresentando quase todos pinturas murais, onde dominam os temas religiosos. Outra característica



Figura 24 Claustro do Convento

<sup>103</sup> Paulo VarelaGomes – "Arquitectura de Mulheres, Mundo de Homens. Intervenções da DGEMN em Edifícios de Mosteiros Femininos Extintos (1930- 1950)", *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, DGEMN, 1999, p. 93

<sup>104</sup> Pedro Ferreira Pinto, João de Almeida, Pedro Emauz Silva – "Pousada do Convento das Chagas – Vila Viçosa", *Jornal Arquitectos*, n.º 147, Maio 1997, p. 20

<sup>105</sup> cf. Paulo Varela Gomes – op. cit.

que se associa à imagem da pousada é a existência de gelsias<sup>106</sup> tanto no interior do claustro como nas portadas exteriores da nova ala dos quartos.

Quanto às zonas privadas, os quartos, estes distribuem-se na estrutura conventual caracterizada por uma forte assimetria de volumes, onde se encontravam as antigas dependências das religiosas, no segundo e no terceiro pisos. Estes quartos, por se tratarem de adições e alterações que foram sendo realizadas conforme as necessidades das recolhidas, apresentam quase todas diferenças entre si, chegando a existir quartos que se desenvolvem em duplex. Na nova ala, que se desenvolve em L no sentido sul/poente sobre o jardim, os quartos, apresentando já uma métrica e uma uniformização comum às estruturas hoteleiras, distribuem-se apenas no segundo piso, sendo que por baixo se encontram as zonas de serviços da pousada.

Numa abordagem que pretende realçar as relações de continuidade entre o “novo” e o “antigo”, os autores utilizam os materiais e os elementos formais para alcançar esse objectivo, no entanto, essa vontade de *“fundir tempos distintos num todo formal e coerente”*, leva a um afastamento dos princípios da Carta de Veneza, escondendo uma linguagem contemporânea sob um certo “tradicionalismo”<sup>107</sup>.

## 2.9 Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal

Localizada na região do Alentejo, junto ao Litoral, a cidade de Alcácer do Sal usufrui de uma posição bastante privilegiada uma vez que se implanta numa encosta que se debruça sobre o Rio Sado, tendo no ponto mais alto o Castelo de Alcácer do Sal onde hoje funciona a Pousada de D. Afonso II. Cidade que possui uma grande herança histórica, cujos registos arqueológicos apontam para a existência de presença humana há cerca de quarenta mil anos, goza também de um considerável património natural,



Figura 25 Pousada de D. Afonso II

concentrado essencialmente na Reserva Natural do Estuário do Sado que se desenvolve em mais de vinte mil hectares, que correspondem principalmente a zonas húmidas, nomeadamente canais, esteiros e sapais.

Com raízes ainda no período mesolítico, denunciando já vestígios de produção agrícola e pecuária, a antiga Alcácer do Sal conheceria um grande crescimento urbano em plena Idade do Ferro, chegando a atingir o

<sup>106</sup> Pequena janela resguardada com bandas de madeira cruzadas por onde se pode ver sem ser visto. (Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa, Editorial Presença, Março 1995, p.178)

<sup>107</sup> Ver Susana Lobo – op. cit., p. 150

estatuto de cidade durante a ocupação romana. No séc. VIII inicia-se a ocupação islâmica que perduraria por quatro séculos. A intensificação do comércio, devido à grande utilização do porto por navegadores orientais e norte-africanos, tornaria a antiga *Salatia* numa cidade evoluída e de grande poder, levando à construção de um poderoso castelo, do qual, hoje, apenas persistem uns troços da muralha em taipa e pedaços das torres. Com a expansão cristã, e a conquista de Lisboa e de Palmela em 1147, Alcácer do Sal fica exposta aos desejos de conquista de D. Afonso Henriques, representando o tão desejado acesso para Além Tejo. As tentativas de conquista são várias, sendo que a primeira ocorre em 1151, mas sem sucesso para os cristãos, que são obrigados a retirar, após as fortes muralhas cumprirem a sua função. Nos anos seguintes os ataques, sucessivos, começariam a enfraquecer a poderosa muralha, tendo Alcácer sucumbido às mãos de D. Afonso Henriques em 1158, após dois longos meses de cerco. No entanto, as lutas para a conquista desta cidade não ficaram por aqui, uma vez que os muçulmanos chegam a recuperá-la, até 1217 quando, um grupo de cavaleiros da Ordem de Santiago<sup>108</sup>, ajudados por cruzados, conquista em definitivo Alcácer do Sal, recebendo no ano seguinte a Carta de Foral. A sua defesa é entregue à Ordem de Santiago que, em 1220, a torna na sede da sua Ordem, assumindo-se como centro das suas acções militares. Os cavaleiros instalam os seus paços no castelo, junto ao convento de clarissas de Nossa Senhora de Ara Cæli, fundado no reinado de D. Sancho I<sup>109</sup> (1185 a 1211). Ao transferirem a sede da sua Ordem para Mértola, os paços ocupados pelos frades religiosos ficam desocupados até 1670, quando, um fidalgo da terra, Rui Salema, consegue a autorização de D. Sebastião (1554-1578) para expandir o Convento para essas instalações, onde permaneceria até meados do séc. XIX. Estas obras de ampliação e de remodelação das antigas instalações levaram à construção de um novo claustro e de uma nova igreja que praticamente “apagaram” os vestígios da estrutura medieval. Apesar de ter vivido períodos de grande prestígio, o período que se estende desde a extinção das ordens religiosas, que significou o abandono da estrutura conventual, até meados da década de 1990, ficou marcado por uma constante degradação, chegando mesmo, ao estado de ruína.

O acesso ao topo da elevação que acolhe a Pousada desenrola-se em torno da muralha da antiga fortaleza, cuja presença se torna incontornável no exterior assim como no interior. Tendo presente a carga histórica que estava subjacente àquele conjunto arquitectónico, Diogo Lino Pimentel pretendia intervir para *“que daí possa resultar um novo ciclo de vida para o monumento, com nova*



Figura 26 Claustro do antigo Convento

<sup>108</sup> Ordem, religiosa e militar de origem castelhana, foi instituída por Afonso VIII de Castela em meados do séc. XII. Em Portugal, desempenha um papel de extrema importância na conquista de grande parte do Baixo Alentejo e do Algarve.

<sup>109</sup> cf. *Pousada D. Afonso II*. Lisboa: ENATUR, Julho 1998, p.12

*leitura do seu testemunho e algum valor cultural acrescentado pelo nosso tempo.*"<sup>110</sup> A entrada na Pousada efectua-se para um grande espaço de duplo pé-direito onde, no piso zero, se encontra a recepção, à esquerda, e uma zona de estada, à direita, junto a um grande envidraçado por onde entra a luz que ilumina aquela área, deixando visualizar, quase tocar devido à proximidade, a muralha da antiga fortaleza. A grande escada que se eleva no meio do vazio acede ao primeiro piso, a uma nova zona de estada em *mezzanine* que se desenvolve sobre a do piso zero, a zonas de acesso aos quartos, tanto para Sul onde desfrutam da belíssima vista sobre o Sado, ou para Norte em direcção à zona do Claustro. No piso térreo, junto ao grande envidraçado, encontra-se outro acesso vertical que se impõe naquele espaço. Construída em perfis metálicos e madeira esta escada permite o acesso aos dois pisos de quartos que se desenvolvem em torno do claustro, e localiza-se no antigo coro das freiras, no topo da antiga igreja do convento facto que não é esquecido devido à existência, por trás das escadas, das janelas do coro alto. A igreja, acessível através do claustro, e implantada segundo o eixo nascente/poente, transformou-se numa sala de conferências. O claustro pretendia manter a sua posição de elemento aglutinador, sendo em torno dele que se iriam desenvolver os restantes espaços. Nesse sentido, foram projectadas duas novas alas, a Norte e Nascente, no entanto esta intervenção acaba por se impôr demasiado à estrutura existente do convento no sentido em a "*ostensiva marcação dos vértices do claustro, com a colagem de um novo volume sobre o coro das freiras e uma das torres da antiga alcáçova, parece querer competir com a presença da cúpula da igreja. E, de facto, anula-a*"<sup>111</sup>. Aliás, a vista sobre a pousada do lado da zona de lazer exterior, junto à muralha, apenas deixa ler os volumes de carácter contemporâneo que disfarçam por completo a existência de um antigo convento naquele conjunto. Voltando ao elemento centralizador dos espaços, o claustro, de planta quadrangular, desenvolve-se em dois pisos, sendo que o térreo é constituído por arcarias que recebem as abóbadas de arestas da cobertura, e o primeiro piso é marcado por janelas de sacada que iluminam o corredor em torno do claustro, que faz a distribuição para as novas áreas dos quartos. Em torno do claustro no piso térreo, além da igreja, existem ainda salas de reuniões e de conferências, na ala a nascente, e ainda o restaurante que se localiza na ala a norte, fazendo a transição entre o interior do claustro e o exterior dentro das muralhas do castelo. É este espaço que possibilita aos hóspedes momentos de descontração e relaxamento no exterior, nas zonas de estar e na piscina, numa envolvente não muito comum caracterizada pela muralha.

Numa intervenção que por vezes se sobrepõe ao existente, os marcos de outra época relembram-se em "*amostras*" visíveis de materiais e processos construtivos"<sup>112</sup> que pontuam os espaços da pousada, ou pelos vestígios arqueológicos que se encontram principalmente no espaço reservado sob a pousada, que pretende albergar "bocados" de história encontrados no local, funcionando como um centro museológico.

---

<sup>110</sup> Diogo Lino Pimentel - *Pousada D. Afonso II*. Lisboa: ENATUR, Julho 1998, p. 23

<sup>111</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 152

<sup>112</sup> Diogo Lino Pimentel - "Pousada do Castelo de Alcácer do Sal", *Jornal Arquitectos*, n.º 147, Maio 1997, p. 24



### 3. O património, a reabilitação e as pousadas.

Depois de entender a implementação e o percurso deste tipo de intervenções no património, ao longo dos tempos, e de estudados os casos mais relevantes e característicos, é possível agora estabelecer uma relação entre todos eles, como o intuito de clarificar métodos, influências, semelhanças e diferenças.

Um aspecto que as diferencia em dois grandes grupos é a data da publicação da Carta de Veneza porque, se as Pousadas do Castelo e de São Teotónio são bastante controladas pelo Estado Novo, no sentido em que deviam cumprir a sua visão da intervenção no património, muito baseada nas teorias intervencionistas de Viollet-le-Duc, as restantes pousadas, já projectadas após a Carta de Veneza (1964), demonstram uma outra abordagem ao património que, ao definir uma linha de actuação no património, sublinha a importância do conhecimento histórico do objecto, de modo a compreender e respeitar o contributo das diferentes épocas. As directrizes deste documento não se ficavam por aqui delineando métodos para todos os tipos de intervenções de conservação e restauro, sendo que um acabaria por se tornar bastante relevante nas adaptações de usos a pousadas – as adições de obra nova, que apenas deveriam ocorrer caso estivesse em causa a sobrevivência do imóvel, sendo aconselhável que se diferenciasse a diferença entre o antigo e o novo.

Apesar de ter sido fruto de uma simples sugestão, e não de uma estratégia bem definida de aproveitamento do património para o turismo e o lazer, como aconteceu na vizinha Espanha<sup>113</sup>, a Pousada do Castelo, em Óbidos, pode ser considerada a primeira obra realizada de uma adaptação de um edifício classificado, neste caso um monumento nacional, a uma estrutura hoteleira. No entanto, e devido ao contexto político em que se inseria, o carácter desta intervenção diferencia-se bastante das restantes intervenções que se lhe seguiriam, no sentido em que devia ser uma intervenção de extremo cuidado, que não alterasse "*...a feição tradicional e, a bem dizer, «sentimental» daquele velho palácio Casteleiro...*", como referia o Boletim da DGEMN. Esta limitação de acções deveu-se mais à ideologia que Estado Novo implementava, do que ao facto de se tratar de um monumento nacional, uma vez que as posteriores adaptações de monumentos a pousadas, como por exemplo a do Crato, se revelaram bastante mais livres, acabando por originar obras consideradas de referência da arquitectura contemporânea. Com uma liberdade de actuação bastante reduzida, o resultado final acabaria por se aproximar mais com um Paço, que por acaso agora funcionava como uma pousada, do que com uma pousada que já tinha sido um Paço, acabando por proporcionar, nos dias de hoje, alguns problemas ao funcionamento da pousada.

A inadequação da estrutura edificada de um antigo Paço a uma Pousada, que se pretendia moderna e que cumprisse todos os requisitos de comodidade exigidos, levanta questões que hoje já não se colocam nas

---

<sup>113</sup> Ver capítulo 1.1 - Antecedentes

intervenções mais recentes, como por exemplo, a intersecção de percursos entre o dos hóspedes e o dos serviços. O facto de a pousada não possuir qualquer tipo de ampliação, mesmo que fosse apenas para as zonas de serviços, hoje, o funcionamento da pousada poderia estar facilitado, uma vez que se torna bastante difícil, cumprir uma legislação, cada vez mais rígida, numa estrutura edificada que não se pode alterar, modificar, por se tratar, em exclusivo, de um monumento nacional. Por exemplo, esta particularidade é contornada, e com sucesso, na Pousada de D. Diniz quando os arquitectos propõem que as zonas de serviço e os seus percursos funcionem no piso -1, proporcionando por um lado, a eficiência do serviço, que não importuna os hóspedes e por outro cumpre o seu objectivo sem interferir com a estrutura do monumento nacional. Esta abordagem, a da ampliação da estrutura hoteleira, mesmo que inserida num monumento nacional, facilita a instalação e concentração de funções que nos tempos actuais necessitam de cumprir uma legislação rigorosa para poderem funcionar.

Inserindo-se ainda numa política de evocação das glórias do passado e da manutenção da memória através da utilização dos monumentos, o segundo ante-projecto para a Pousada de São Teotónio, em Valença, pode-se considerar como a primeira adaptação moderna de património a pousadas. Pela primeira vez um arquitecto moderno pretendia tirar partido do património construído utilizando-o para integrar a nova construção exigida pelo programa, de modo a que constituísse um todo, em harmonia com a envolvente de cariz histórico. O modo como propunha utilizar a muralha, contraposta ao volume simples e discreto que se desenvolveria sobre esta, exposto à paisagem envolvente, demonstra uma exemplar sensibilidade à envolvente da proposta, uma clara compreensão da história e do lugar. Revelava-se uma proposta contextualizada, integrada, sensível à morfologia do terreno, à paisagem, ao próprio monumento, ao conjunto urbano que a acolhia mas também à construção local. Todos estes factores, todas estas preocupações acabaram por constituir-se como premissas de intervenção no património, sendo seguidas e exponenciadas em muitos dos projectos posteriores. Mais uma vez, seria o contexto político a limitar as potencialidades que esta proposta demonstrava, alegando que era uma proposta demasiado moderna, o que de facto se viria confirmar, uma vez que, apesar de ser um projecto de 1954, se apresenta como uma obra de cariz contemporâneo.

No terceiro e último ante-projecto, João Andresen afasta-se em definitivo da possibilidade de “fusão” com a muralha, apesar de considerar o elemento mais marcante, centrando-se na envolvente natural para desenvolver a sua proposta. Articula a disposição da pousada em função do sistema de vistas privilegiado daquele local, no entanto, não esquece as suas grandes premissas de integração e contextualização no lugar. Para tal, procura integrar a proposta na arquitectura minhota, através de proporções caseiras e de um carácter rústico suportado pelos materiais da região, nomeadamente pela pedra granítica. Fiel às suas convicções modernas, Andresen não foge à forte presença da muralha, assume-a, contrapondo-lhe uma forte estrutura em betão à vista, força

esta enfatizada pelo soltar dos extremos da pousada para dar lugar a pequenos terraços. Apesar deste projecto não se apresentar como uma adaptação de usos, é importante verificar que mesmo impedido de cumprir a sua visão para a pousada, o arquitecto permanece fiel às suas convicções no que respeita à intervenção no património.

A pousada de Vila Nova de Cerveira constitui um exemplo bastante diferente dos restantes por se tratar da adaptação de um centro histórico a uma unidade hoteleira. Tendo já sido realizada uma primeira experiência, na Pousada de Santa Maria em Marvão<sup>114</sup>, esta obra de Alcino Soutinho apresenta-se como um projecto único de reconversão do núcleo interno das muralhas no sentido em que respeita as preexistências, mantendo-as como expressão da memória do sítio, assegurando, desse modo, a coerência de todo o conjunto urbano. Assim, permite que o núcleo urbano continue a funcionar como uma memória do passado, sendo que todo o espaço intra-muralhas é acessível a visitantes, mas consegue também atribuir-lhe um novo uso, de um modo tão delicado que é quase imperceptível. Um dos aspectos que já foi referido e que contribuiu em grande parte para que se alcançasse este resultado foi de facto a rede de acessos, em cave, a cada um dos núcleos habitacionais, sendo que a grande zona de serviços se concentra na nova área do restaurante. Esta, destaca-se do conjunto por assumir uma expressão com referências contemporâneas que, apesar de ser uma construção nova, se integra no conjunto num equilíbrio de forças entre o antigo e a memória e o novo e a criação<sup>115</sup>.

Os restantes casos de estudo possuem uma característica essencial e comum a todos – a adaptação a pousada de uma estrutura conventual. Apresentando-se como uma tipologia que de facto facilita a adaptação, devido à semelhança do uso, não significa que a intervenção nestes exemplos seja realizada de modo idêntico, tendo sido possível verificar isso mesmo, uma série de aproximações, umas mais bem sucedidas que outras, que conseguiram tornar antigos conventos e mosteiros em grandes estruturas hoteleiras de grande conforto e comodidade, ao mesmo tempo que proporcionaram a reutilização do património em que se inserem, devolvendo-o à vida.

Considerando o claustro como um dos elementos mais importantes das estruturas conventuais, os arquitectos abordam-no de modo distinto, ora integrando-o na nova vida da pousada assumindo-o como o elemento centralizador da proposta, como acontece em Vila Viçosa ou em Alcácer do Sal, ora atribuindo-lhe um importante valor histórico, interpretando-os como presenças vivas de tempos antigos que devem ser mantidos como tal, desenvolvendo as instalações da pousada em novas alas em vez de em torno do claustro, com se verifica em Guimarães ou no Crato. É curioso verificar que tanto a Pousada de Arraiolos como a de Amares se

---

<sup>114</sup> Projecto de adaptação de uma pousada de um conjunto habitacional num centro histórico. Integrado na 3ª série de Pousadas, sendo o projecto entregue a Alberto Cruz e J. Santos Costa em 1964, e inaugurada em 1967.

<sup>115</sup> Ver Susana Lobo – op. cit., p. 120

podem considerar como seguidoras de ambas as abordagens. Se a Pousada de Nossa Senhora da Assunção assume a importância do claustro do antigo convento como zona central de distribuição da Pousada, vê também a necessidade de ampliar as suas instalações através da construção de uma nova ala de quartos. O caso de Santa Maria do Bouro é algo particular, uma vez que Souto Moura encara o claustro como um elemento de memória da ruína em que o Mosteiro se encontrava, deixando exposto ao exterior mas ao mesmo tempo tornando-o, ao nível visual, num elemento constantemente presente no interior.

Muito influenciado pelas directrizes da Carta de Veneza, em Guimarães na Pousada de Santa Marinha da Costa, Fernando Távora encara o conjunto como a soma de uma sucessão de fases de construção, tomando esta componente histórica como parte integrante do projecto. Com o próprio Távora disse, o objectivo era *continuar – inovando*, contribuindo para a longa vida do edifício, conservando e enfatizando os seus espaços mais significativos, ou mesmo tempo que lhe adiciona uma nova fase construtiva, resultante da nova função. Esta, tal como a Carta de Veneza afirmava, assume-se como contemporânea na sua expressão, diferenciando-se do preexistente, e implantada na encosta de modo a não interferir na leitura do conjunto antigo, relegando, deste modo, todo o protagonismo para o Mosteiro. No Crato, João Luís Carrilho da Graça, opta por uma solução semelhante. Adota o mosteiro como protagonista do conjunto, restaurando-o para ser objecto de contemplação, vestígio físico de um passado que deve permanecer na memória. Encarando a Igreja e o antigo claustro do mosteiro como objectos vazios, portadores da história, obriga os hóspedes a participarem na memória do lugar, colocando a entrada da pousada no interior do Claustro. Quanto ao novo corpo de quartos, Carrilho da Graça escolhe uma perspectiva diferente da de Távora, na medida em que, em vez de uma subtil integração no conjunto, opta por uma dicotomia expressiva entre o novo e o antigo. Se o mosteiro é vertical, a nova adição deve afirmar-se como horizontal, e se a antiga estrutura se apresenta integrada na cor da envolvente, assumindo as suas pedras e os seus longos anos de história, o novo volume deve destacar-se numa superfície branca e luminosa. É de referir, no entanto, que em ambos os casos a aproximação às pousadas se centra na estrutura preexistente, deixando as adições para segundo plano, escondidas por detrás de estruturas construídas, em Guimarães, ou de grandes muros já existentes, no Crato.

A abordagem adoptada por José Paulo dos Santos, em Arraiolos, é a da continuidade natural do edifício, onde o arquitecto assume as várias fases construtivas, não pretendendo, na intervenção, anular qualquer delas. E se, de modo a cumprir o programa, se vê obrigado a adicionar um novo corpo, procura que este não seja impositivo perante o existente, mas sim, que o complemento, indo buscar à estrutura antiga as regras para o seu desenho, do mesmo modo que Távora fez em Guimarães. A proposta resulta numa simbiose entre o antigo e o novo, alcançada através da articulação das qualidades plásticas, do espaço, da luz e dos materiais. O claustro que agora se apresenta como interior, já que funciona como zona de distribuição, tendo sido cuidadosamente

fechado com superfícies em vidro, para que se garantisse o funcionamento durante todo o ano, é equilibrado com um pátio exterior que se apresenta como um espaço de transição entre a estrutura antiga e as zonas de lazer da pousada, como o restaurante ou a piscina. Como referiu Souto Moura, *"se tiver um pátio aberto e precisar de um quarto lado, fecha o pátio. Mas não o fecha com vidro para parecer moderno: continua simplesmente o edifício"*<sup>116</sup>, sublinhando a ideia de continuidade natural da estrutura, que posteriormente Souto Moura iria adoptar para Santa Maria do Bouro. Sendo a Igreja parte integrante do convento, e representando uma parte importante na memória do lugar, José Paulo dos Santos tem a possibilidade de a integrar na proposta, apesar de passar a ser de uso privado. É de salientar aqui a importância de tomar a igreja como parte integrante da intervenção *"quase sempre tratadas como entidades autónomas do conjunto conventual que as legitima"*<sup>117</sup>.

A intervenção de Eduardo Souto Moura no Mosteiro de Santa Maria do Bouro é caracterizada pela particularidade da proposta. Encontrando um mosteiro num estado de ruína avançado, mostra-se sensível à memória do percurso ao Mosteiro, aos bons e aos maus momentos, e procura dar uma continuidade natural à vida do edifício, utilizando as pedras encontradas nas ruínas para o reconstituir, e não para recuperar o original perdido no tempo. Em vez de seguir uma intervenção idêntica às anteriores, opta por uma solução que lhe permitisse construir um edifício próximo da cultura contemporânea mas que desse continuidade à vida do edifício, sobre outra forma, acabando por resultar numa intervenção simples, cuidada e sóbria, quase invisível, que restituiu essa continuidade natural do edifício. Dando o protagonismo, à última fase do Mosteiro, às ruínas, toma uma série de opções, como a construção de um coberto vegetal na cobertura ou a utilização de janelas com uma caixilharia quase imperceptível, que, tornam a Pousada semelhante a uma "ruína", aparentemente abandonada.

As adaptações realizadas em Vila Viçosa e Alcácer do Sal possuem uma característica comum, ambas se tratavam de conventos femininos. Em Vila Viçosa o convento encontrava-se necessitado de uma recuperação, de grande parte dos espaços internos, assim como de uma ampliação, devido às exigências programáticas, sendo que os arquitectos avançam com a proposta que pretendia a continuação da construção existente, mantendo-se fiel à estrutura conventual. No entanto seria na distribuição dos espaços que o projecto ficaria aquém das expectativas. A não localização da entrada da Pousada na antiga portaria do Convento, assim como a separação da Igreja do claustro do convento, acabaria por apagar alguns dos mais importantes circuitos da vida monástica feminina, como o percurso das celas e da sala do capítulo para o coro, e o das celas para a

---

<sup>116</sup> Eduardo Souto Moura cit. em *Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, Janeiro 2001, p. 57

<sup>117</sup> Susana Lobo – op. cit., p. 149

Portaria. A reformulação de funções que ocorre nesta proposta coloca em causa o passado, a história do edifício uma vez que anula essa lembrança. O projecto para Alcácer do Sal, com um objectivo semelhante ao do de Vila Viçosa, vai um pouco mais longe, ao sobrepor-se ao preexistente, no sentido em que, a intervenção, ao completar o claustro, ao construir um novo volume sobre o coro das freiras e outro sobre uma torre da alcáçova, compete com a estrutura conventual, impondo-se de tal modo, que chega a anulá-la. Mais uma vez, a importância do coro num convento feminino é negligenciada, introduzindo aqui, um novo corpo de escadas.

## Conclusão

Apresentando-se sempre como uma operação difícil e complexa de se realizar, a reconversão de usos abrange uma série de características essenciais que se devem respeitar para que o património perdure no tempo. A importância da manutenção da “memória” do lugar e do edifício, poderá constituir o aspecto mais importante a alcançar. Independentemente do objectivo final ser a concretização de uma nova estrutura, com uma nova função, neste caso específico, direccionada para o Turismo, a sua valorização depende precisamente do facto de estar integrada num edifício histórico, sendo por isso importante que a intervenção no património seja realizada com esse intuito, o de permitir dar continuidade ao edifício, fruto de sobreposições e camadas de história que reflectem a sua evolução.

As várias abordagens de intervenção e os seus diferentes resultados apresentam-se como caminhos possíveis no campo da reconversão de usos, no entanto não podem ser encarados como soluções únicas de intervenção no património, nem como as mais aconselháveis, mas sim como exemplos, podendo influenciar a abordagem de um arquitecto em posteriores intervenções. A aprendizagem, a utilização da sabedoria que já foi utilizada no passado apenas pode contribuir para a construção de uma nova e mais completa maneira de actuar no Património, aprendendo, de igual modo, com as acções bem sucedidas assim como com os erros cometidos. *“A prática de reutilização deveria ser objecto de uma pedagogia particular. Ela depende o bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa duração das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais”*<sup>118</sup>. É de igual modo importante que, por se tratar de património, como portador de uma memória, de uma herança da nossa sociedade, qualquer tipo de erro, que coloque em causa o edifício ou a erradicação de momentos importantes da história que ele conta, seja evitado a todo o custo. Neste sentido torna-se essencial a existência de uma entidade reguladora que assegure a manutenção da história e a integridade da construção existente, de modo a que as gerações futuras possam usufruir, do mesma maneira que nós, do legado que os nossos antepassados nos deixaram.

Tratando-se de operações no Património, a avaliação realizada sobre o elemento construído pode revelar-se bastante subjectiva. A semelhança entre os usos, entre o antigo e o proposto, não pode ser encarada como um factor atenuante da intervenção, pois esta requer o mesmo tipo de cuidado que qualquer outro tipo de obra executada sobre objectos patrimoniais. A importância não se centra no tipo de adaptação ou na semelhança de

---

<sup>118</sup> Françoise Choay – op. cit., p.193

usos, mas sim no facto de se tratar de património, uma herança comum, cuja intervenção não pode ser considerada de ânimo leve.

Quanto à reintrodução na sociedade do Património Histórico que hoje acolhe as Pousadas nacionais é importante referir que, considerando os exemplos estudados, este tipo de reconversão de usos tem sido bastante bem sucedido no sentido em que os clientes procuram estas unidades como meio de fuga à vida activa das grandes cidades. Além de lhes proporcionarem um ambiente histórico, muitas vezes epocal, mas acima de tudo cómodo, oferecem também uma atmosfera recheada de paz e tranquilidade, permitindo-lhes “respirar” uma vida saudável, ainda que por curtos espaços de tempo. Além de se apresentarem como uma mais-valia para quem as visita, estas unidades hoteleiras acabam por desempenhar um importante papel para as localidades onde se inserem uma vez que, para além de criarem empregos, motivam o turismo local e vizinho, proporcionando o crescimento económico da zona. Conclui-se portanto, tratar-se de uma reconversão de usos que cumpre a sua função de modo satisfatório, tanto para com o passado como para a sua nova utilização.

A singularidade que se constitui em cada edifício histórico requer uma abordagem única de intervenção no património, de métodos e critérios que conjugados resultem em mais uma fase construtiva que deve contribuir para a continuidade histórica do edifício, mas que acima de tudo, a intervenção valorize o significado inerente ao património edificado em questão. A adaptação de usos constitui, como qualquer tipo de intervenção no Património, uma “ciência” complexa que, sendo bem concretizada, pode de facto, proporcionar uma nova contribuição do património à sociedade actual.

Quanto ao futuro, permanece incerto. O sucesso destas intervenções no património destinadas à indústria hoteleira torna esta “indústria” cada vez mais apetecível aos investidores, principalmente numa perspectiva lucrativa. Do ponto de vista patrimonial apresenta vantagens e desvantagens. Se por um lado este tipo de iniciativas pode ter uma acção bastante positiva sobre edifícios que hoje se encontram degradados, entregues ao esquecimento e cujo futuro mais certo poderá ser a ruína, por outro, a decisão de intervir, alterando o seu uso, pode levar a intervenções mal executadas que prejudiquem, ou anulem, a imagem histórica do edifício. Na incerteza, o que poderá ser mais correcto? Manter um edifício entregue à degradação, ou arriscar numa intervenção que pode levar à deturpação da história do edifício? Porque a reabilitação um edifício supõe a manutenção do existente, a sua recuperação, de modo que este permaneça vivo para o futuro, independentemente das adições de obra nova realizadas. Questão algo ingrata, que surge apenas de uma preocupação constante e profunda perante o património. Porque, integrado em estruturas novas ou não, importa é não esquecer a herança que constitui o Património Construído.

## Bibliografia

### Bibliografia Geral

#### Livros e capítulos de Livros

AA. VV. – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

AA. VV. – *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: S.N.I., 1948

BAPTISTA, António Alçada (apresent.), ESTUDANTE, Maria Deolinda, MÂNTUA, Sofia, FRANCO, Anísio (textos) – *Pousadas de Portugal*. Lisboa: Casa & Decoração, ENATUR, 1992.

CALDAS, João Vieira (comissário); ALÇADA, Margarida, GRILO, Maria Inácia Teles (coord.) – *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, DGEMN, 1999

CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2008

DOCOMOMO Ibérico – *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965*, Fundação DOCOMOMO Ibérico - IV Congresso, Valência Novembro 2003.

GOITA, Francisco Chueca – *Breve História do Urbanismo*. Colecção Dimensões. Lisboa, Editorial Presença 1982.

LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal. Reflexo da Arquitectura Portuguesa do séc. XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

NEMÉSIO, Vitorino ( direcção ) – *Sítios e Pousadas*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1974.

TOSTÕES, Ana – *Os Verde Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997.

TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried, BECKER, Annete (ed.) – *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997.

#### Dissertações

BRANDÃO, Mariana Viterbo, "Pousadas de Portugal: três estudos de caso: Pousada de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro". Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

CARDOSO, Matilde, "Património Moderno, do Conceito à Intervenção ". Dissertação para a obtenção de Mestre em Arquitectura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2006.

LIMA, Francisco de, "Pousadas". Tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em Vila Nova de Gaia a 25 de Novembro de 1935. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

TOSTÕES, Ana, "Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa". Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Engenharia do Território apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Dezembro de 2002.

### **Artigos em Publicações Periódicas**

APPLETON, João – "Tecnologias de reabilitação em edifícios antigos, dos conventos às pousadas", *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa, n.º 147, Maio 1997, p. 44-54

GOMES, Paulo Varela – "Arquitectura de Mulheres, Mundo de Homens. Intervenções da DGEMN em Edifícios de Mosteiros Femininos Extintos 1930-1950", *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, DGEMN, 1999, p. 83-98

FERNANDES, José Manuel – "Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos", *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa, DGEMN, 1999, p.159-177

PEREIRA, Paulo – "(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado.", in *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 99-110

PEREIRA, Paulo – "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História", in *Intervenções no Património 1995-200*. Nova Política. Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1997, p. 14-23

### **Bibliografia Específica**

#### **Pousada do Castelo**

*Castelo de Óbidos*, Boletim da DGEMN, n.º 68/69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952

MARTINS, João Vaz – "Pousada do Castelo, Óbidos", *Caminhos do Património 1929-1999*, Comissário: João Vieira Caldas. Lisboa: DGEMN, 1999, pág. 180-181

#### **Pousada de São Teotónio**

*Quatro Novas pousadas*, in *Arquitectura*. Lisboa, n.º 62, Setembro 1962, pág. 11-16

TOSTÕES, Ana – “João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio”, *Monumentos*. Lisboa, DGEMN, n.º 12, Março 2000, pág. 53-57

### **Pousada de D. Diniz**

*Pousada de Dom Dinis – Vila Nova de Cerveira, 1982*, DGEMN. Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes; Secretaria de Estado da Obras Públicas, 1982

ALMEIDA, Rogério Vieira de – “Pousada de D. Dinis”, *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 254-255

### **Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa**

*Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios Monumentos Nacionais, n.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985

COSTA, Alexandre Alves, TRIGUEIROS, Luís (ed.) – *Fernando Távora*. Lisboa, Blau, 1993, pág. 112-118

COSTA, Alexandre Alves – “Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa”, *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 276-277

### **Pousada de Santa Maria do Bouro**

*Pousada Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, Julho 1997

ALMEIDA, Rogério Vieira – “Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação do Convento de Santa Maria do Bouro.”, *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 306-307

MOURA, Eduardo Souto de, LEÓN, Juan Hernández; COLLOVÁ, Roberto, FONTES, Luís (co-aut.) – *Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, Janeiro 2001

### **Pousada da Flor da Rosa**

*Pousada Flor da Rosa*. Lisboa: ENATUR, Julho 1995

ALMEIDA, Rogério Vieira – “Reconstrução e Adaptação do Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa.”, *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 316-317.

GRAÇA, João Luís Carrilho da - “Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa - Pousada”, *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa, n.º 136/137, Ano 12, Junho/Julho 1994, pág. 42-45

GRAÇA, João Luís Carrilho da - "Pousada da Flor da Rosa", *Architècti*. Lisboa: Trifório, n.º 33, Maio/Julho 1996, pág. 70-75

### **Pousada de Nossa Senhora da Assunção**

*Loios Convent – Renovation and Addition as a Hotel*, A+U. Tokyo, n.º 318, Março 1997, pág. 50-65

AA. VV., *José Paulo dos Santos* – comp. Oscar Riera Ojeda; intro. Gerrit Confurius. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

CAETANO, Joaquim de Oliveira – "A Fundação do Convento das Chagas", *Monumentos*, n.º 6, Março 1997. Lisboa: DGEMN, 1997, p. 44-47

### **Pousada de D. João IV**

ARQUI III – "Convento das Chagas. Adaptação a Pousada", *Architècti*. Lisboa: Trifório, n.º 49, Janeiro/Março 2000, p. 28-29

PINTO, Pedro Ferreira, ALMEIDA, João de, SILVA, Pedro Emauz – "Pousada do Convento das Chagas – Vila Viçosa", *Jornal Arquitectos*, n.º 147, Maio 1997, p. 18-21

### **Pousada de D. Afonso II**

*Pousada D. Afonso II*. Lisboa: ENATUR, Julho 1998

PIMENTEL, Diogo Lino – "Pousada do Castelo de Alcácer do Sal", *Jornal Arquitectos*, n.º 147, Maio 1997, p. 22-25

## **Páginas Web**

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – [www.dgemn.pt](http://www.dgemn.pt)

Instituto Português do Património Arquitectónico – [www.ippar.pt](http://www.ippar.pt)

## **Anexos**

Ficha n.º 1 - Pousada do Castelo, Óbidos

Ficha n.º 2 - Pousada de São Teotónio, Valença do Minho

Ficha n.º 3 - Pousada de D. Diniz, Vila Nova de Cerveira

Ficha n.º 4 - Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães

Ficha n.º 5 - Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares

Ficha n.º 6 - Pousada da Flor da Rosa, Crato

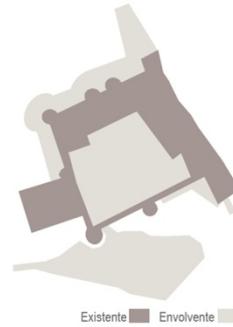
Ficha n.º 7 - Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos

Ficha n.º 8 - Pousada de D. Afonso IV, Vila Viçosa

Ficha n.º 9 - Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal

# Pousada do Castelo, Óbidos

Autor. João Filipe Vaz Martins  
 Intervenção. Restauro  
 Ano de Projecto. 1948  
 Ano de Construção. 1948-1950



(1) Pousada do Castelo. No interior da cidadela.

**Enquadramento** Urbano mas isolado. Encontra-se no extremo Norte da Muralha da Vila, adaptada ao relevo - a Este, a muralha integra a parede da Pousada.

**Utilização Inicial** Residencial e Militar: Paço dos Alcaides (séc. XII)

**Tipologia** Fortaleza Medieval [arquitectura militar, civil de características românicas, góticas, manuelinas e barrocas]

**A intervenção** Considerada o primeiro caso de adaptação de edifícios históricos a Pousadas, surge, por acaso, da necessidade de atribuir uma utilidade prática ao edifício histórico recém restaurado, o antigo Paço dos Alcaides. A adaptação, não deveria "sacrificar, com quaisquer obras imprudentes ou descabidas, a feição tradicional e "sentimental" do velho palácio", acabando por se resumir a uma cuidadosa subdivisão dos espaços existentes de modo a que não comprometessem a estrutura do monumento.

*No existente,* Inserida na cidadela (2), intra-muralhas, a pousada é antecedida por um pátio que abre caminho até à recepção, localizada no primeiro piso da ala a Este. Estrutura-se em forma de U, implantando-se sobre a muralha a nascente.

Constituída por 3 pisos, o acesso à pousada faz-se pelo piso intermédio para a recepção. Existe também um acesso exterior, através de uma escadaria, que liga directamente ao restaurante.

No piso 0, encontram-se as instalações destinadas aos funcionários.

No primeiro piso, a recepção dá acesso directo a dois espaços comuns e consecutivos, a sala de estar e o bar (3 e 4). Neste, é possível aceder ao segundo piso, através de umas pequenas escadas, ou à ala central da pousada, onde se encontram 3 quartos, e ainda um acesso vertical para o piso 0.

O acesso ao segundo piso conduz à sala de estar deste piso, que antecede a sala do restaurante, no corpo central, e a zona dos dois quartos, na ala a este. Esta que comunica com o exterior (5) por onde se efectua o acesso a mais 3 quartos, os mais característicos pela sua identidade medieval, que se encontram nas torres da cidadela, um na torre D. Dinis, e os outros dois na torre D. Fernando. Neste piso inclui ainda o espaço da cozinha, no corpo a oeste, no seguimento do espaço do restaurante. Este é caracterizado pelas suas janelas geminadas do estilo Manuelino, que acentuam o carácter medieval da envolvente.



(2) Acesso à Pousada



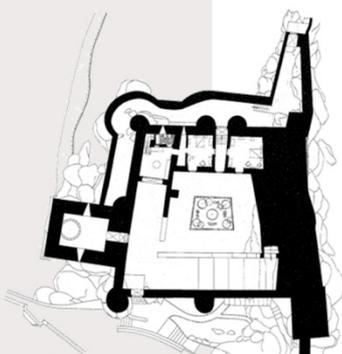
(3) Sala de Estar



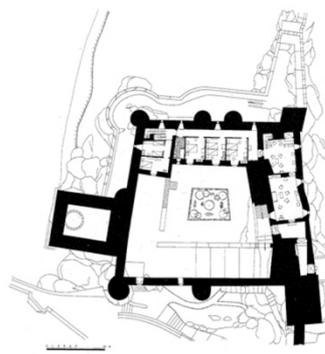
(4) Sala de Jantar



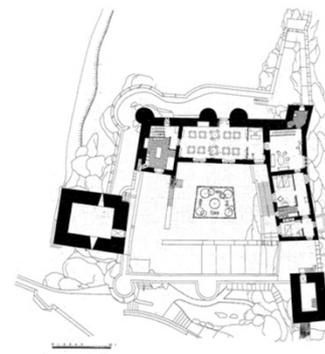
(5) Vista sobre a Vila de Obidos



Piso 0  
Quartos de serviço



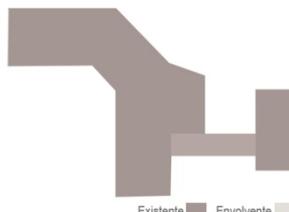
Piso 1  
Recepção  
Sala de Estar  
Bar  
4 Quartos



Piso 2  
Sala de Estar  
Restaurante  
Cozinha  
2 Quartos  
Terrço  
3 Quartos nas Torres

# Pousada de São Teotónio, Valença do Minho

Autor. João Andresen  
 Intervenção. Construção de raiz  
 Ano de Projecto. 1954-1956  
 Ano de Construção. 1959-1963



(1) Pousada de São Teotónio. Exterior da Pousada junto ao jardim.

## Enquadramento

Urbano mas isolado. Topo da colina dentro da fortificação de Valença. Grande amplitude visual sobre o rio Tui.

## Utilização Inicial

Turística: Pousada

## Tipologia

Arquitectura Modernista

## A intervenção

Solução que se articula em função do sistema de vistas, voltando as costas à vila, num corpo de três tramos que se abre, a Norte, sobre a paisagem (5) num ângulo de 180°. Pretende integrar-se no ambiente envolvente reflectindo a arquitectura minhota -uma arquitectura de proporções caseiras, rústicas, de pedra granítica - que deveria ser “espontânea, anónima, e sem escola, outra que não seja a própria sabedoria e intuição popular, aliada a um seguro « bom gosto » e com compreensão pelos materiais adoptados”



(2) Acesso à Pousada

## No existente,

A muralha, de presença bastante impositiva, é considerada no projecto, ao optar pela utilização de uma estrutura em betão aparente, cujas proporções e qualidades plásticas fazem frente à força da muralha. De modo a enfatizar esta intenção solta os extremos da pousada (4), criando zonas de terraço sob o piso dos quartos, deixando a estrutura de betão assumir o protagonismo.



(3) Sala de Estar e zona do Bar

Se o primeiro piso, que acolhe as zonas comuns (3), tira partido dos grandes envidraçados, o segundo piso, o dos quartos, é construído em grandes blocos de pedra granítica, trabalhadas a pico grosso, lembrando as construções populares minhotas. A entrada (2) surge na parte posterior da pousada, do lado da vila, dando acesso à recepção assim como às zonas de estar e de jantar, nas quais a paisagem e o jardim, que se estendem à sua frente, entre a pousada e o rio, participam activamente, trazidos para o interior através de grandes envidraçados.



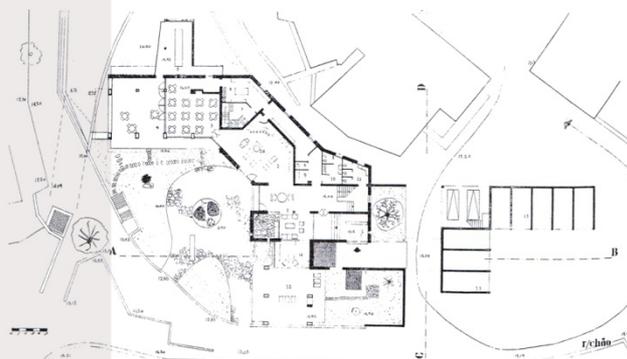
(4) Zona em terraço sob o piso dos quartos (fonte: DGE MN)

A criação de pequenas zonas de ambiente acolhedor e íntimo vinham ao encontro pretendiam oferecer à pousada um ambiente “análogo à de uma casa de família, dispoendo de todo o conforto desejável ...” .

Proposta encontra uma solução formal que evita a repetição monótona e rígida dos quartos, utilizando o panorama (5) que se revelava perante a pousada para fazer uma distribuição de quartos “de forma a fornecer aos hóspedes a possibilidade de escolherem o seu quarto, de acordo as suas inclinações e desejos” (JA), garantindo deste modo a personalização e, consequentemente, a satisfação do hóspede.



(5) Vista sobre o rio Minho e a cidade de Tui



Piso 0  
 Recepção  
 Salas de Estar  
 Restaurante  
 Cozinha  
 Quartos de serviço

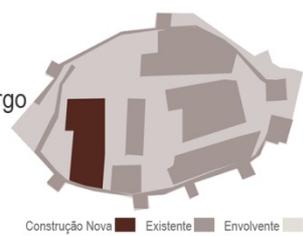


Piso 1  
 Zona de Estar  
 Quartos

# Pousada de D. Dinis, Vila Nova de Cerveira

Autor.  
Intervenção.  
Ano de Projecto.  
Ano de Construção.

Alcino Soutinho, O. Filgueiras e R. Torgo  
Reabilitação e Construção Nova  
1971-1978  
1973-1981



(1) Pousada de D. Dinis. Vista aérea sobre o Castelo. (fonte: DGEMN)

## Enquadramento

Urbano, adossado de implantação destacada. Na margem esquerda do rio Minho (6), sobre um pequeno morro envolvido pela malha urbana.

## Utilização Inicial

Militar: Castelo (séc. XIV)

## Tipologia

Arquitectura militar, gótica e barroca. [Castelo gótico, de pequenas dimensões, planta oval e com oito torres quadrangulares. No séc. XVII, reforçado segundo o estilo barroco - fortaleza à Vauban]

## A intervenção

Projecto inédito e único no modo como aborda a reconversão urbana. Reabilitação de todo o núcleo intra-muralhas para instalação de uma Pousada segundo um criterioso aproveitamento das construções existentes, com o objectivo de manter a memória dos espaços, assegurando deste modo a coerência do conjunto.

### No existente,

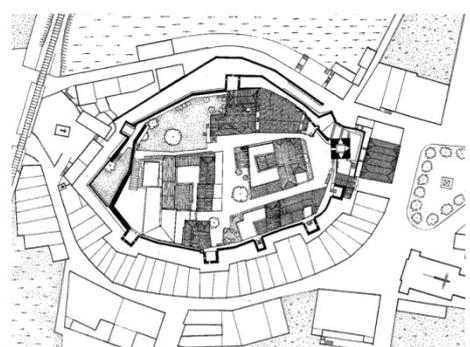
Aproveitamento das construções existentes para instalação da Pousada. Intervenção incide maioritariamente na reorganização dos interiores das habitações, destinadas principalmente ao alojamento dos hóspedes, organizadas em quatro núcleos (3) que albergam no total 29 quartos, sendo 3 deles pequenos apartamentos. Utiliza uma série de corredores subterrâneos para realizar o acesso de serviços aos núcleos habitacionais.

Manutenção dos edifícios notáveis (5), como a Igreja da Misericórdia, onde ainda hoje se pratica o serviço religioso, e a antiga Câmara, adaptada a zonas de estar e de lazer - bar, sala de jogos, salas de reuniões.

Devido à escassez de área de construção no interior dos muros, a recepção, a administração, zonas de exposição e de artesanato, e as instalações dos funcionários, foram localizadas em antigas habitações à direita da entrada no castelo/pousada pela porta da barbacã, integrado no corpo rectangular da capela de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Ajuda (2).

### Na ampliação,

Junto à parede Nordeste da muralha surge o novo corpo do restaurante (4) com "referências marcadamente aaltianas" e integrado no ambiente medieval através do aproveitamento das paredes de antigas habitações no rés-do-chão, onde hoje se encontra uma sala de banquetes. Usufriui da vista panorâmica sobre o Rio Minho e sobre a vila de Cerveira, localizando-se na plataforma das canhoeirias, utilizando-a como zona de terraço do restaurante. Apesar de ser uma construção nova procura a escala dos edifícios adjacentes.



Fonte: DGEMN

Implantação



(2) Acesso ao interior da muralha onde se desenvolve a Pousada



(3) Rua intra-muralhas de acesso aos núcleos dos quartos



(4) Novo corpo da Pousada - Restaurante (fonte: DGEMN)



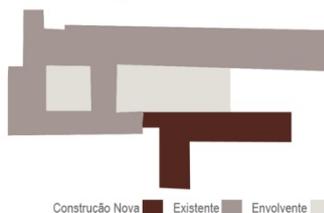
(5) Antiga cadeia reconvertida em Bar em zonas de Estar



(6) Vista o rio Minho

# Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães

**Autor.** Fernando Távora  
**Intervenção.** Reabilitação e Ampliação  
**Ano de Projecto.** 1972  
**Ano de Construção.** 1977-1985



(1) Pousada de Santa Marinha da Costa (fonte: DGEMN)

**Enquadramento** Peri-urbano, na Serra de Santa Catarina, rodeado por um extenso parque arborizado

**Utilização Inicial** Cultural e devocional: mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (séc. X)

**Tipologia** Arquitectura Religiosa [estrutura inicial Românica, possui características moçárabes, maneiristas, barrocas, rococós, neoclássicas e contemporânea]

**A intervenção** Inovadora no sentido em que segue os princípios da Carta de Veneza (1964), quanto à diferenciação entre o novo e o antigo. Conserva e reafirma os espaços mais significativos e cria novos espaços resultantes dos condicionamentos programáticos (2).

*Pelo autor,* "Pretendeu-se aqui um diálogo, não de surdos que se ignoram, mas de ouvintes que desejam entender-se, afirmando mais as suas semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a ruptura." FT

*No existente,* A recuperação o antigo convento, inclui o corpo das antigas celas, o corpo principal da portaria e as zonas envolventes do claustro (3). A Igreja, apesar de ter desempenhado um papel importante na história do mosteiro, desenvolve-se de modo independente.

E aqui que se acede à Pousada através de uma grandiosa escada de acesso, donde se vislumbra o claustro, com as suas arcadas e a azulejaria nas paredes. Na recepção respira-se a austeridade monástica presente em toda a pousada, através da simplicidade de soluções adoptadas, quer ao nível dos espaços, quer ao nível da decoração e do mobiliário. Deste ponto é possível aceder à sala de estar e posteriormente, ao piso zero da antiga ala dos dormitórios, onde se encontra a sala de refeições (4) com 176 lugares e um salão de banquetes com 50 lugares. No piso superior a imponente galeria, que permite o acesso aos 22 quartos e 2 suites, liga a Sala do Capítulo à Varanda de Frei Jerónimo (5).

*Na ampliação,* A nova construção assume-se como contemporânea (2), num volume alongado que se desenvolve perpendicularmente à Igreja, formando um pátio rebaixado com a nova ala de quartos, em forma de L, numa cota inferior, encaixando-se na topografia de modo a não retirar o protagonismo ao volume preexistente. Acolhe 31 novos quartos, com acesso feito através da recepção.



(2) Nova Ala dos Quartos de expressão contemporânea



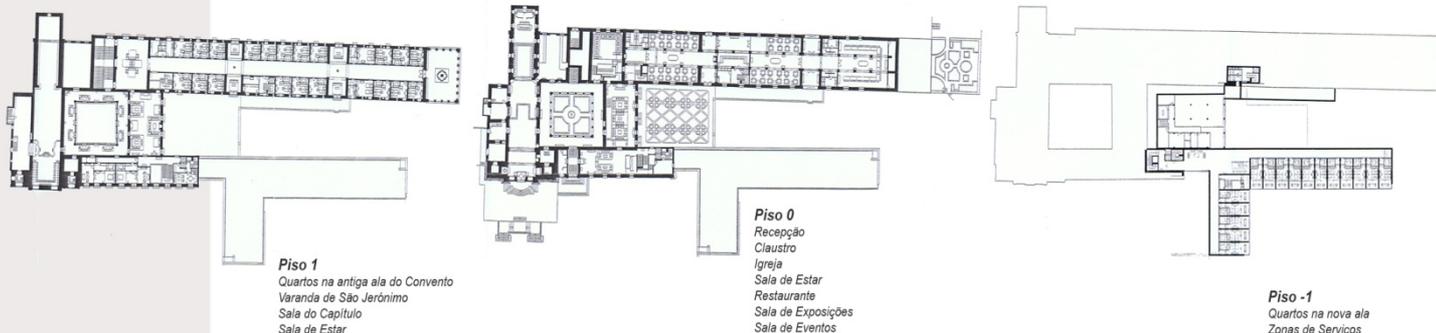
(3) Claustro do antigo Convento



(4) Restaurante (fonte:DGEMN)

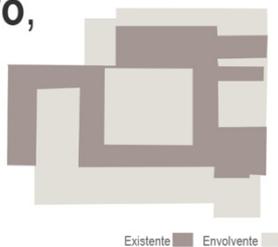


(5) Varanda de São Jerónimo. Vista sobre os jardins do Mosteiro



# Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares

Autor: Eduardo Souto Moura  
 Intervenção: Reabilitação  
 Ano de Projecto: 1989-1995  
 Ano de Construção: 1997-1997



(1) Pousada de Santa Maria do Bouro

**Enquadramento** Urbano mas isolado, separado da povoação pela EN. Implanta-se na Serra de São Mamede, rodeado por propriedade agrícola do antigo mosteiro.

**Utilização Inicial** Cultural: Mosteiro Cisterciense (séc. XII)

**Tipologia** Arquitectura Religiosa [características românicas, maneirista, barrocas, rococós, neoclássicas e contemporânea]

**A intervenção** Parte de um edifício praticamente reduzido a ruínas, onde estas acabam por assumir o protagonismo. Construir um edifício próximo da cultura contemporânea mas que continua-se a *vida natural* deste, através de uma linguagem simples que resulta de uma intervenção silenciosa.

Pelo autor, *“...dar continuidade, sob outra forma, à vida do mosteiro.”*  
*“O projecto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício.”* ESM

No existente, O claustro (2) assume-se como uma memória do estado de ruína em que o mosteiro se encontrou. Apesar de a distribuição da pousada não se efectuar no próprio claustro, assume do mesmo modo este papel, sendo que grande parte da pousada se desenvolve em torno deste, vivendo para ele.

Da entrada da pousada, a partir da recepção, acede-se à zonas comuns da pousada numa sucessão de espaços intercomunicantes (3) - bar, sala de estar, sala de jogos, restaurante (4). Este, juntamente com a cozinha, terão sido os únicos espaços a manter a função original. Junto ao restaurante existe ainda uma sala de eventos que também possui um acesso pelo claustro.

Os quartos desenvolvem-se no primeiro e segundo pisos do mosteiro. Acede-se directamente da entrada da pousada à ala norte dos quartos, através de uma grande ala (3) repleta de luz, antecedida por umas pequenas escadas de acesso. A luz, juntamente com os materiais escolhidos – pavimentos em madeira, paredes estucadas e o tecto revestido com caixotões em aço corten oxidado – proporciona, nos corredores de acesso aos quartos, um ambiente, que apesar de despojado, se torna aconchegante.

No exterior, numa primeira cota, dispõe-se uma esplanada (5), paralelamente à fachada posterior do mosteiro, e junto ao restaurante um grande tanque de pedra. Numa cota mais baixa é possível encontrar a piscina oval e campo de ténis envolvidos por jardins mas também por uma horta, um olival e campos de vinha



(2) Antigo Claustro mantido como memória da ruína



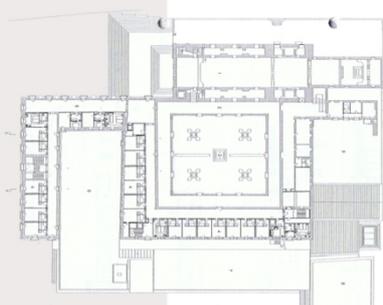
(3) Zonas de Distribuição: Quartos e Zonas de Lazer



(4) Restaurante

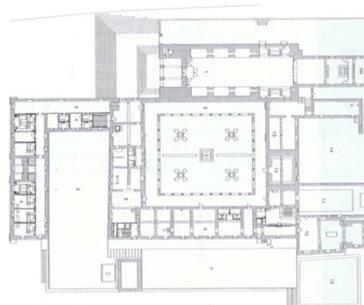


(5) Zona de lazer no exterior do Mosteiro

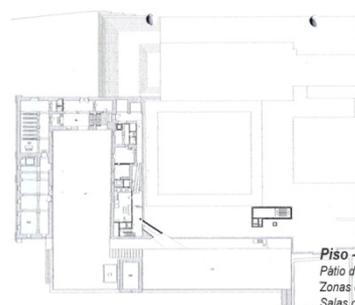


Piso 2  
Quartos

Fonte: ENATUR



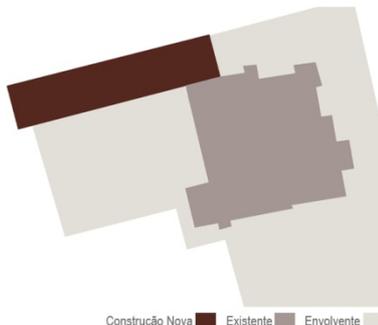
Piso 0  
Recepção  
Claustro  
Quartos  
Bar  
Salas de Estar  
Restaurante  
Sala de Eventos



Piso -1  
Pátio das Laranjeiras  
Zonas de Serviços  
Salas de Exposições  
Sala de Reuniões

# Pousada da Flor da Rosa, Crato

**Autor.** João Luís Carrilho da Graça  
**Intervenção.** Reabilitação e Ampliação  
**Ano de Projecto.** 1991-1993  
**Ano de Construção.** 1992-1995



(1) Pousada da Flor da Rosa

**Enquadramento** Urbano mas isolado. Implantação desafogada relativamente às construções que a envolvem.

**Utilização Inicial** Cultural: Igreja e Fortaleza militar.  
 Residencial e Militar: Paço acastelado

**Tipologia** Paço acastelado Gótico; Igreja e fortaleza Gótico-Manuelina [apresenta características mudejâres e renascentistas nas dependências conventuais.

**A intervenção** Assume as fases de construção do edifício. Diferencia o novo do antigo, privilegiando a história, sendo que a maioria dos usos da pousada se encontram dispostos nas dependências do antigo mosteiro.

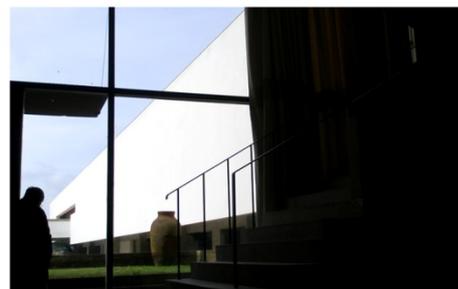
*Pelo autor,* "O objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras." JLCG

*No existente,* Mosteiro torna-se a figura principal, quer como objecto a ser contemplado quer como objecto a ser vivido.

As alas Sul e Nascente assumem o vazio (3). E necessário percorre-las para alcançar a entrada da Pousada, evocando e homenageando o passado histórico. As alas Norte e Poente colhem o restante conteúdo programático. Além de incluir uma zona de estar, uma sala de jogos, e o restaurante no 1º piso, o bar, a antiga Sala do Capítulo (4), a recepção e zonas de serviços no piso 0, alberga ainda os restantes 11 quartos. Três destes quartos encontram-se na torre a Sul, sendo que um deles se considera ter sido o do próprio Prior do Crato. A sala desta Torre (5) possui um elemento central de desenho bastante moderno, a lareira, num espaço de duplo pé-direito, onde a chaminé serpenteia até ao topo, procurando o exterior.

*Na ampliação,* Novo corpo (2) assume uma clara horizontalidade num expressivo contraste com a verticalidade do antigo Mosteiro. Assume um carácter contemporâneo, surgindo como uma necessidade programática. Alberga 13 dos 24 quartos da pousada assim como a zona de serviços, administração e pessoa, na cave.

Estabelece uma ligação com a zona de lazer no exterior, que inclui um jardim e uma piscina.



(2) Nova Ala dos Quartos vista da zona da recepção



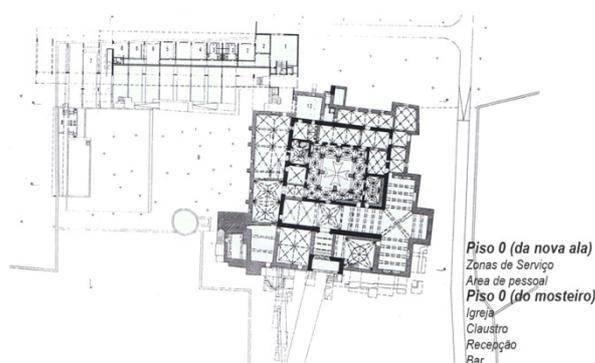
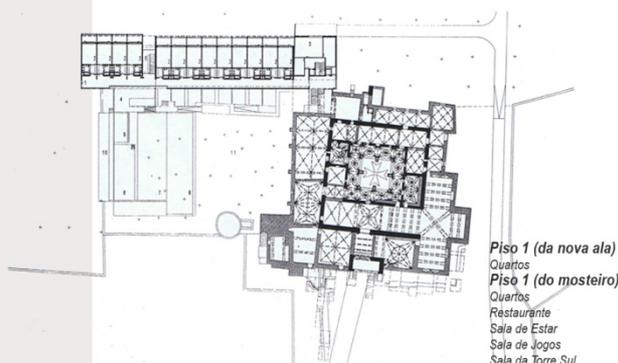
(3) Claustro do antigo Convento



(4) Bar, antiga Sala do Capítulo



(5) Sala da Torre Sul. Lareira com elemento dominante da Sala



# Pousada de N<sup>a</sup> Senhora da Assunção, Arraiolos

**Autor.** José Paulo dos Santos  
**Intervenção.** Reabilitação e Ampliação  
**Ano de Projecto.** 1993  
**Ano de Construção.** 1997-1996



(1) Pousada de Nossa Senhora da Assunção

## Enquadramento

Rural, num vale muito perto dos limites urbanos da Vila, isolado e harmonizado com o meio envolvente.

## Utilização Inicial

Cultural: Convento da Ordem de Santo Elói

## Tipologia

Arquitectura religiosa [Características manuelinas, mudéjares e barrocas. Convento - barroco seiscentista. Igreja - manuelino-mudéjar.]

## A intervenção

Assume as várias alterações/adições de que o mosteiro foi alvo ao longo dos tempos. Não pretende alterar a estrutura espacial do edificado existente mas sim dar-lhe uma continuidade natural (5).

### No existente,

A pousada desenvolve-se em torno do claustro (3) do séc. XVI, em torno do qual se desenvolvem as antigas dependências monacais assim como a Igreja, e de um novo espaço, bastante maior e cuidadosamente fechado pela proposta do arquitecto.

A entrada, sob o alpendre que antecede a entrada na Igreja que se desenvolvendo no sentido Este/Oeste, conduz directamente ao antigo claustro.

O claustro, habitualmente exposto ao exterior, funciona como uma zona de distribuição da pousada, uma vez que se encontra fechado com grandes envidraçados, permitindo um acesso confortável a todas as áreas comuns que se distribuem em torno dele - a recepção, à esquerda da entrada, a antiga Sala do Capítulo, uma sala de reuniões/conferências, a sala de estar, o bar e também uma entrada lateral para a Igreja, onde é possível realizar cerimónias pontuais. No segundo piso do claustro encontram-se as antigas celas, hoje os quartos de hóspedes.

### Na ampliação,

Surge em perfeita harmonia tanto com os tradicionais como com os modernos conceitos de arquitectura portuguesa.

Pretende que a nova adição (2) se leia de forma autónoma mas ao mesmo tempo de modo anónimo, não se destacando do conjunto mas sim complementando-o, como as anteriores fases de construção o fizeram.

O novo pátio, que se desenvolve a Este do claustro, funciona no exterior, sendo confinado pelo restaurante (4), quer pela zona antiga deste, a Norte, quer pela parte nova no piso térreo da ala recente dos quartos, permitindo o acesso à zona de lazer da pousada, a piscina e o campo de ténis. No primeiro piso da nova ala, distribuem-se os quartos virados a Este, tendo a encosta alentejana como pano de fundo.



(2) Nova Ala dos Quartos vista da zona da recepção



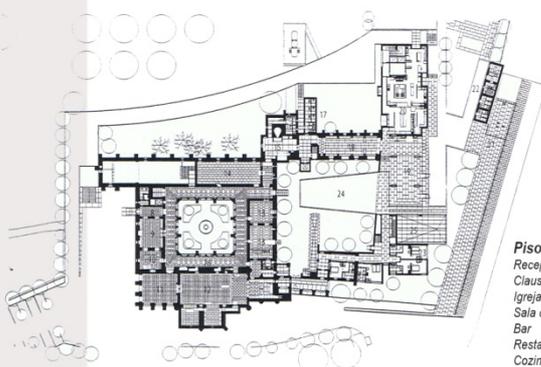
(3) Claustro do antigo Convento



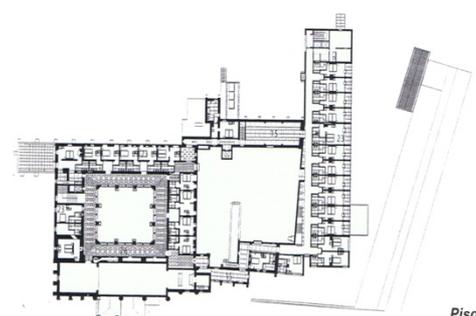
(4) Sala do Restaurante - Ala antiga do Convento



(5) Espaços de ligação entre a estrutura antiga e a nova



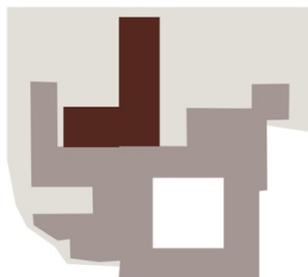
**Piso 0**  
 Recepção  
 Claustro  
 Igreja  
 Sala de Estar  
 Bar  
 Restaurante  
 Cozinha



**Piso 1**  
 Quartos  
 Zona de Estar

# Pousada de D. João IV, Vila Viçosa

Autor. João de Almeida e Pedro F. Pinto  
 Intervenção. Reabilitação e Ampliação  
 Ano de Projecto. 1994  
 Ano de Construção. 1997



Construção Nova ■ Existente ■ Envolvente ■



(1) Pousada de D. João IV

**Enquadramento** Urbano mas isolado em terreno. Implantado na Praça Ducal de Vila Viçosa.

**Utilização Inicial** Cultural: Convento Franciscano da Ordem das Clarissas

**Tipologia** Arquitectura religiosa [Possui características renascentistas, maneiristas e barrocas]

**A intervenção** Possibilitasse a continuidade da construção existente, mantendo-se fiel à estrutura conventual. Projecto avança em duas vertentes: uma que garantisse a recuperação do conjunto existente, e outra que cumprisse as exigências das novas necessidades da estrutura hoteleira através de uma ampliação.



(2) Nova Ala dos Quartos vista da zona da recepção

**No existente,** O claustro (3), de planta quadrangular, apresenta-se como o elemento gerador da proposta.

A entrada efectua-se na antiga torre mirante, já dentro da propriedade do convento. Acede-se às zonas de estar (5), bar e restaurante, que se desenvolvem ao longo da ala Oeste.

O claustro permite aceder às salas com valor patrimonial (4), a Este e a Sul, mantidas como uma "memória viva do próprio edifício, podendo definir-se, no piso térreo do claustro, um percurso histórico". Salas que, ao nível interno nos dois primeiros pisos, se desenvolvem numa série de corredores e salas, que albergam pequenas capelas e altares, detentores de uma grande riqueza decorativa como silhares de azulejos de composição figurativa e ornamental e apresentando quase todas pinturas murais, onde dominam os temas religiosos.

Parte dos quartos encontram-se em torno do claustro, adaptados das antigas celas das recolhidas.



(3) Claustro do antigo Convento

**Na ampliação,** A zona a poente do Convento encontrava-se bastante descaracterizada, quase em ruína devido às intervenções realizadas após sua extinção. Esta área recebe a nova adição (2) mantendo-se apenas o quarto do Bispo, com as suas pinturas murais, e a torre mirante, onde se encontravam as antigas latrinas.

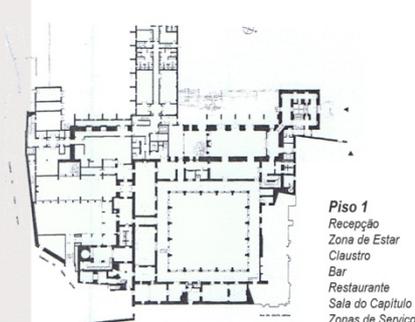
Desenvolve-se em L no sentido sul/poente sobre o jardim. Os quartos, apresentando já uma métrica e uma uniformização comum às estruturas hoteleiras, distribuem-se apenas no segundo piso, sendo que por baixo se encontram as zonas de serviços da pousada



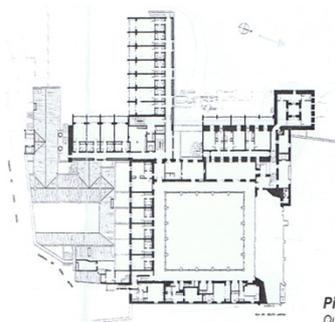
(4) Sala do Capítulo



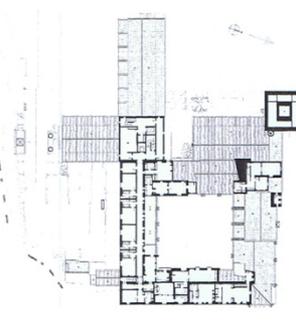
(5) Salas de Estar da Pousada



**Piso 1**  
 Recepção  
 Zona de Estar  
 Claustro  
 Bar  
 Restaurante  
 Sala do Capítulo  
 Zonas de Serviço



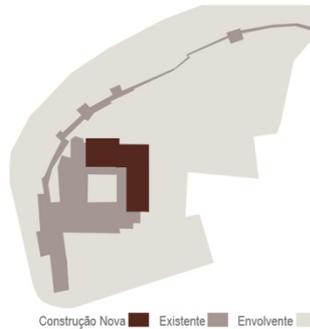
**Piso 1**  
 Quartos



**Piso 2**  
 Quartos  
 Zona da Administração

# Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal

Autor: Diogo Lino Pimentel  
 Intervenção: Reabilitação e Ampliação  
 Ano de Projecto: 1996  
 Ano de Construção: 1998



(1) Pousada de D. Afonso II

## Enquadramento

Rural no cume de um outeiro, isolado. Sobranceiro à vila, ao rio e aos terrenos adjacentes.

## Utilização Inicial

Militar: Castelo  
 Cultural: Convento Franciscano da Ordem das Clarissas

## Tipologia

Arquitectura Militar [Características islâmicas e românicas]

## A intervenção

Muralha (4) apresenta-se como elemento dominante e integrante da proposta, tanto no interior como no exterior. Tendo presente a carga histórica do edifício, pretende-se que da intervenção possa resultar *“um novo ciclo de vida para o monumento, com nova leitura do seu testemunho e algum valor cultural acrescentado pelo nosso tempo”*.



(2) Nova Ala dos Quartos

## Na existente,

A entrada na Pousada efectua-se num grande espaço de duplo pé-direito onde, no piso zero, se encontra a recepção, à esquerda, e uma zona de estada, à direita, junto a um grande envidraçado por onde entra a luz que ilumina aquela área, deixando visualizar a muralha da antiga fortaleza. A grande escada que se eleva no meio do vazio acede ao primeiro piso, a uma nova zona de estada em *mezzanine* que se desenvolve sobre a do piso zero, a zonas de acesso aos quartos, tanto para Sul onde desfrutam da belíssima vista sobre o Sado, ou para Norte em direcção à zona do Claustro.



(3) Claustro do antigo Convento

O claustro (4) mantém a sua posição de elemento aglutinador, sendo em torno dele que se iriam desenvolver os restantes espaços. Desenvolve-se em dois pisos, o térreo, em arcarias, recebe as abóbadas de arestas da cobertura, e o primeiro piso é marcado por janelas de sacada que iluminam o corredor em torno do claustro, que faz a distribuição para as novas áreas dos quartos. No piso térreo, além da igreja (5), existem ainda salas de reuniões e de conferências, na ala a nascente, e ainda o restaurante que se localiza na ala a norte.



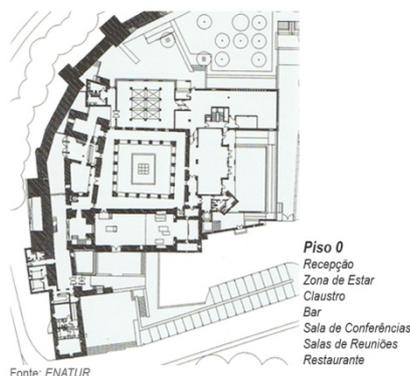
(4) Muralha do Castelo a envolver a zona exterior da Pousada

## Na ampliação,

Consiste em duas novas alas, a Norte e Nascente (2), que acolhem na sua maioria quartos de hóspedes. Esta intervenção acaba por se impôr demasiado à estrutura existente do convento no sentido em que parece querer competir as pré-existências, anulando-a. No exterior a leitura que se faz diz respeito apenas aos volumes de carácter contemporâneo que disfarçam por completo a existência de um antigo convento naquele conjunto.



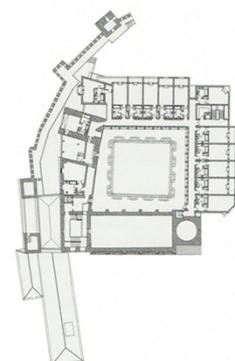
(5) Sala de Eventos na antiga Igreja. Altar e Coro Alto e Baixo



Fonte: ENATUR



**Piso 1**  
 Quartos  
 Zonas de Estar



**Piso 2**  
 Quartos

